

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

PATRICK LEANDRO BAPTISTA

**“CACIQUE” KRETÃ: AQUELE QUE OLHA POR CIMA DA MONTANHA
ENXERGA MAIS ALTO**

CURITIBA

2015

PATRICK LEANDRO BAPTISTA

**“CACIQUE” KRETÃ: AQUELE QUE OLHA POR CIMA DA MONTANHA
ENXERGA MAIS ALTO**

**Dissertação de Mestrado em
Antropologia social apresentada ao
programa de Pós-Graduação em
Antropologia da Universidade Federal
do Paraná, sob a orientação do Prof.
Dr. Ricardo Cid Fernandes**

CURITIBA

DEZEMBRO 2015

**131ª ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE
DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

Ao vigésimo primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e quinze, às quatorze horas, na sala 617 – 6º andar, Edifício D. Pedro I, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná (SCH/UFPR), foram instalados os trabalhos de arguição do mestrando **Patrick Leandro Baptista** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada: **“CACIQUE’ KRETÃ: AQUELE QUE OLHA POR CIMA DA MONTANHA ENXERGA MAIS ALTO”**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná (PPGA/UFPR), foi constituída pelos Professores Doutores Ricardo Cid Fernandes (orientador), presidente da sessão, Ana Elisa Freitas (UFPR-LITORAL) e Liliana de Mendonça Porto (PPGA/UFPR). Dando início à sessão, o presidente passou a palavra ao aluno, para que o mesmo expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, o presidente da sessão passou a palavra a cada uma das Examinadoras, para suas respectivas arguições. O aluno respondeu a cada uma das arguidoras. O presidente retomou a palavra para suas considerações finais e, depois, solicitou aos presentes e ao mestrando que deixassem a sala. A Banca Examinadora, então, reuniu-se sigilosamente para discussão de suas avaliações, e decidiu pela *Aprovação* do aluno. O mestrando foi convidado a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que o presidente da sessão fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora, outorgando-lhe o Grau de **Mestre em Antropologia Social**. Nada mais havendo a sessão foi encerrada, da qual eu, Paulo Marins Gomes, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora. Curitiba, 21 de dezembro de 2015.

Paulo Marins Gomes



Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes (Orientador)



Profa. Dra. Ana Elisa Freitas (UFPR-LITORAL)



Profa. Dra. Liliana de Mendonça Porto (PPGA/UFPR)

*À sempre zelosa e inspiradora mãe, Maria
Luarliris Baptista (IN MEMORIAM)*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela bolsa que me permitiu realizar o mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná, seus funcionários e professores.

Agradeço especialmente ao professor Ricardo Cid Fernandes por acreditar em mim e na minha pesquisa.

Agradeço aos colegas de mestrado por dividirem dúvidas, angústias, análises e conclusões coletivas.

E agradeço de forma carinhosa o amor, a dedicação e paciência de minha família que nunca desistiu de mim, e ao meu filho João Pedro Marczynski Baptista pela inspiração.

RESUMO

O presente trabalho é uma etnografia de como se constitui uma liderança Kaingang. Neste caso específico como o nome Kaingang “Kretã” agencia uma série de prerrogativas, dentre elas, ser líder/chefe. O nome Kretã é traduzido por Francisco Luís dos Santos (importante liderança Kaingang da Terra Indígena Mangueirinha) *como aquele que olha por cima da montanha enxerga mais alto*. Este nome foi designado a algumas lideranças Kaingang que se destacaram na luta pela conquista e manutenção do território. Antônio Joaquim Capanema Kretã foi o responsável por receber a posse da terra do Estado em 1903, acordo este quebrado em 1949 pelo governo Lupion que dividiu a área destinada aos indígenas em três glebas. Ângelo de Souza Kretã, herdeiro do nome, comandou os Kaingang na retomada de terras nos anos 1970, contudo, segundo os Kaingang, foi assassinado em uma emboscada. Francisco Luís dos Santos levou a luta adiante pela via judicial e em 2005 ela retorna a posse Kaingang. Romancil Gentil Kretã, filho de Ângelo, após desentendimentos na aldeia deixa a Reserva Indígena e passa a viver na cidade. Quando seu avô Francisco Luís dos Santos lhe traz um prenúncio e o significado do seu nome, “Kretã”. Para confirmar o prenúncio Romancil deveria voltar a T.I. Mangueirinha e tornar-se cacique. Desde então Romancil persegue estrategicamente a confirmação desse prenúncio, tornando-se “cacique” primeiro na cidade, estabelece relações com o movimento indígena brasileiro, volta a Mangueirinha e torna-se cacique da Terra Indígena. Entretanto, a trilha seguida por Romancil Kretã, imprime a essa liderança um modo de ser “cacique” que conflita com modo Kaingang de ser cacique, são esses os caminhos que esse trabalho aborda, refletindo sobre os caminhos, os lugares, as ferramentas usadas por Romancil Kretã e sua relação com o movimento indígena.

PALAVRAS CHAVES: Kaingang, Movimento indígena, Política indígena.

ABSTRACT

This work is an ethnography of how a leadership Kaingang Kreta that translated by Francisco Luis dos Santos (Important Kaingang leadership) of the indigenous land Manguairinha. (Like the one who looks over the mountain and see taller) This name was assigned to some Kaingang leaders who stood out in the struggle for conquest and maintenance of territory by Joaquin Capanema Kreta, was responsible for receiving possession of the land of the state in 1903 an agreement that was broken in 1949 by the Lupion government that divided the area destined to the Indians in the three lands. Angelo de Sousa Kreta, heir of the name, commanded the Kaingang the resumption of land in the years 1970, yet, according to Kaingang, was assassinated in an ambush. Francisco Luis dos Santos took the fight forward by judicial means and to return to possession Kaingang Romancil Gentil Kreta, son of Angelo after that disagreements in the village leave the Indian reservation and starts to live in the city. When your grandfather Francisco Luis dos Santos brings him a prelude and the meaning of his name, Kreta. To complete the prelude Romancil should return to the Village and become chieftain. Since then Romancil pursues strategically the confirmation of this sentiment, becoming cacique in the city and later in the lands Manguairinha. These are the ways that this work approaches a reflection on the ways, the places, the tools used by Romancil in Relation with the indigenous movement.

Key Words – Kaingang, Indigenous movement, Indigenous politics.

LISTA DE SIGLAS

ANAÍ	Associação Nacional de Apoio ao índio
APBKG	Associação de Professores Bilíngues Kaingang e Guarani
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ARPIN-SUL	Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ATL	Acampamento Terra Livre
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CIMI	Conselho Indígena Missionário
COMIN	Conselho de Missão entre Índios da Igreja de Confissão Luterana no Brasil.
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DGPI	Diretoria Geral do Patrimônio Indígena.
FCPI	Fundação Paranaense de Colonização e Imigração
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IHU	Instituto Humanitas Unissinos

MEC	Ministério da Educação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras.
ONISUL	Organização das Nações Indígenas do Sul
OPAN	Operação Amazônia Nativa
PR	Paraná
SC	Santa Catarina
RS	Rio Grande do Sul

SUMARIO

INTRODUÇÃO.	2
CAPÍTULO 1- Um nome que possui agência: Kretã.....	13
1.1- ANTONIO JOAQUIM CAPANEMA KRETÃ.	16
1.2- ÂNGELO SOUZA KRETÃ.	19
1.3- ROMANCIL GENTIL KRETÃ.....	22
1.4- O DRAMA DE UM NOME.....	25
CAPÍTULO 2- ARPINSUL (Articulação dos Povos Indígenas do Sul)	30
2.1.1- PODER TUTELAR.....	31
2.1.2- MOVIMENTO INDÍGENA- PRIMIEIROS PASSOS	33
2.1.3- ANOS 1990 – AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS	41
2.2 – ARPINSUL- DIA-A-DIA.....	43
2.2.1- FRONTEIRAS DA ARPINSUL	45
2.2.2 - GESTÃO ROMANCIL KRETÃ.....	57
2.2.3 - “GUARANIZAZAÇÃO” DA ARPINSUL.....	73
CAPÍTULO 3- TERRA INDÍGENA MANGUEIRINHA.	80
3.1 A “PASSAGEM” DE ROMANCIL À KRETÃ.....	82
3.2 A VIAGEM DE VOLTA.	89
3.2.1. O CACICADO DE VALDIR KOKOJ DOS SANTOS.....	96
3.2.2 – O CACICADO DE ROMANCIL GENTIL KRETÃ.	101
3.3 O ASSESSOR DO CACIQUE: MARCIO KOKOJ DOS SANTOS.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123

INTRODUÇÃO

“Nós somos como se fosse um rio, podemos encontrar dificuldades no caminho, mas de alguma forma sempre passamos, e continuamos nosso caminho (...)” Romancil Kretan kaingang



FIGURA 1 FOTO: AUTOR DESCONHECIDO: AO CENTRO ROMANCIL GENTIL KRETÃ LIDERA A OCUPAÇÃO DA LAGE DO CONGRESSO NACIONAL EM BRASÍLIA, ATIVIDADE DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA MAIO DE 2014

Para pensar o movimento indígena regionalizado é necessário um exercício artiloso e ao mesmo tempo instigante. Cada palavra pode nos remeter a uma variedade incrível de imagens e significados, esta metáfora do rio é muito usada pelo movimento indígena e captura bem este sentido. Ao pensar num rio, sabemos que ele possui uma nascente, no entanto também sabemos que ele se reforça de muitos afluentes, e não é no primeiro desnível que ele se encerra, ao contrário ou busca um novo caminho ou acumula forças (água) para sobrepor esse desnível. Essa metáfora tem um sentido muito forte no discurso indígena, que se contrapõe ao possível ‘pessimismo sentimental’ que acompanha discursos na academia, no Estado e alhures. Um rio ao nascer é como uma etnia num momento de reivindicação ou alguma denúncia sobre irregularidades é num ponto específico e sem grande volume de água (força), no entanto continua vertendo água e se espalhando, recebe forças de várias outras nascentes que se identificam e estabelecem parcerias para levar essas reivindicações adiante, parceiros sejam de organismos

internacionais, das Igrejas ou ONG's vinculadas aos interesses indígenas. Nessa própria metáfora concebem os desafios que terão que enfrentar esses desníveis e/ou obstáculos, sabem que é através do acúmulo de forças que poderão transpor essas dificuldades, poderão em algum momento mudar o curso, mudar a forma (largo, estreito, profundo, raso, corredeiras e calmarias), mas nunca deixará de ser um rio.

Ao comentar esta metáfora comparando o rio e o movimento indígena com Marcio Kokoj Kaingang, o seu comentário foi ainda mais intrigante: “o que precisamos acompanhar é essa maré (ora largo, ora estreito, às vezes raso, às vezes profundo, por vezes correria, por vezes calmaria) do movimento. A habilidade em acompanhar o fluxo do rio é uma das qualidades não ditas para o estabelecimento de uma liderança indígena, como também perceber as nuances e as várias facetas do movimento. Ao refletir sobre como se constitui a liderança indígena busco compreender o que nos informa essas nuances e diversas faces do movimento tornando-se objetivo dessa dissertação. Pois o próprio fluxo do rio sempre em movimento produz efeitos sobre as lideranças, sobre suas reivindicações e projetos, produzindo novos efeitos sobre o movimento. Por mais estarrecedora e pesada que seja a mão do Estado sobre a autonomia e protagonismo indígena, esse movimento produz efeitos, sobre seus parceiros, amigos e/ou adversários, do qual nos levam a refletir: até que ponto a tão propalada cidadania ocidental iluminista e sua noção de representação sofrem uma inflexão étnica a partir do movimento indígena?

Para pensar sobre essa problemática utilizo como foco principal dessa reflexão a trajetória do nome Kaingang “Kretã” e da organização indígena ARPINSUL (Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil). O nome Kaingang Kretã foi dado a alguns líderes Kaingang de Mangueirinha seu significado é vinculado a liderança/chefia. Atualmente Romancil Kretã é uma liderança indígena nos quadros da APIB, é cofundador da organização indígena ARPINSUL e herdeiro do nome “Kretã”, esta organização indígena se propõe a tarefa de articular e representar os povos indígenas do sul do Brasil a saber: Kaingang, Guarani, Xetá e Xokleng. Mas o trabalho dessa entidade não seria possível sem a organização indígena do restante do país, em outras palavras, se não se alimentasse das experiências de outras organizações regionais, como os índios do Nordeste, do Centro-Oeste e da Amazônia brasileira, é bem provável que a probabilidade de êxito em qualquer uma de suas ações tenderia ao insucesso. Contudo não é objetivo mapear essa relação inter-regional, pois mapear ou acompanhar essa troca de experiências com as outras entidades regionais não é trabalho que caberia numa dissertação e talvez

numa tese ou ‘teses’. Contudo ao seguir as lideranças indígenas da ARPINSUL, seus caminhos, seus discursos e suas atuações é possível perceber que existe uma estrutura de um movimento nacional que ao mesmo tempo dá subsídio e substância para a ARPINSUL, neste caso é a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil), subsídio num sentido de possibilitar o encontro¹ dessa diversidade indígena que coloca-se em ação, uma espécie de agência ampliada ao encontrar os ‘parentes’ de todo o país e substância ao contribuir para a – sempre em construção – unidade do movimento indígena.

É importante ressaltar que não existiria a ARPINSUL sem o que Batalla (1985) designou de construção da mobilização *Pan-Índia*, ou seja, uma identificação oposta ao ocidente que se expressa através da indianidade e da formação de um pensamento político próprio. Suas raízes datam nas décadas de 70 e 80 na América Latina do século passado. Ainda nos caminhos de entender essa identidade étnica, Cardoso de Oliveira (1988) busca compreender como ocorreu “sua evolução de identidades tribais e locais para uma identidade genérica, pan-indígena”. Matos (1997) define que esse movimento pan-indígena como “uma forma de organização dos índios em defesa de seus direitos dentro do Estado brasileiro. Todas esses conceitos implicam em compreender o índio como um agente político, seguindo este mesmo raciocínio, porém dentro de um contexto regional, Tommasino (1995) denominou essa mobilização como “rebeliões indígenas” no Paraná e Helm (1987) como movimentos indígenas.

No entanto, não há nenhuma pretensão em sustentar que o rio, do qual, fala Kretã na epígrafe acima, tenha brotado apenas nesse período. Ao contrário, é importante lembrar que houve inúmeras estratégias encontradas pelos índios de como eles enfrentaram as adversidades da colonização em seus territórios e da insistente homogeneização cultural promovida pelo Estado brasileiro de diferentes formas em diversos períodos da história. Sabemos que foram e são diversas lutas, que foram e estão sendo travadas através de diversos modos e isto anterior a este período. Contudo, também não podemos deixar de referir que o fluxo das lutas indígenas amplificam o tom e a forma a partir da década de 1970. Os efeitos da ampliação das lutas pela demarcação de terras, transformação nos sistema de educação, saúde, cultura e gestão territorial e a formação de um leque importante de alianças na sociedade civil: universidades, clérigos, leigos,

¹Seria difícil reunir os povos indígenas do Brasil sem a colaboração do Conselho Indigenista Missionário, os ‘parceiros’ nacionais e internacionais, isto politicamente e financeiramente.

professores, estudantes, etc. São responsáveis por um marco legal representado pelos artigos 231 e 232 da Constituição Federal que são vitais para a ampliação dos direitos indígenas. Desse modo esses efeitos são perceptíveis até os dias atuais - seja para a efetivação do direito em si, seja pela manutenção do direito – já que vivem em constante ameaça.

Nesta dissertação pretendo percorrer os sentidos sobre o qual os indígenas dão ao que chamam de movimento indígena. Numa tentativa de me aproximar ao máximo possível desse sentido utilizo fragmentos, informações, entrevistas, documentos e experiências que nasceram do trabalho de campo, que pode ser dividido em três diferentes formas de atividades: dentro da sede da organização ARPINSIL; as agendas de palestras em universidades, agenda do movimento em si; e nas visitas as terras indígenas.

A primeira realizada na sede da ARPINSUL durante três semanas, onde me disponibilizei como voluntário e assim pude ajudar a organizar os documentos da organização bem como os seus arquivos. Neste momento da pesquisa tive todo o cuidado para manter a forma de que os próprios indígenas entendiam ser a melhor para a ordenar esses documentos. A divisão desses documentos ocorre de acordo com temas em que a entidade possuía alguma inserção e diálogo nas políticas públicas com o Estado e as temáticas indígenas, de acordo com esses temas estavam: terra, habitação, saúde, educação, prêmio culturas indígenas e ponto de cultura indígena. Voltarei a descrever essa experiência no decorrer da dissertação.

As atividades externas da ARPINSUL eu pude acompanhar a mobilização nacional indígena que ocorreu entre os dias 26 e 29 de maio do ano de 2014, o acampamento Terra Livre de 2015, acompanhei visitas em palestras em que os indígenas foram convidados a proferir, encontro regional de comunidades e povos tradicionais da região sul. Além de conversas ‘informais’ na FUNAI de Curitiba e com advogados que os indígenas contatam para defender as suas causas.

E por fim, visitas em Terras Indígenas, algumas apenas de um dia, como a área indígena em Guaraqueçaba no Parque Nacional do Superagüi e Terra Indígena de Palmas. Nessas visitas pude observar o contato da ARPINSUL de dois modos diferentes. Em Antonina acompanhei uma intervenção política junto a FUNAI e Ministério Público para manter os índios na área. Em Palmas uma aproximação política com os índios para trocar experiências sobre retomada de terras e engendrar uma aliança de ajuda mútua caso

necessite de guerreiros de uma ou outra Terra Indígena para fazer pressão ao poder público. Outra experiência, essa com maior fôlego, durou vinte dias na Terra Indígena de Mangueirinha onde pude acompanhar os trabalhos na ‘base’ de um dos integrantes da ARPINSUL Marcio Kokoj Kaingang, e assim analisar o diálogo entre o movimento regional indígena e a Terra Indígena.

Em todas essas etapas da pesquisa coletei entrevistas e diálogos com os integrantes do movimento indígena, com destaque especial para Romancil Kretã, as suas entrevistas foram coletadas em situações que merecem destaque. No capítulo 1 dessa dissertação, tomo por base seu depoimento para a constituição do movimento que o levou a participação da organização indígena e na constituição da Aldeia Urbana Kakané Porã, esse período foi no início de 2012 quando Romancil ainda planejava seu retorno para a T.I Mangueirinha. Um segundo relato foi coletado no intervalo entre sua destituição de cacique da T.I e a nova inserção no movimento indígena. E um terceiro relato nesta nova inserção de Romancil Kretã no movimento indígena. Esses momentos são importantes pois remetem a discursos sobre o mesmos assuntos com abordagens diferentes pela entrevistado. Na primeira entrevista Romancil Kretã fazia alusão ao movimento indígena de sua história, na segunda entrevista num outro período criticava explicitamente os indígenas contrários ao movimento indígena, e na terceira entrevista uma posição crítica a si mesmo e as suas atitudes. Acompanhar essa trajetória de Romancil Kretã possibilitou compreender este líder indígena, deve-se entender a sua constituição num jogo de relações em que nossas ações nem sempre possuem controle sobre os resultados.

A relação desses dados coletados está imbricado a própria formulação da pesquisa. Que iniciou formalmente na sede da ARPINSUL como um “voluntário”, contudo era visto pelos indígenas como militante social, pois o primeiro contato com essas lideranças não foi na aldeia, na terra indígena ou no escritório. Foi dentro de um sindicato, me encontrava na situação de sindicalista no ano de 2007. Os indígenas buscavam apoio dos movimentos sociais em Curitiba para a sua reivindicação por terra nesta Cidade. E viam na CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais) uma espaço para dar vazão as suas demandas. A reivindicação indígena foi incorporada à marcha dos excluídos que se realiza anualmente no dia 07/09. Desde então mantive relações com os indígenas, de líder sindical para líderes indígenas. Uma aproximação maior ocorreu no movimento de juventudes, neste contexto fiz meu primeiro contato com Marcio Kokoj Kaingang, esta relação de parceria ocorreu para formar um bloco político como um

grande guarda-chuva para inscrever nossas pautas na 3ª Conferência Nacional de Juventude em 2010.

Esta relação de sindicalista para indígena e posterior de pesquisador para objeto, é uma relação que se estabeleceu em termos horizontais. No primeiro momento enquanto sindicalista a formação de um bloco em conjunto (juventude da agricultura familiar, sem-terra, negro, quilombola, estudantes, mulheres, sindicatos) para propor políticas para a juventude em conjunto era marcada pela reciprocidade política, um se apoiava no outro, sem “um” o “outro” não formava maioria. Na relação de pesquisador fui incorporado à lógica da organização indígena como assessor, ou seja, um não índio que estava na organização indígena para colaborar, trabalhar junto, e não como mero observador com um gravador e máquina fotográfica. Isto me colocava numa posição inclusive privilegiada em relação a própria forma de atuação indígena. Em alguns momentos fui chamado à assumir tarefa de coordenar atividades. Como exemplo, junto com a juventude indígena Kaingang da T.I Apucarantina tivemos que bloquear uma porta de entrada no cerco ao Ministério da Justiça em Brasília. Esta atividade foi planejada e executada pela APIB e fez parte do calendário de atividades da mobilização Nacional Indígena 2014. Outra atividade, registrar através de fotos e pequenas filmagens a mobilização no mesmo ano. Ainda como resultado dessa relação no campo, pude ficar hospedado na casa de Elvira Luís dos Santos, foi esposa de Ângelo Kretã e mãe de Romancil Kretã e Marcio Kokoj e filha de Francisco Luís dos Santos. Todos líderes indígenas do qual ouvi memórias e relatos sobre o ser político Kaingang em Manguairinha.

Outro informação relevante para a compreensão da construção desse texto foi minha visita a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), minha intenção era entrevistar a indigenista Maria Helena Amorim Pinheiro, pois era ela a responsável por fazer o estudo antropológico na defesa de Romancil Kretã junto a Justiça Federal na ação penal nº 50000362-87.2014.404.7012/PR, nesta visita me concedeu não somente a entrevista como cópia do estudo, além de entrevistas transcritas de dois líderes indígenas que não haviam sido publicadas. Esta fonte de informação está citada no texto conforme o sobrenome da indigenista.

...

Os Kaingang são indígenas vinculados ao tronco linguístico Macro Jê, estima-se que sua soma na atualidade atinja o número 34 mil índios, divididos entre terras indígenas de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do sul. Podemos caracterizar

os Kaingang pelas metades complementares Kamé e Kairu, a relação desse sistema dual e assimétrico (Fernandes 2003). A classificação dos seres da natureza, sobrenatureza e do homem também seguem o princípio classificatório Kamé e Kairu. Sendo o Kamé vinculado ao sol e ao dia e o Kairu a lua e a noite. Os líderes pesquisados todos se auto identificam como Kamé, e portanto mais fortes, e subordinam os Kairu, entretanto, não conheci nenhuma liderança de Manguairinha que se auto identificam como Kairu.

Os estudos sobre os Kaingang podem ser divididos entre aqueles que valorizam o contato e os “estudos interessados em mostrar aspectos internos sem, contudo, desconsiderar os aspectos externos que certamente são constitutivos da vida de todos os povos indígenas nos dias atuais” (Tommasino 2004:148). Esta dissertação ao pensar as lideranças indígenas “para fora” situa-se no contexto de contato com a sociedade nacional, contudo, é a partir do ponto de vista Kaingang que essa inserção no mundo não índio ocorre.

Neste sentido a pesquisa divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo parte da metodologia de perseguir o nome Kretã no passado. Isto nos revelou que este nome na verdade se trata de Krim Tã, segundo Helm (2011) Krim é de serra e Tã (dono) o espírito. Em uma tradução livre seria o Guardiã da Montanha, há outras traduções como aponta Helm (2011), Francisco Luís dos Santos que também era Krim Tã define como :aquele que vê do alto enxerga mais longe. O fato é que esse nome quando aportuguesado pelo colonizador passou a ser Kretã. Segundo Veiga (2004:64) “o nome Kaingang se constitui como *persona*: todo nome recebido já foi utilizado por alguém e, ao recebê-lo, o indivíduo assume todas as prerrogativas e deveres a ele relacionados”. O nome Kretã na Terra Indígena Manguairinha é vinculado a conquista do território, ou melhor, a guarda da montanha. Ser Kretã é ser líder, e ser líder é defender o território.

“Todos os homens da família podem ser Kretã, mas nem todos serão”, relata, Romancil Kretã. Nesta frase Romancil reconhece que ser Kretã é ser líder, e que na sua família virão ainda muitos Kretã’s, o seu pai Ângelo e seu avô Francisco Luís dos Santos receberam esse nome, assim como Antônio Joaquim Capanema quem garantiu a terra. Contudo, Romancil apenas passa a fazer parte desse rol de líderes a partir de um drama por ele vivido na cidade de Curitiba. Este drama ritual (Turner 2008) possibilita a reinserção de Romancil Kretã na vida Kaingang, e assim assumo a prerrogativa do seu nome e se torne uma liderança indígena, ou seja, Kretã de fato.

O segundo capítulo dessa dissertação percorremos o caminho encontrado para o exercício da liderança de Romancil Kretã: o movimento indígena. Sua liderança não ocorre na aldeia, mas em outro ambiente _ a cidade. Para que isto seja possível precisamos percorrer todo um histórico de luta de seus ancestrais até a consolidação de sua posição no movimento indígena como articulador. Esta função de ligar e religar lutas passadas e futuras no presente encontra um *locus* a organização indígena ARPINSUL.

A noção de representação política é analisada neste momento de um ângulo aberto, buscando compreender como as coletividades podem ser “representadas”. A essas coletividades denominamos etnias, a Kaingang e a Guarani, com todos os pesares de que a ARPINSUL, institui como missão: “articular e representar politicamente os povos no sul do Brasil”. Esta noção é pan indígenista e enfrenta uma série de desafios, estes desafios impõe tensões nesse modo de representar as etnias presentes dentro da organização indígena. A relação com os Kaingang desde as terras indígenas é de submeter os Guarani. Em alguma medida esta relação é transposta para a organização indígena. Romancil Kretã visando expandir a atuação indígena, busca se aproximar dos Guarani, principalmente do litoral do sul do Brasil. A sua avaliação é de que a “ARPINSUL era muito Kaingang”, e a partir dessa avaliação encaminha sugestões para que a coordenação da ARPINSUL passe a ser “guaranizada”. Sem dúvida que este processo de “guaranização” da ARPINSUL trará tensões que apontam para os limites da articulação/representação da ARPINSUL, esses limites revelam fronteiras fluidas tanto territorialmente como culturalmente.

O terceiro capítulo diminui o ângulo de observação da atuação do líder indígena Romancil Kretã. O acúmulo de prestígio de sua atuação na organização indígena ARPINSUL lhe oferece motivação para reivindicar o cargo de cacique na T.I Mangueirinha, local de nascimento. Esta T.I fica no sudoeste do Paraná e possui uma boa parte do território coberto por mata nativa. Por este motivo é cobiçada por grileiros de terra e madeireiros. A história de defesa da T.I. Mangueirinha é creditada ao nome Kretã, Ângelo Kretã pai de Romancil liderou a defesa do território não apenas em mangueirinha, mas ascendeu a pavo das rebeliões indígenas pela retomada de terras no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E ainda, é lembrado nos dias atuais como modelo de cacique. Romancil Kretã, seu filho, criou expectativas de que poderia ser igual ao seu pai. Mas o ambiente em que Romancil Kretã “experenciou” ser “cacique” foi na cidade de Curitiba, um ambiente se não avesso, mas com um conjunto de relações diferenciadas, que exigem habilidades outras para liderar, do qual diferem das habilidades na terra indígena “tradicional”.

É dentro desse contexto que surge o assessor do cacique Marcio Kokoj dos Santos, irmão de Romancil apenas por parte de mãe (Elvira Luís dos Santos), militante do coletivo de juventude indígena nacional. Participou de várias atividades indígenas em âmbito regional, nacional e internacional. Não possui o nome Kretã, mas é neto de Francisco Luís dos Santos, é nesta condição que Marcio Kokoj busca legitimar a sua atuação indígena.

Ao analisar essas inflexões da política Kaingang a metodologia escolhida foi perseguir o objeto de estudo, nesse caso, Romancil Kretã. Para compreender como se constituiu a sua liderança foi preciso seguir os seus caminhos e dramas, ao identificar esse caminho como um processo em que resultou em sua liminaridade, uma característica intermediária. Um líder Kaingang, com um nome Kaingang, mas sem aldeia: na cidade. Apenas foi possível perceber a sua ação enquanto cacique formado na cidade quando ao contrastar com o ambiente da Terra Indígena. Nesse ponto Ingold nos oferece uma alternativa de análise ao propor,

O lenhador tem de escolher qual árvore derrubar, e decidir a orientação do entalhe para que ela acabe caindo numa direção que não arrisque danificar a vegetação ao redor. Observá-lo fazer isto, no entanto, é olhar como ele caminha pelo bosque, colocando os olhos em diferentes árvores, examinando-as. Em outras palavras, é observá-lo pressentir seu caminho, em um ambiente, rumo a um objetivo que é concebido em antecipação a um futuro projeto. (Ingold 2010:18).

Segundo Ingold, para observar é necessário acompanhar, percorrer o seu caminho com quem e onde se relaciona. O caso de Romancil Kretã seu projeto enquanto líder, é também tornar-se um cacique, mas não um mero cacique. E sim um cacique com aspas. O “cacique” de Romancil Kretã é vinculado ao uso reflexivo do que a cultura Kaingang e a prerrogativa de seu nome lhe exige, um guerreiro (Carneiro da Cunha 2009). Este uso da “cultura” que Romancil apreende na cidade, e transporta em sua bagagem para a T.I Manguairinha, muda o ambiente mas não muda o guerreiro, ou seja, muda em como se faz a guerra.

Poderíamos nos perguntar se não estaríamos então diante de uma chefia que não se enquadraria na discussão clássica de Pierre Clastres, a resposta é sim, contudo não irei trabalhar com o paradigma da chefia sem poder fundado na troca de bens, de mulheres e de palavras, e tão pouco estabelecer relações de diferença ou semelhança entre as características do chefe, a saber, pacificador, generoso e bom orador. Todavia a sua perspectiva está centrada no exercício do poder, (Pierre Clastres 1979 APPUD in Oliveira

2009:206)¹, “definido como força que cria e sustenta um esforço coletivo e que é acompanhado de forças centrífugas que criam um espaço de inflexões inerente ao próprio sistema político indígena”. É este poder figurado na organização indígena ARPINSUL e posteriormente na T.I Mangueirinha serão os elementos pertinentes dessa dissertação.

¹ Ver SMILJANIC, Maria Inês; PIMENTA, José; BAINES, Stephen Grant. *Faces da Indianidade*. Curitiba: Ed Nexo Desing, 2009.

CAPÍTULO 1- UM NOME QUE POSSUI AGENCIA: KRETÃ

- Mesmo que a conjuntura política atual.
 - Tem um perfil ditador e autoritário.
 - E sabemos que é uma política de governo.
 - E idealismo de partido e não de povo brasileiro.
 - Com uma política de reduzi direito e não garanti.
 - Mesmo que a bancada no congresso nacional.
 - 80% e formada por ruralista e evangélicos.
 - E são contra os direito do povos indígenas.
 - Mesmo que o movimento indígena pareça uma formiga.
 - Perante uma estrutura macabra de governo.
 - Que criou a força nacional Para oprimi e intimidada.
 - E que sistema criminaliza e assassina nos líderes.
 - E os movimentos sociais no País.
 - Tenho orgulho de fazer parte deste movimento indígena.
 - Tenho orgulho de fazer parte deste momento.
 - Tenho orgulho de ser um soldado da resistência .
 - A luta de nossos pais e de nossos avós.
 - Para garanti na constituinte de 1988 os art. 231 e 232.
 - Fica como erança e legado para a resistência lutar e defender e garanti.
 - Parabenz aos povos indígenas pelo 09 de agosto.- Dia internacional dos povos indígena.
 - Parabenz ao movimento indígena.
 - Aos guerreiros e guerreiras.
 - Independente de onde estiveren.
 - Mas que estão fazendo sua parte em todos os espassos.
 - E que lutão para defender e garanti nossos direitos parabenz.
 - Parabenz a APIB e todas as organizações da base.
 - Da (articulação dos povos indigenas do Brasil).
- " O sistema é bruto mas o momento e a oportunidade na estrategia de um guerreiro supreende e supera qualquer adversarios".
Romancil Gentil Kretã Kaingang

Romancil Gentil Kretã Kaingang, atualmente com 43 anos de idade, é uma liderança indígena integrante da executiva da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). É cofundador da ARPINSUL (Articulação dos Povos Indígenas do Sul), uma organização indígena que integra o movimento nacional organizado pela APIB, e do qual foi coordenador político de 2007 a 2012. Romancil participa do movimento indígena desde o início dos anos 2000, o convite para participar da luta de uma terra para os indígenas que viviam na cidade de Curitiba, marca o início de sua militância. O discurso acima citado é uma das postagens de sua conta em uma rede social, logo após a mobilização nacional indígena de 2014. É possível entrever neste discurso o adversário político (o Estado, bem como segmentos sociais - bancada ruralista e evangélicos) e as dificuldades para avançar na ampliação de direitos no contexto político atual - como ataques e negligência aos direitos indígenas, pois não é respeitado a legislação vigente. Entretanto, Romancil reconhece, nesse mesmo Estado, garantias constitucionais que

fomentam a luta indígena. Isto motiva a sua pretensão de se colocar como liderança/representante/articulador do movimento indígena em relação ao Estado brasileiro e as bases indígenas. Do mesmo modo, a ideia de “luta e guerra” estão imbricadas de um simbolismo que permeia a ação indígena, ao parabenizar os diversos “guerreiros e guerreiras que estão em todos os espaços”, Romancil reconhece que na luta indígena há vários modos e formas de luta, desde o que estão no enfrentamento direto nas ocupações e acampamentos, passando pelos assentos em conselhos de direitos, até as organizações indígenas. Neste capítulo pretendo analisar as categorias que emergem de seu discurso: liderança/representante/articulador.

É sabido que desde a Constituição Federal de 1988 se garantiu nos artigos 231 e 232 o direito dos indígenas a serem cidadãos, sobretudo portadores de direitos específicos, um etnocidadão, portanto, tem o direito a se fazer representar e ser representado. Isto posto, a questão indígena, para sair das letras frias da lei, e adentrar o plano político dos conflitos, é necessário se fazer ouvir enquanto voz legítima, e eis que surge o problema da representação. Alguns consensos são por grande parte da sociedade compartilhados, dentre eles é que a FUNAI não seria a melhor interlocutora na defesa dos direitos indígenas, seja por problemas de estrutura física, política e financeira ou por reconhecermos que é o próprio indígena que deve se fazer representar. A problemática apenas aumenta quando nos deparamos com a ideia da diversidade indígena, pois cada povo é um povo, um Kaingang não pode representar um Guarani e vice-versa. Por outro lado não se pode negar o que Viveiros de Castro (1981:240) chama de “unidade de condição, quanto mais não seja uma unidade negativa, gerada pela espoliação e o preconceito”. Esta unidade já demonstrou que pode ser positiva ao tratar de problemas em comuns, isto desde as Assembleias Indígenas ²do período militar até o Acampamento Terra Livre³ a partir de 2004.

A formalização da representação dos povos indígenas nos coloca um leque de perguntas. Se calibrarmos nosso olhar para entender antes como se constitui uma liderança indígena no seio de seu próprio povo, isto possa lançar luz a questão suscitada anteriormente. É neste sentido que caminho para pensar a representatividade indígena, meu interesse neste capítulo é capturar como se constitui uma liderança indígena

² Ver Poliane Bicalho (2011), Keli Oliveira (2010)

³ O Acampamento Terra Livre faz parte do abril indígena, evento realizado pelo movimento indígena que conta com a ajuda de vários setores da sociedade, inclusive de parte da Igreja Católica através do CIMI.

Kaingang suas nuances e tensões. Para tanto tomo por base a biografia não de um indivíduo (se isto é possível), mas de um nome indígena, Kretã⁴, para o estudioso da língua, Ka'egso Hery⁵, a palavra Kritãn significa morro. O tãn no nome quer dizer “ser dono, ser superior, um ser mitológico” Helm(2011:20). A opção do nome Kretã se justifica pelo fato de Romancil Kretã ter sido coordenador político da ARPINSUL de 2007 à 2012; e um dos fundadores dessa organização indígena; e o meu principal interlocutor⁶.

Numa conversa informal dentro da sede da ARPINSUL com Romancil Gentil Kretã Kaingang ele profere a seguinte expressão: “Para cada Kretã morto mil nascerão. Eu sou Kretã”. É evidente que o então líder indígena busca respaldar a sua atuação como representante legítimo dos indígenas do sul do Brasil. Sendo enfático “para cada Kretã morto, mil nascerão”. Mas o que faz essa força que subjaz esse nome indígena? A tradução do seu nome, por Francisco Luiz dos Santos Kaingang, nos oferece algumas pistas, Kretã significa “aquele que olha por cima da montanha enxerga mais alto” Helm (2011:21). Este é o nome que poucas lideranças Kaingang receberam, indica poder e prestígio entre os Kaingang. Para compreender o simbolismo desse nome precisamos localizá-lo no tempo e no espaço.

⁴ A grafia da palavra Kretã pode ser encontrada de diversas formas Cretã, Cretãn, Krintãn, Kretã e Kretãn são as mais encontradas, contudo escolhi a forma que meu interlocutor - Romancil - escreve: Kretã.

⁵ Martin Ka'egoso Hery, representante da Missão de Cristianismo Decidido, filho de um casal de alemães que trabalharam com os caingangues há 40 anos, escreveu o dicionário bilíngue Kaingang-Portugues ver <http://pt.scribd.com/doc/201675192/DICIONARIO-BILINGUE-KAINGANG-pdf#scribd> acesso dia 20-10-2015.

⁶ Foi perseguindo a atuação de Romancil Gentil Kretã em diferentes espaços políticos que me abriu as portas para concretizar essa etnografia.

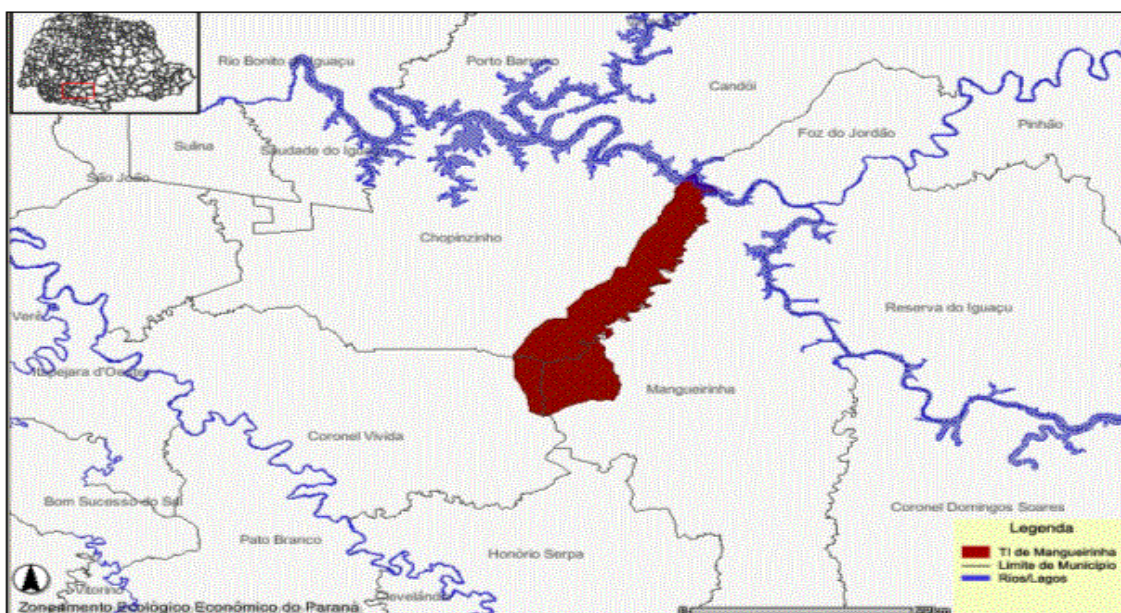


Figura 1. Localização da TI de Mangueirinha.
 Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná,
 Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), 2006.

Primeiramente demarco o espaço, Terra Indígena de Mangueirinha, localizada no sudoeste do Paraná entre os rios Iguaçu (Covó) e Lageado Grande, possui uma área aproximada de 17 mil hectares divididos em três municípios, Coronel Vivida 1.909,59 ha, Chopinzinho 11.347,58 ha e Mangueirinha 4.051,31 ha. É dentro desta Terra Indígena (T.I) que está a maior reserva de Pinheiro (*Araucaria angustifolia*) do Brasil. A população desta Terra Indígena é de atualmente 1600 indígenas Kaingang e Guarani Mbya, sendo dividida em sete aldeias: a Campina ou Sede, que é local da maioria das edificações como escola, igreja católica e evangélica, cemitério, posto de saúde, ginásio de esportes, campo de futebol, Centro Cultural Kaingang e o escritório da FUNAI. As demais aldeias são: Paiol Queimado; Mato Branco; Água Santa, Trevo, o Paço Liso e Palmeirinha do Iguaçu (Guarani).

Por segundo, a ocupação pelos Kaingang possui registros do Padre Francisco Chagas Lima (1842) que datam do período colonial do início do século XIX, narrou suas experiências com a catequização dos indígenas da região. “Um d’estes (Antonio José Pahy), convocou seus contemporâneos, e concorreu muito para a catechisação, principalmente dos Votorôs, de cuja a corporação era o chefe Hyppolito Condoi (...)” (1842:47). A partir desse contato os Kaingang dessa região passaram a ter relações com a sociedade envolvente, sendo registrados pelo antropólogo Loureiro Fernandes que pesquisou os Kaingang de Palmas,

... isolados desse núcleo de (Palmas), ficavam os Caingangues da região do Covó (rio Iguaçu). Embora fossem indivíduos já influenciados pelo elemento da civilização europeia existente em Atalaya, donde se haviam retirado, em 1819, sob a direção do cacique Candoi. (Loureiro Fernandes, 1941 Apud in Helm 2011:18)

A colonização na região de Palmas e Guarapuava foi impulsionada por projetos de colonização estancieiros-pecuaristas. Esses projetos tiveram início no final do século XVIII e se consolidaram no início do século XIX. Segundo Marcon (1994:61-64) após várias investidas fracassadas aos indígenas da região, o rei Dom João VI declara guerra, “aos índios que resistissem à penetração dos colonizadores”. No entanto foi apenas com a ajuda de lideranças indígenas “pacificadas” que os campos da região centro-sul do Paraná foram apropriadas por grandes pecuaristas. As tribos que não foram destruídas tiveram que migrar ou ceder a proposta de aldeamento.

Os índios mantinham suas políticas frente às ações do governo. Em princípio, reagiram à conquista de seus territórios, atacando os brancos que desejavam implantar fazendas nas suas terras. Com a fundação dos aldeamentos, procuraram obter os benefícios cedidos pelo serviço de catequese: brindes, alimentos, ferramentas e demais objetos. Também viam os aldeamentos como refúgios das guerras com outros grupos indígenas. A partir da década de 1870, iniciaram uma nova era de negociação com o governo as solicitações de demarcações dos seus territórios, visto que a chegada de imigrantes e a política de ocupação das terras, definidas pelo Estado, cada vez mais ameaçavam os interesses indígenas. (Mota & Novak 2008:138)

Com a instalação da Colônia Militar no Chopim temos o nosso primeiro personagem que possui o nome Kretã, este responsável pela demarcação da atual Terra Indígena de Mangueirinha.

1.1- ANTONIO JOAQUIM CAPANEMA KRETÃ

Ao visitar a T.I de Mangueirinha o relato dos indígenas sobre a posse dessas terras é narrada de forma antológica, uma real conquista indígena, não mero acaso de passividade. Alzemiro Kaingang relata que “não é uma terra dada, mas uma terra conquistada, você quer saber dessa história? Foi Antônio Joaquim Capanema Kretã, quem a conseguiu, tiveram que abrir picadas no mato daqui até a divisa com a Argentina”. Esse relato marca não apenas o início do reconhecimento estatal das terras Kaingang, mas também a agência do nome Kretã. Pires (1975:66) registra o relato indígena sobre a ocupação nessa região e confirma que viviam ali há muito tempo, a sua suspeita é que esse grupo dos Toldos da Campina do Kretã é uma dissidência de Palmas, contudo lembram da instalação da Colônia Militar no império. “Os índios eram comandados pelo

‘major’ Cretan, também conhecido como cacique Capanema foram ajustados pelo ‘comandante Dantes’ para servirem como guias” (1975:40-41). Segundo o relato narrado a mim na T.I de Mangueirinha, como forma de pagamento pelos serviços prestados, Antônio Joaquim Capanema Kretã ouvindo o conselho de sua esposa, preferiu ao invés de pagamento em dinheiro (papel moeda)⁷ a posse da terra. Desse modo o grupo de Antônio Joaquim Capanema Kretã, chefe político dos indígenas na região, foi contemplado pelo Decreto Estadual nº 64 de 02 de março de 1903, em seu teor:

Ficam reservadas para o estabelecimento de tribos indígenas as terras ocupadas pelas cabildas do cacique Cretã com a seguintes divisas: a partir da cabeceira do Ribeirão Lageado Grande à cabeceira do Ribeirão Palmeirinha e por estes dous rios até o Igassú que será a divisa norte, respeitados os direitos de terceiros. (Helm, 2011:19)

A partir desses relatos e do fato da constituição da Terra Indígena, o nome Krim-tã, é herdeiro de um simbolismo político importante, seus descendentes passaram a exercer o poder político na Terra Indígena. O nome Kretã é relacionado a luta pela conquista e preservação da terra. Outro aspecto significativo é observar que o nome Kretã recebe um adjetivo não índio, o de “major”, ou seja, no mundo não-índio Kretã é também uma autoridade.

Em 1915, os Guarani chegam a esta região e solicitam ao cacique Capanema, filho de Antônio Joaquim Capanema Kretã, para permanecerem nesta terra, o que lhe é concedido. Isto é narrado pelos Kaingang como uma concessão. Estes Guarani teriam vindo provavelmente do Rio Grande do Sul e se dirigiam à São Paulo, e se instalado na região sob a anuência dos Kaingang (1975:44).

Durante o primeiro Governo Lupion⁸ avançou a colonização sobre as áreas indígenas sob a alegação de regularizar essas terras. O governo do Paraná sob o comando do governador, dividiu a Terra Indígena, pelo órgão de colonização que a denominou Colônia K, em três glebas: A, B e C. Diminuindo consideravelmente a Terra Indígena.

⁷ Há registros de serviços prestados por indígenas no período do império serem pagos com dinheiro, um exemplo é de Condá que possuía uma gratificação mensal de 50\$000 reis. Ver Marcon (1994:101)

⁸ Moisés Lupion foi governador durante os anos de 1947-1951 e 1956-1961 ver <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=100> acesso em 20-10-2015.

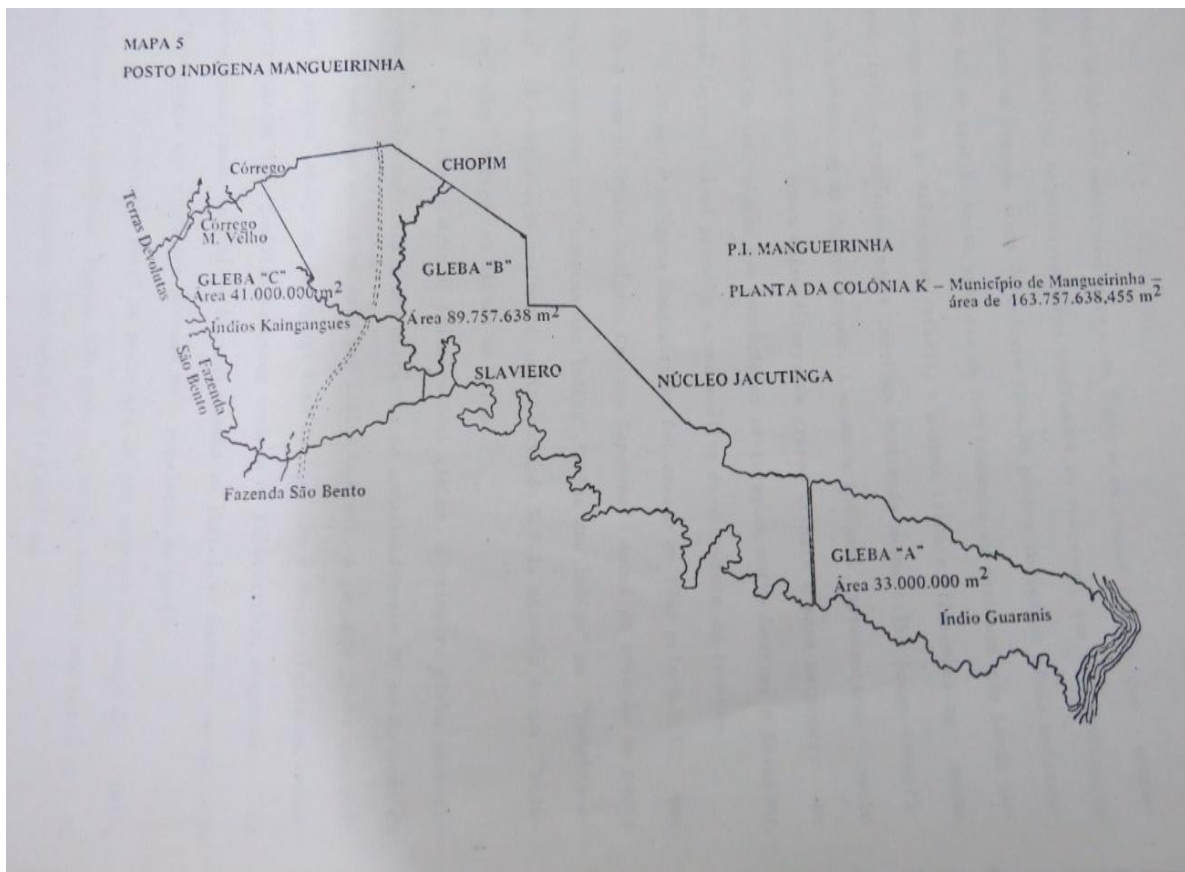


Figura 3: Posto Indígena de Mangueirinha (Pires, 1975) Neste mapa a “Gleba B” aparece sob o domínio da Madeira Slavieiro, um equívoco, tendo em vista que esta área estava em litígio. Atualmente os Kaingang e Guarani recuperaram o uso frute de toda área, depois de retirarem os madeireiros invasores.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) numa tentativa de negociar a terra, reivindicou que a área destinada aos indígenas alcançassem ao menos 12 mil hectares, para que os indígenas pudessem manter as condições de desenvolvimento de suas comunidades. Contudo a resposta do governo do Estado representa como o índio era visto aos olhos do desenvolvimento da época, empecilhos a serem removidos em prol do desenvolvimento do Estado. Sendo assim, garantir porções de terra deste tamanho seria formar “desertos improdutivos” (Helm 2012), trocando em miúdos, muita terra pra pouco índio. Desse modo a Gleba B foi negociada com o grupo empresarial Slavieiro Comércio e Industria de Madeiras que formou uma fazenda nesta área, contratou ‘vigias’ e um administrador. As famílias indígenas que ocupavam a área foram expulsas com a ajuda do SPI e de forças policiais.

Essa aparente ambiguidade do órgão indigenista oficial de caráter humanitário num momento e truculento em outro, é desconstruída por Lima (1995), para este autor a partir da criação do SPI se instituiu o “poder tutelar”. Trata-se de um poder

estatizado, exercido sobre populações e territórios, este caso em conluio com a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração do Estado do Paraná.

A manobra para diminuir a Terra Indígena foi percebida e repudiada, tanto pelos Kaingang quanto pelos Guarani, as lideranças indígenas rebeldes, foram perseguidas e sofreram uma série de sanções pelo órgão indigenista oficial.

Alguns foram colocados no tronco, conforme narrou, para a pesquisadora Helm, em 1965, o neto do cacique Capanema, João Vicente Capanema (Helm, 1965, 1996, 2007). Os descendentes do cacique José Capanema foram transferidos da Reserva de Mangueirinha para outros postos indígenas, afastados de seus parentes e do local onde haviam nascido e construídos seus ranchos e suas roças. (Helm 2012)

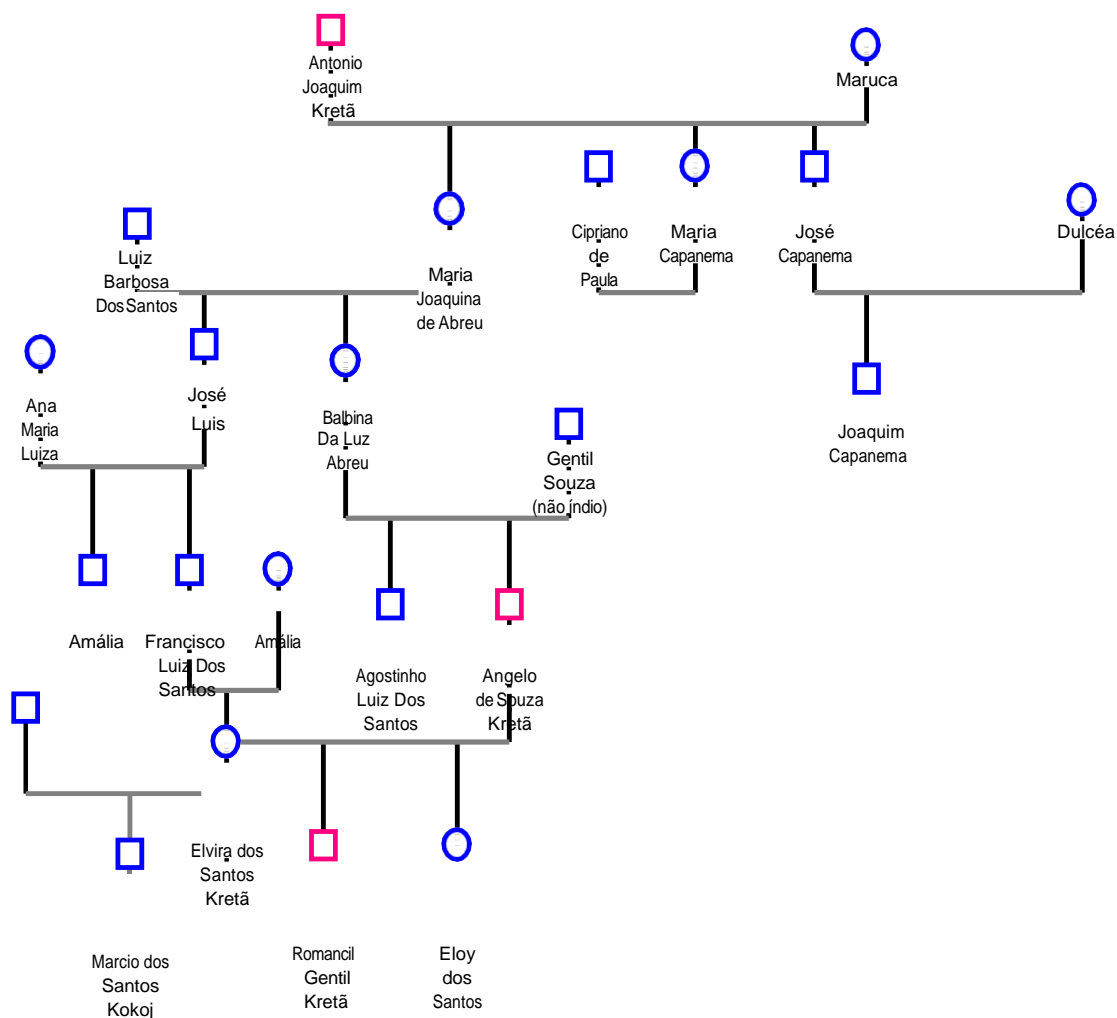
1.2- ÂNGELO SOUZA KRETÃ

Ângelo dos Santos Souza Kretã nasceu na Terra Indígena de Mangueirinha em 1942, fruto de um relacionamento de sua mãe Balbina da Luz Abreu com um não índio Gentil Souza. Gentil Souza era professor, natural da cidade de Ponta Grossa-Pr. A descendência de Ângelo é bisneto de Antônio Joaquim Kretã pela via materna, ou seja, Ângelo foge à regra de nomeação tradicional Kaingang que é patrilinear. Baseado em suas entrevistas e trabalho de campo, Castro (2011) compreendeu que foi um “o ato de sua nomeação foi permeado de valores simbólicos (...). Ângelo foi nomeado por sua mãe dona Balbina com o nome do mato do seu avô assim garantindo um lugar social na sociedade Kaingang, para Veiga (1994:64) “(..) o nome de uma criança deve corresponder a seção ou marca do seu pai. Eles acreditam que o ser humano é formado de organismo e de espírito, sendo este último relacionado ao nome”. Mas como já mencionado Ângelo Kretã é filho de um não índio, Veiga (1994:64) ainda afirma, se o pai é fog⁹ “os filhos herdarão esta condição”, e prossegue para ser membro da sociedade Kaingang é necessário ele ter um nome. Para Helm (2011:28) foi feito um arranjo para que Ângelo recebesse “um nome indígena, uma posição social, um nome forte, krintãn, da seção de sua mãe”. Este nome o ligava diretamente ao Antônio Joaquim Capanema Kretã¹⁰, e assim

⁹ Fog é como os Kaingang denominam os não índios

¹⁰ O nome Kaingáng se constitui como *persona*: todo nome recebido já foi utilizado por alguém e, ao recebê-lo, o indivíduo assume todas as prerrogativas e deveres a ele relacionados, ver Veiga (2004:64)

herdava não apenas um nome e/ou uma posição social, mas também um legado. Observe a Genealogia a partir de Helm (2011) e Castro (2012):



Para Juracilda Veiga (2004:60) os grupos do tronco linguístico macro Jê não possuem linhagem, ao menos como os estudos clássicos africanistas a concebem, “relacionada a transmissão de direitos sobre bens, como terra ou gado”. Contudo Veiga enfatiza a importância da descendência ao citar o trabalho de Lea (1986) que sofisticava a noção de riqueza ao perceber que entre os Kayapó, riquezas são de ordem imaterial, como o nome, e são transmitidos pelas matrilineagens, ou pelas Casas, as quais as mulheres descendem por nascimento. O nome indígena é recebido em cerimônia própria que gera fortes laços de compadrio, ficando quase sempre reservado às relações familiares. Outro dado é bastante simbólico: Ângelo Kretã é criado por um casal de não índios, João Antônio de Moraes seu tutor, este homem chegou a ser “Capitão dos Índios” e deposto do cargo por questionar os desmandos do SPI. Isso fez com que Ângelo fosse socializado fora de Mangueirinha, e sob os cuidados com alguém que possuía algum acesso ao SPI, isto lhe possibilitou ter alguma clareza sobre o que de fato era o SPI.

Este legado de que Ângelo Kretã é herdeiro não tarda em aflorar em 1971 galga ao cargo de Cacique. Alzemiرو Kaingang narra o fato enunciando as palavras de Ângelo Kretã: “aqui o SPI não manda mais, quem manda agora aqui são os índios”. Ângelo tinha discernimento que o seu povo havia sido prejudicado. E que o SPI em conluio com o governo do Paraná tinha negociado parte da Reserva Cacique Capanema¹¹. Como cacique Ângelo Kretã decide criar uma estratégia para retirar os intrusos da área negociada. O movimento indígena ganha impulso e inicia um processo de retomada de terras que se estende por áreas indígenas dos três estados do sul do Brasil¹². Em 1976 o cacique Ângelo Kretã é eleito o primeiro vereador indígena do Brasil¹³ no Município de Manguueirinha, ou seja, o cacique é também reconhecido como autoridade no mundo dos brancos. O processo de retomada das terras indígenas intrusadas por não índios fez com que a sua liderança extrapolasse os limites da Terra Indígena de Manguueirinha. Outro ponto importante é que as desinstruções ocorriam com o auxílio dos Guarani, estes indígenas dividem as terras em muitas das áreas indígenas com os Kaingang no sul do Brasil¹⁴. Ângelo Kretã morre em uma emboscada, em 29 de janeiro de 1980¹⁵, segundo o relato dos Kaingang de Manguueirinha.

É importante ressaltar que a Igreja Católica, por meio do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), é uma das alavancas desse novo momento da luta indígena no Brasil. O CIMI contribuiu para articular as assembleias indígenas que ocorreram neste momento e que foram fundamentais para colocar em diálogo tanto as Terras Indígenas como as diferentes etnias. Para exemplificar cito o relato de Francisco Luís dos Santos Kaingang, (sogro de Ângelo Kretã), que participou na cidade de Ijuí no Rio Grande do Sul em abril de 1977, nesta ocasião estavam presentes 26 lideranças das etnias Kaingang, Guarani, Terena, Xavante, Bororo, Pareci, Kayabi e Apiacá, eis o relato (2012):

Através desses encontros com os caciques de outros postos, outras aldeias e Estados, é que faz os problemas que precisam ser debatidos, ser sentidos. Como lá em Manguueirinha, tem uma parte de nossa terra que está sob o domínio da firma Slavieiro, queremos que volte para a reserva indígena, mas está um pouco demorado. Em 75 fomos a Brasília e tivemos promessa que logo seria resolvido nosso problema da área, mas até agora não tivemos solução nenhuma. Os índios não tiveram

¹¹ O nome de Reserva Cacique Capanema passou a ser designada de Terra Indígena de Manguueirinha.

¹² Sobre o Movimento Indígena no sul do Brasil cf Helm (1987), Castro (2012) e Tommasino (1995)

¹³ Disponível em <http://www.jornalmensagem.com/materia.php?id=17030> acesso em 11-08-2015

¹⁴ Ver Pires (1975)

¹⁵ Morreu em 29 de janeiro de 1980 num acidente de carro mal esclarecido, com fortes suspeitas de emboscada, em Manguueirinha, sudoeste do Paraná. Ver <http://www.dhnet.org.br/redes/estaduais/pr/personagem.htm> acesso em 20-10-2015.

apoio do chefe do Posto. Mandaram um ofício muito bonito do presidente da FUNAI, mas não foi executado. Em 76 foram os colonos invasores de Nonoai no Rio Grande do Sul. E também em junho, no Posto de Xapocozinho em Santa Catarina iam ser afastados os arrendatários e até agora não foi afastado. Lá em Mangueirinha tem seis capataz vigiando e cuidando dos pinheiros como se fosse dos Slavieiro. Em Palmas no Paraná faz cinco meses que eu estou trabalhando, e foi vendido também 80 hectares de terra da área dos índios pelo SPI. Já passou cinco ou seis donos. Atorou a área pelo meio. Como se pode entrar numa fazenda e atorar no meio, dividindo em duas partes como foi feito lá em Palmas? Eu não sou contra a FUNAI, o que eu apoio é um pouquinho mais de respeito. Se o SPI foi cassado por causa dos abusos nas áreas indígenas, a FUNAI não cumpriu ainda o que prometeu: a limpeza da área, limpar dos intrusos, legalização das terras indígenas, a situação do índio. Temos que lutar para que seja feito aquilo que prometeram: a terra, saúde e educação em primeiro lugar precisa ser normalizado. Por ora meu depoimento é isso.

A década de 1970 é marcada por um processo de protagonismo indígena, período em que ocorreram um conjunto de mobilizações para a garantia de direitos básicos como saúde, educação e principalmente a terra, como podemos averiguar no depoimento de seu Chico Luís dos Santos. As rebeliões indígenas também marcam um processo em que mais de uma etnia se unem contra o processo de espoliação que estavam submetidos. Ao longo da década de 1980 o movimento indígena aprofunda esse processo de unidade em torno dos ‘problemas comuns’ e vive a experiência de construir um movimento nacional, a UNI (União das Nações Indígenas). Essa experiência foi importante catalisador para a conquista dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal.

O período que segue a redemocratização do Brasil insere novos paradigmas a questão indígena e sua organização é nesse contexto que emerge um novo Kretã: Romancil Gentil Kretã.

1.3 -ROMANCIL GENTIL KRETÃ

Romancil Gentil Kretã, filho de Ângelo Souza Kretã, uma grande liderança da Terra Indígena de Mangueirinha, após a morte de seu pai, foi criado pelo seu avô, Chico Luís dos Santos, liderança destacada nas assembleias indígenas e na constituinte, seu avô materno também possui o nome Kretã o que traz uma série de implicações como veremos a seguir. Aos dezesseis anos de idade, Romancil, resolve sair da aldeia por desentendimentos com o novo cacique. Perambulou algum tempo pelo interior de Santa Catarina e Paraná até fixar moradia na cidade de São Miguel do Oeste. Nesta cidade

trabalhou na construção civil como servente e pedreiro, alistou-se no exército e, após cumprir as obrigações militares, resolveu vir para Curitiba.

Em Curitiba seu intento era encontrar sua tia que residia nesta cidade, contudo não sabia se quer seu endereço. Quando chegou na capital se instalou na Casa do Índio mantido pela FUNAI onde esperava ter informações sobre sua tia. Ao chegar na instituição, procurou saber sobre o paradeiro de sua parente, não obstante foi comunicado que a Casa do Índio não possuía contato e nem o endereço de sua tia, ressaltaram que sua parente não aparecia na instituição havia seis meses, desse modo a Casa do Índio não poderia lhe ajudar. Isto posto a instituição determinou para Romancil, caso ela não viesse até o final da tarde ele teria que voltar a cidade da qual havia se deslocado. Foi então que, para sua surpresa, sua tia naquele dia iria ao banco pagar contas, mas como ainda era cedo resolveu passar na Casa do Índio.

Romancil Gentil Kretã então passou a morar em Curitiba, trabalhando e morando precariamente, como seu próprio relato diz: “como um branco”. Até receber a visita de seu avô, que lhe trouxe um prenúncio assim interpretado por ele:

“Meu avô disse que eu deveria voltar para Manguueirinha, pois aquela vida ali na cidade era muito humilhante para o filho de uma grande liderança, para um Kretã, e me perguntou, você sabe quem você é? Sabe o que é um Kretã? Pois hoje eu vou lhe contar essa história. No final da história que era sobre o meu pai e meus antepassados, a luta pela terra em Manguueirinha, disse que eu deveria voltar e se preparar para liderar meu povo como cacique em Manguueirinha e posteriormente se tornaria uma liderança estadual”. (Entrevista concedida em 12-10-2011)

Romancil Gentil Kretã num primeiro momento não gostou, aliás tomou como insulto as críticas que seu avô lhe fez, e foi apenas depois de três meses após a morte de Chico Luís dos Santos que retornaria a Manguueirinha para cumprir o prenúncio que seu avô lhe trouxera. O líder Kaingang relata que se transferiu para a T.I de Manguueirinha, mas nesse tempo era casado com uma não índia, e que sua esposa não teria se habituado a vida de índio na Reserva. Ademais, seu primo Valdir Kokoj Kaingang tinha acabado de ser eleito cacique da aldeia e achou melhor não interferir e voltou à Curitiba. Morando, segundo seu relato, novamente como um “branco”. Esse “branco” na fala de Romancil, tem algo a nos informar, ser branco, neste caso, não é um delimitador de fronteira étnica, mas uma atitude frente ao descaso da questão indígena. Para Romancil, ser Kaingang é ser guerreiro, lutador. Voltamos ao seu discurso que inicia o capítulo: “Tenho orgulho de fazer parte deste movimento indígena. Tenho orgulho de fazer parte deste momento.

Tenho orgulho de ser um soldado da resistência”. Apenas no processo de conquista da aldeia Kakané Porã¹⁶ é que ele retoma o seu papel Kaingang, e o prenúncio de seu avô estava por se concretizar. Em outras palavras, é no movimento indígena em Curitiba e na luta dos indígenas por um pedaço de terra na capital paranaense, que Romancil Kretã não apenas se reencontrou como Kaingang mas também como liderança indígena. Romancil foi um dos articuladores dessa ação de luta pela terra, cofundador e presidente da associação denominada ORCCIP CURIM (Organização de Resgate Crítico da Cultura Indígena Curitiba e Região Metropolitana). A luta pela terra em Curitiba teve um desfecho bem sucedido, trinta e sete famílias foram assentadas na aldeia Kakané Porã¹⁷. Esse movimento deu a Romancil visibilidade perante o movimento indígena nacional, que a partir dessa ação, foi convidado para um curso de formação ofertado pela COAIB¹⁸ (Coordenação da Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira).

Ao retornar para Curitiba, ficou incumbido de construir uma organização indígena nos moldes da COIAB que agrupasse as etnias do sul do Brasil. Em conjunto com várias lideranças indígenas promoveram uma série de encontros com o objetivo de criar a ARPIN-SUL (Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil).

Romancil relata que neste interim era conhecido por “kretãzinho”, ou o filho do Ângelo Kretã, mas que após o seu envolvimento e atuação no movimento indígena, passou a ser conhecido como Kretã. Assim o prenúncio de seu avô Chico Luís dos Santos se tornaria concreto, como Romancil Kretã relata: “não da maneira como meu avô disse, como cacique da Terra Indígena de Mangueirinha e depois uma liderança do Paraná, mas como Presidente da ORCCIP CURIM e depois como coordenador político da ARPINSUL. Portanto, para Romancil o movimento indígena é a possibilidade concreta, primeiro de ser um Kaingang - no sentido ideal - como afirma a história de luta de seu povo contada por seu avô, e segundo, pelo reconhecimento indígena de sua liderança - de “Kretãzinho” a Kretã -, a articulação do movimento e da luta pela terra lhe permitiu ascender ao posto de liderança a partir do seu nome: Kretã.

¹⁶ Aldeia Indígena na cidade de Curitiba, residem atualmente 37 famílias, sendo 3 Xetás, 5 Gurani e 29 Kaingang.

¹⁷ Ver Paraná (2009) e Baptista (2012)

¹⁸ A COIAB é uma organização indígena de caráter multiétnico, congrega 75 organizações indígenas: associações locais, mulheres, federações regionais. Busca representar, articular e apoiar as organizações indígenas situadas na Amazônia legal, com o objetivo de promover a organização social, cultural, econômica e política dos povos e das organizações da Amazônia brasileira. Ver <<http://www.coiab.com.br/>>acesso em 11-09-2015

1.4 - O DRAMA DE UM NOME

Os Kaingang como vimos pertence ao grupo linguístico Macro Jê, ao observar a literatura sobre os Jê não podemos caracterizá-los pela linhagem, não aos moldes dos estudos clássicos africanistas, pois não transmitem bens materiais. A sua descendência lhe transmite bens imateriais como o nome. Isto posto seria interessante aproximar o sistema de nomenclatura Kaingang e a descendência do nome Kretã ao que denominamos de ‘representação’ política no mundo dos ‘brancos’.

Para Fernandes (2003:235) as lideranças indígenas, como são chamadas de modo geral, tais autoridades, centralizam as tarefas de “planejamento, e organização dos trabalhos comunitários de controle social interno e de representação das comunidades perante instâncias externas”. Ao acompanhar o conselho de caciques do Paraná em uma agenda política¹⁹ com o governo do Estado, presenciei que os caciques estavam sempre acompanhados de suas lideranças. O cacique Milton Alves Kaingang da T.I de Mangueirinha estava acompanhado por três lideranças: o professor bilíngue Kaingang da escola, o presidente da associação dos produtores indígenas e um ‘assessor’²⁰ Marcio Kokoj Kaingang.

(...)Há entre os Kaingang a concepção de que a atuação política não se limita à mera representação, há entre os Kaingang a concepção de que a atuação política indígena pode e deve se configurar como uma agência *extra muros*.

(...) A atuação extra muros foi uma marca da política Kaingang registrada por observadores do século XIX, sendo também característica dos dias de hoje.(Fernandes 2003:235)

Desse modo é desejável que “o cacique seja reconhecido, em certa medida, como uma autoridade no ‘mundo dos brancos’. O nome Kretã cumpre com esses critérios. Desde o primeiro Kretã, Antônio Joaquim que ao saber manejar o mundo dos brancos, é nomeado de ‘Major’ e conseguiu garantir o território; Ângelo Souza organizou os Kaingang na defesa do seu território, do mesmo modo ao adquirir o título de vereador mostrou-se capaz de manejar o mundo dos brancos. Temos até o momento pessoas que construíram a sua representação combinando ‘qualidades individuais’ e o ser político

¹⁹ Esta reunião aconteceu nos dias 11 e 12 de maio deste ano, os órgãos visitados foram: COHAPAR, ITCG, SEEC-PR, SEED-PR e SEET.

²⁰ Marcio KoKoj é seu cunhado e integrante do movimento indígena, o termo assessor foi utilizado por Marcio Kokoj em sua apresentação.

Kaingang, ou seja, “a política possível é a política que se constrói a partir da relação histórica entre parentesco e território” (Fernandes 2003:244).

O caso de Romancil Gentil e o seu ‘encontro’ com o nome Kretã é de fato intrigante, é uma conjunção de eventos narrados de maneira comovente. Buscarei analisar essa sequência de eventos a luz da teoria de Turner e seu conceito de dramas sociais: “(...) unidades de processo anarmônico ou desarmônico que surgem em situações de conflito” (2008). Turner segue caracterizando o drama social que é composto de quatro fases. A primeira tem como aspecto o rompimento formal e de caráter público das relações sociais, transgredindo a norma, a regra, que é essencial para o grupo. Romancil Kretã com dezesseis anos de idade, ao não aceitar a autoridade do cacique evidencia e caracteriza a desobediência. Em muitos casos entre os Kaingang a punição ocorre através de uma noite ou alguns dias na ‘cadeia’ da aldeia. Existem situações, a depender da gravidade da falta, em que o indígena é transferido para outras T.I’s sendo impedido de retornar. Romancil Kretã ao ignorar esse sistema de coerção agrava a situação de conflito ao sair da aldeia e decide ir morar como um ‘branco²¹’ na cidade. Esta seria a segunda fase do drama para Turner. A terceira é “quando surgem figuras representativas de uma coletividade e acionam mecanismos de correção para pôr fim à crise” (2008). Chico Luís dos Santos, avô de Romancil, ao aconselhá-lo apresenta a história de seu nome e o que é ser um Kretã. A última fase é quando o indivíduo é reintegrado e socializado novamente ao grupo. No caso de ser um Kretã convidado a integrar o movimento indígena em Curitiba. Não importava ser apenas Kaingang, deveria ser um líder, deveria ser um Kretã, assim o prencio lhe aconselhava, e o seu nome lhe imputava tarefas e deveres concernente ao seu nome. A ARPINSUL e a rede de relações que experimentou levou Romancil Kretã a ser reintegrado simbolicamente ao seu povo.

A emergência de sua liderança através da organização indígena lhe alça a uma posição de representante, contudo, é algo ainda em processo, este ‘representante’ não tem os mesmos significados do qual constituímos no mundo ocidental, antes algo como um articulador, alguém que conecta as lutas indígenas regionais Kaingang as lutas nacionais.

O nome Kretã tem um potencializador para aglutinar forças indígenas, isto em vários períodos da história da T.I de Mangueirinha. O desafio de Romancil Kretã será de articular essas forças indígenas e fazer alianças intra e supra étnicas. No passado, o

²¹ Como ele disse.

nome Kretã conseguiu, em certa medida, unir indígenas tanto da metade Kamé quanto da metade Kairu de Mangueirinha e de outras T.I's, foi um articulador. Contudo isto foi possível porque existia uma pauta concreta: o território intrusado.

O território para os Kaingang é de extrema importância, nele é que são enterrados os umbigos dos recém nascidos, isto particulariza o Kaingang a uma terra. É como uma semente plantada na terra que deve crescer com uma árvore e se tornar *um tronco velho*²². É nesta terra que estão enterrados os seus mortos, tão importante para o ritual do Kikikoi. É em meio a esta ecologia que os espaços de socialização ocorrem.

A explicação mítica sobre a origem Kaingang permeia toda a cultura desse povo e constitui-se como o princípio estruturante de todas as esferas da vida em sociedade. Essa ligação originária com a terra, a Terra-mãe, permanece nas atividades do cotidiano e se reafirma em todos os momentos cruciais das pessoas. Pode-se dizer que os Kaingang, estão o tempo todo, metaforicamente ligados à terra. A relação de unicidade, Homem-terra, permeia a vida desde o nascimento até a morte: da terra nasceram a ela retornarão. (Tommasino 2004:152)

A representação política ou articulação é acionada para defender este território. Esse representante/articulador funciona como uma ilustração que ouvi de uma liderança Pataxó no Acampamento Terra Livre de 2015: “temos que ser como um arco e uma flecha, a liderança indígena é como um arco que se dobra ao se arcar para o seu povo (a flecha) assim lançando ele contra o inimigo”.

Ao refletir sobre as linhas que poderiam separar (ou não) termos como representatividade, liderança e articulação, assim distinguindo ou entrelaçando o entendimento indígena sobre esses termos. Antes, sobretudo é importante aferir que o sistema de nomenclatura nos oferece uma alternativa de análise, ao invés de separar com fronteiras rígidas o significado dessas palavras. É possível alinhar em outros termos, o que essas palavras podem significar, para o discurso de Romancil Gentil Kretã, ou seja, esses termos na construção política da liderança Kaingang não são completas oposições, existem relações de complementariedade entre elas que são habilidades desejáveis. É central à composição da liderança nos casos analisados por Fernandes, a presença de chefes de grupos domésticos que representam oposição direta. Neste sentido, o processo de tomada de decisão pelo cacique e liderança são pontuados por três concepções: a

²² Pessoas nascidas numa T.I. e que lá envelheceram se tornando assim uma referência para a comunidade, como um pinheiro que quanto mais velho, mais alto e largo se torna, é uma referência na mata, o Kaingang velho é uma referência para a comunidade.

divisão da comunidade em grupos; a concepção de que a comunidade constitui uma unidade; a concepção da comunidade como um agente em relacionamento com o mundo dos brancos (2003:267). Estas concepções indicam que a própria liderança política se estabelece ao reconhecer as diferenças e incorporá-las, unificando a comunidade, e possibilitando a esta relacionar-se com o exterior como unidade.

Essa é a tensão a ser problematizada no caso de Romancil Gentil Kretã, por mais que possua um nome forte, tenha um bom manejo no mundo dos brancos, via movimento indígena nacional. Isto lhe deixa mais próximo de um outro modo de ser liderança. Gersem Baniwa (2006:65-66) ao analisar a ideia de liderança, principalmente da região amazônica, divide em dois modelos as formas de liderança: tradicionais e novas lideranças. Segundo o autor são “líderes tradicionais porque seguem e cumprem as condições e as regras herdadas dos seus pais ou ancestrais aceitas pelo grupo”. Ainda para este autor líderes que advém de organizações indígenas formam um novo arranjo no sistema que configura um conjunto de “novas lideranças” (professores, agentes de saúde, estudantes) que são importantes para a vida coletiva de seu povo. Essas novas lideranças exercem função ‘extra muros’, como dirigentes de organizações indígenas formais e articuladores entre as comunidades indígenas e as sociedades regional, nacional e internacional.

A liderança “tradicional” a partir dos Kaingang, se constrói nas relações internas à aldeia e se conformam na relação com o mundo não-índio. Romancil Gentil Kretã se aproxima da noção de “novas lideranças” por construir a sua liderança fora da aldeia. Entretanto ele não faz parte do rol de ocupações (professores, agentes de saúde, etc) que por sua natureza é constituído no mundo não-índio. Romancil aciona seu status de líder através do seu nome indígena. Romancil Gentil Kretã vive numa espécie de liminaridade entre articular a política ‘extra muros’ e combinar o legado que seu nome lhe imputa. Este espaço segundo Turner (2008:14) é um espaço do perigo, em que mudanças podem ocorrer, (...) “o que ontem era liminar hoje está estabelecido, o que hoje é periférico torna-se central amanhã”.

O local encontrado por ele é a organização indígena ARPINSUL, sua articulação junto aos povos indígenas do sul do Brasil apenas será compreendido, caso a minha hipótese esteja correta, ao combinar a política extra muros com a defesa do território. Em outras palavras, a representação política para os Kaingang é inteligível apenas na defesa de suas terras, sendo assim o articulador, da ARPINSUL. Para obter

sucesso deve centrar as suas ações na defesa do território. O nome Kretã será posto à prova por esses critérios como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 2 – ARPINSUL (ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO SUL)

“missão articular e representar politicamente os índios do Sul do Brasil”



FIGURA 3 FOTO: PATRICK LEANDRO BAPTISTA MOBILIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA 2014, DISTRITO FEDERAL: OCUPAÇÃO DA LAJE DO CONGRESSO NACIONAL, SEGURAM A BANDEIRA MARCIANO GUARANI E O PROFESSOR JÚLIO GUARANI, DA T.IPOSTO VELHO/PR.

A ARPINSUL tem “a missão de representar, articular e organizar os indígenas da região sul do Brasil”. É com essa chamada que a ARPINSUL abre os folders que são entregues na publicidade de seus projetos²³. A “missão” não é um mero objetivo a ser perseguido com afinco, uma meta a ser alcançada numa lógica de mercado, melhor seria compreendida com um legado, uma herança passada de geração à geração. No caso individual de Romancil Gentil Kretã este pensamento é acessado pela cosmologia de seu nome Kaingang, no caso da organização coletiva é um constructo do discurso indígena. Como veremos na fala adiante de Rildo Mendes Kaingang, esta organização que nasceu no ano de 2007 é fruto do aprendizado de outras organizações dos anos 1990,

Patrick- Me diz uma coisa vocês chegaram pensar em montar uma organização indígena que pudesse contemplar os Estados do sul nos anos 90?

Rildo Mendes - os anos 90 acho que teve duas organizações ou três, porque logo que foi promulgada a constituição, surgiu a necessidade de formar um movimento para fazer a aplicabilidade dos direitos constitucionais, inclusive surgiu a COIAB a APOIME, e na nossa região sul surgiu a ONI-SUL, e mais uma outra eu não lembro, APBKG. Essa instituição agora no início dos anos 2000 surgiu a ARPINSUL do

²³ Atualmente os dois principais projetos da ARPINSUL são: o PCI (Ponto de Cultura Indígena) e o Prêmio de Cultura Indígena. Tratarei desse tema no decorrer do capítulo.

qual eu faço parte, foi um aprendizado com as organizações da região sul, AME-SUL, ONI-SUL e a APBKG (Professores) que deu os passos, para a construção da ARPINSUL hoje, a gente conseguiu prever as deficiências da época e tentar não fazer a mesma coisa com a instituição hoje, ARPINSUL né! (Entrevista concedida 20-07-2015)

Rildo torna evidente que a ARPINSUL nasce da experiência de outras organizações, que possuíam ‘deficiências’, mesmo que o conjunto da entrevista não deixe claro quais são essas deficiências, é mister vislumbrar quais foram os processos sócio-políticos institucionais que levaram os indígenas a criarem essas organizações e como lidaram e lidam com essas ‘deficiências’. Da mesma forma pensar como esses processos legitimam (ou não) essas organizações a representar/organizar/articular os índios, como a “missão” da ARPINSUL se propõe a realizar. Ao olhar para esse processo não podemos ofuscar o fato de que o acúmulo de forças durante o período: das assembleias indígenas, a formação da UNI (União das Nações Indígenas) e da constituinte foram importantes vetores de empoderamento indígena. É nesse rescaldo político que as organizações ONI-SUL (Organização das Nações Indígenas do sul), APBGK (Associação dos Professores Bilíngue Guarani e Kaingang), APOIS (Articulação dos Povos Indígenas) foram criadas. Antes de 1988, no Brasil, o objetivo estatal em relação à questão indígena, era facilitar a integração e assimilação dos índios à sociedade nacional, sob o propósito de desobstruir o caminho para programas de avanço nas fronteiras agrícolas ou empreendimentos desenvolvimentistas. É objetivo desse capítulo tratar a dinâmica processual e o histórico que possibilitou a construção da ARPINSUL, como uma organização indígena que se relaciona com agentes estatais e não governamentais no cotidiano de seu funcionamento, bem como, capturar quais informações que esta dinâmica traz para refletir a “missão” dessa organização (articular e representar politicamente os índios do sul do Brasil).

2.1.1 – PODER TUTELAR

O processo histórico dos movimentos indígenas contemporâneos pode ser pensado segundo Gersem Baniwa (2012:207), a partir do tratamento da questão indígena pelo Estado. No período da República Velha sob o pretexto de zelar pelos indígenas considerados relativamente incapazes é instituído o “poder tutelar”²⁴. É neste período que

²⁴ Lima (1995) define como poder estatizado, exercido sobre populações e territórios, que busca assegurar o monopólio dos procedimentos de definição e controle sobre as populações indígenas.

o SPI (Serviço de Proteção ao Índios) responsável pela tutela, promoveu uma série de medidas e tornou célere o confinamento de grupos indígenas em aldeamentos. Esta medida intentava em atrair e pacificar os indígenas para implementar sem intempéries projetos coloniais. Ao ignorar acordos, corroborar para a intrusão de terras, fazer vistas grossas aos desmandos coronelistas da política de governadores o órgão travava uma “guerra de conquista” desses territórios. Lima (1995) sustenta que essa “conquista” possui vários prismas: fixação dos conquistadores nas terras conquistadas, redefinição das unidades sociais conquistadas, promoção de fissões e alianças das populações conquistadas, objetivos econômicos e empresa cognitiva.

Nas terras indígenas do Paraná essa “guerra de conquista” não foi somente na clausura dos índios que o SPI atuou. A intervenção foi muito além dos desmandos pela terra. Havia uma política orientada para cada Posto Indígena pudesse se auto sustentar, e transformar os índios em agricultores plenos e que deixassem de lado a caça de animais e o extrativismo, desse modo à área ocupada pelos índios poderia (ao menos em tese) ser menor. As práticas de religiosidade indígena foram perseguidas, Tommasino (1995:166) analisando um depoimento de campo se refere aos castigos sofridos por aqueles que exercessem a prática do xamanismo, no caso dos “Kaingang e aos doentes que os procurassem as suas casas eram queimadas”. E ainda “os Kuiã²⁵ eram amarrados no tronco e eram castigados fisicamente ou ‘surrados’, como costuma-se dizer”.

Havia um conjunto de práticas que Tommasino (1995:185) as classifica como disciplinadoras, entre as quais a transferência compulsória e a deportação de quem se queixasse a favor dos índios. O tronco e a cadeia eram utilizados como práticas punitivas sob a alegação de ações imorais como: “brigas, bebedeiras, insubordinação, adultério e outras faltas”. Na Terra Indígena de Mangueirinha as lembranças dos velhos das aldeias ainda são vivas. Os relatos de violência física, psíquica e cultural de que sofriam. “Se algum “indinho” fizesse algo errado” ele ia para o tronco, relata Alzemiro Kaingang. O atual cacique Carlos da T.I Kakané Porã narra a proibição do uso da língua, “se a gente usasse o idioma a gente não ganhava merenda”.

Fernandes (2003) ao analisar a política Kaingang identifica o esvaziamento político das lideranças indígenas do período da política dos aldeamentos. Para o autor, o Po’i (Chefia Indígena) foi desmembrado em vários líderes, do qual o SPI classificava segundo a hierarquia militar: capitão, sargento, cabo, soldado. Todos atrelados ao chefe

²⁵ Liderança religiosa Kaingang.

do Posto. O resultado mais importante, do ponto de vista do colonizador, foi o regulamento do confinamento Kaingang em um limite de terras, consolidando sua condição de tutelados imposta aos índios. Ao olhar dos Kaingang, seu resultado mais visível foi a incorporação de títulos da hierarquia militar em sua organização política. O órgão indigenista nomeava ao seu bel prazer, o capitão, geralmente uma família que no jogo político com os brancos e as barganhas em questão, poderia colaborar com o chefe do Posto Indígena e assim permanecer como liderança. Para entender melhor esse papel Oliveira Filho analisa:

Para uma compreensão melhor do papel de capitão é necessário fazer a referência a um outro papel presente nos esquemas administrativos de atuação do órgão tutelar: *o de inspetor* ou *chefe do Posto*. Uma tentativa de interpretação desse par *capitão x encarregado* pode partir da noção de papéis inter-hierárquicos. (...) *capitão* e o *encarregado* fazem parte do mesmo conjunto de determinações, sendo ambos externos portanto (...), à lógica indígena. Mas em uma primeira aproximação se poderia dizer que constituem uma par similar ao apontado por Gluckman (“chief x native commissioner”), onde figura o último escalão da máquina administrativa dos brancos e o primeiro escalão da hierarquia indígena. Nessa perspectiva o *capitão* é um instrumento de comunicação acionado pelos funcionários do SPI. (OLIVEIRA FILHO, 1988.p. 209/210 apud TOMMASINO, 1995.p.173)

O papel do SPI deveria prover os indígenas com assistência à saúde, educação, à terra, as condições mínimas de existência. Contudo a oscilou, mantendo a ótica da tutela, entre: “proteger e tutelar para dominar, integrar e emancipar”.

2.1.2- MOVIMENTO INDÍGENA- PRIMIEIROS PASSOS

A partir dos anos 1970, novos atores surgem dentro desse processo histórico, novos atores na questão indígena: a Igreja Católica e organizações civis indigenistas. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criou um órgão específico para tratar dos casos de violência e violação de direitos humanos relacionado aos indígenas, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário). O CIMI passou a executar tarefas políticas de articular, apoiar, denunciar e divulgar ações relacionadas aos indígenas no Brasil. É ainda a partir da década de 1970 que surgiu várias organizações não governamentais de apoio aos índios, estas ONG's reforçam o questionamento dos preceitos civilizatórios mobilizados pelo órgão indigenista oficial para integração dos indígenas à sociedade, podemos citar o ISA (Instituto Socioambiental), o CTI (Centro de Trabalho Indigenista), a COMIN (Conselho de Missão entre Indígenas), ANAI (Associação Nacional de Apoio ao índio), entre outras.

É importante contextualizar que concomitante a esse processo de impulso das lutas indígenas, o Estado no regime militar está sendo questionado por diversos setores da sociedade, desde os trabalhadores nos grandes e passando inclusive por empresários contrários as ações do regime militar. Outro ponto é o fim do SPI, acusado de corrupção e negligência da questão indígena, deu lugar a FUNAI, isto não significa uma guinada na doutrina do Estado em relação ao tratamento com os indígenas, mas abriu uma brecha para o protagonismo do CIMI, e ONG's e inclusive dos próprios indígenas na contestação dessa doutrina assimilacionista e integradora do órgão.

Um interessante exemplo, de protagonismo indígena, é de Ângelo de Souza Kretã, que soube utilizar as brechas deste cenário de questionamento ao Estado. Ângelo concorre as eleições de 1976 pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), não antes de ter a sua candidatura contestada pelos políticos pró ditadura e inclusive “pelo chefe do Posto, senhor Isaac Bavaresco, que cumpria ordens vindas de Brasília”. Ângelo de Souza Kretã enfrentou, segundo Castro (2010:94), “oposição de dirigentes da FUNAI, que o enxergavam como uma afronta ao governo e suas diretrizes fundamentadas na tutela sobre os Índios”. Com parecer do juiz eleitoral Aroldo Antônio Colomb, da 101ª Zona Eleitoral de Coronel Vivida, homologou sua candidatura, que saiu vitoriosa. Ângelo de Souza Kretã é eleito o primeiro vereador indígena da história do Brasil. Esse fato é bastante relevante não apenas para a biografia do nome Kretã, como também um simbolismo político muito forte. Observe a fala do seu filho Romancil Gentil Kretã, sobre o êxito do seu Pai,

Falando sobre política agora, Ângelo Kretã foi eleito vereador em Mangueirinha, foi o primeiro índio a ter um cargo político no Brasil não existia ninguém na história que existia outro índio vereador, prefeito ou deputado federal que teve um cargo político. Quem você acha elegeu o Ângelo Kretã, se só tinha 12 famílias que morava em Mangueirinha? Foram os brancos que elegeram ele. Por que? Porque ele tinha um trabalho bom dentro da comunidade e um trabalho bom fora da comunidade, porque o equipamento agrícola que a nossa aldeia tinha da época que o Ângelo entrou de cacique ele conseguiu pegar. Ele libertou aquele povo, foi a mesma coisa que eu fiz, o Ângelo liberto mangueirinha do tempo dos tenentes, de capitão que na época tinha, e foi nessa época o primeiro equipamento agrícola da região, foi o nosso. O Ângelo trabalhava com tudo aquelas comunidades, só que eles não trabalhavam com a soja, trabalhavam com o milho, o arroz e o feijão. Em mangueirinha é muito forte o plantio de milho, arroz e feijão. (Entrevista concedida 22-04215)

Lembrar a fala de Alzemiro Kaingang é bastante pertinente “quem manda aqui agora é o índio”. Esta eleição movimentou a aldeia, elevou a autoestima dos

Kaingang em Mangueirinha, sua vitória política é um marco, o que torna um simbolismo político que impulsionou as demandas da comunidade. É possível perceber que este simbolismo político alcança os dias atuais, a memória do cacique vereador é muito presente no dia-a-dia pelos Kaingang de Mangueirinha. É lembrado como o retorno do cacique, da chefia indígena. Do exemplo de como se deve ser um cacique, dever de zelar pelo seu povo, mas enfrentar os não-índios para defender os parentes. O relato acima de Romancil dialoga com uma história que ouvi em Mangueirinha no trabalho de campo, onde um indígena lembrava como era o cacicado de Ângelo de Souza Kretã,

Meu pai tinha aprontado pois tinha bebido demais, o Ângelo chegou na minha casa e prendeu meu pai, por uns três dias, aí quando foi soltar meu pai, mandou me chamar, e disse, olha aí para o teu filho, você precisa ser exemplo pra ele, que tipo de homem você quer que ele seja, depois mandou chamar a mulher (Elvira Luís dos Santos) dele, pediu pra ela fazer uma sacola de comida, com milho, arroz, mandioca, feijão, e disse, você ficou preso né, então tua família não deve ter comida, leva isso para os teus filhos e tua mulher.(notas de campo)

O protagonismo de Ângelo é lembrada pelo retorno do cacique, aquela chefia (Po'i) marcada na cosmologia Kaingang como provedor e defensor de seu grupo. Esta agência da figura líder/chefia se mostrou-se eficaz ao conseguir unir os indígenas de outras terras e fazer que se insurgissem contra a intrusão das terras indígenas. Neste sentido, Ângelo Souza Kretã, é um importante articulador das lutas pela retomada de terras no sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e Rio Grande do Sul ²⁶. Este líder/chefe que foi Ângelo de Souza Kretã usou de estratégias de enfrentamento direto, ou seja, uma prática coletiva baseada na força para conseguir prevalecer os interesses indígenas, expulsando os colonos das T.I's.

Paralelo às ações de retomada de terras, ocorre um estreitamento na relação entre os indígenas e setores sensíveis à questão indígena, há um substancial aumento de diálogo, através das assembleias entre as etnias e corroborou para o que Batalha (1979:12) chamou de “indentificacion ‘*pan india*’ opuesta a Occidente, que se expresa a través de la *indianidad*.”. Esse pan-indigenismo (Ortolan Matos, 1997:210-264) “proporcionou a formação de uma ‘consciência coletiva’ da situação de contato e a criação de identidade supra-étnica que foi capaz de aglutinar diferentes grupos indígenas em torno de demandas políticas comuns”. Entre essas demandas a questão da terra é o eixo central. Todas as

²⁶ Ver Helm (1987), Castro (2010)

outras reivindicações gravitam em torno dessa demanda, isto gerará ranhuras nessa unidade, como veremos no período posterior.

Ainda tratando da aproximação entre indígenas e outros atores nos anos 1970, não podemos deixar de problematizar a atuação do CIMI, criado em 1972²⁷, é um órgão vinculado a CNBB (Conselho Nacional dos Bispos do Brasil), inspirado pela teologia da libertação, que se faz presente em vários movimentos sociais. A base dessa teologia é a crença de que o oprimido, ao tomar consciência de sua opressão, criará mecanismos para se libertar, assim libertando o opressor. As reuniões eram a base dessa prática, nelas os indígenas poderiam trocar experiências, e superar a condição de oprimido, sendo assim o CIMI tem como intento a articulação dos povos indígenas usando como instrumento, as assembleias indígenas.

A reunião como base e a “autodeterminação como valor” (Viveiros de Castro 1981). A superação da situação de oprimido resultaria da luta constante pela autodeterminação dos povos indígenas. Segundo Viveiros de Castro, esta “autodeterminação implica um direito essencial: o direito à diferença (...), direito que não se concede, e sim se reconhece.” (1981:235). A defesa da autodeterminação dos povos indígenas é pensada como o indígena traçando os seus próprios rumos, pensando as suas demandas em comum, e exigindo o atendimento dessas pautas conforme as suas escolhas. O CIMI mesclando as reuniões de base entrelaçadas a ideia de autodeterminação visava o rompimento do “poder tutelar” do órgão indigenista oficial assim alimentando o desejo indígena de se obter o direito de decidir o próprio destino político: autogovernar-se.

O Conselho Indígena Missionário não é, e nunca foi, unanimidade dentro da Igreja Católica, muitas dificuldades tiveram que enfrentar os seus integrantes, desde dificuldades financeiras até a negativa de ordens conservadoras da Igreja para abrigar as suas instalações. O órgão foi mantido por convênios internacionais que sofrem questionamentos sobre as ‘intenções’ das ações missionárias. No entanto, o CIMI por repensar a prática missionária, ao deixar de lado o proselitismo religioso, arregimentou apoio em amplos setores de pessoas ligadas à defesa dos direitos sociais e humanos, setores da classe média e universitários, que viam no CIMI uma porta de entrada para ações missionárias, que seriam difíceis num contexto de ditadura militar. Bicalho (2010:154-162) ressalta que fatores internacionais colaboravam para o sucesso dessa

²⁷ Disponível em < <http://cimi.org.br/site/pt-br/>> Acessado em 15-02-2015

prática missionária, fatores ligados ao fortalecimento de organismos internacionais como ONU (Organização das Nações Unidas) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho) que no mundo pós-guerra passaram a valorar o direito a diversidade cultural e pluriétnica.

Impulsionado pelas mudanças trazidas pelo Concílio Vaticano II (1962-65) e das discussões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em 1968, D. Tomás Balduino um dos pioneiros do indigenismo não-oficial, em entrevista²⁸ concedida a historiadora Bicalho (2010) relatou da seguinte forma:

(...) houve um momento em que o CIMI pensou: “por que não reunir grupos, grupos índios de suas lideranças?” Então, quer dizer, chefes de grupos indígenas distintos, diferentes. À primeira vista a gente se assustou, foi Tomás Lisboa que deu a ideia, levantou aquilo, numa reunião simples, num serviço que a Igreja estava colocando a serviço. Ela tinha se deslocado da frente para ficar atrás, do centro para ficar na periferia, com relação à atuação. E então se propôs um instrumento específico, que é o encontro de chefes indígenas.

Esses encontros dos líderes indígenas promovidos pelo CIMI é apontado por vários autores Bicalho (2010), Oliveira (2013), Cardoso de Oliveira (1980) como um momento fundante do movimento indígena. Para Cardoso de Oliveira (1980:56) “eventuais ingerências do CIMI na organização do território e nas deliberações das lideranças, seriam um fator secundário diante do fato principal: a criação das condições de surgimento de uma *política indígena*”. Cardoso de Oliveira relata que um dos frutos dessas assembleias é a formulação da organização indígena em âmbito nacional _ UNI (União das Nações Indígenas). Ainda para o autor “a insatisfação generalizada” ante a demora na demarcação de terras e a proposta infundada de emancipação dos índios gerou uma reação em cadeia na sociedade brasileira.

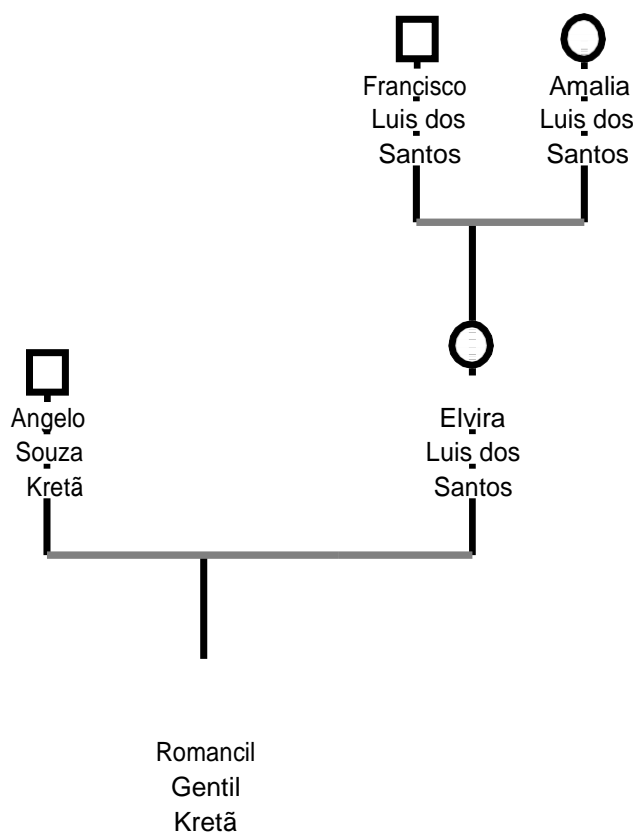
Bicalho (2010:102-175) é enfática ao demonstrar a importância das assembleias indígenas, a autora aponta que os ensinamentos partilhados pelos indígenas de todas as regiões do Brasil, superaram os obstáculos impostos pelo regime autoritário, dificuldades de longas distâncias geográficas e, ainda, a pluralidade de línguas indígenas. Incutiu-se a ideia de partilhar com os demais tudo o que se falou e ouviu, tornando assim possível a formulação de uma consciência entre as várias etnias quanto aos problemas, necessidades e expectativas das mesmas.

A adoção das assembleias indígenas como instrumento de aproximação e diálogo entre os indígenas favoreceu que esses indígenas construíssem uma unidade. Esta

²⁸ D.TOMÁS BALDUÍNO. Entrevistadora: Poliene Soares dos Santos Bicalho. Casa Paroquial da Igreja São Judas Tadeu. Goiânia-Go. Dia 25/04/2010 às 16h00min. Duração 1h46min17seg.

unidade é acima de tudo construída em torno de um passado comum, a colonização. Este passado comum e a relação estabelecida com Estado, tornou a categoria “índio” portadora de uma agência capaz de transmutar o seu sentido semântico. De uma noção pejorativa de índio (atrasado, selvagem, ignorante) fluiu para outra dimensão, desta vez positiva (parente, parceiro, guerreiro). Esta categoria fez nascer um movimento identitário supra étnico concatenando outros atores (estudantes, intelectuais, artistas) que viam no movimento indígena uma possibilidade de amplificar os questionamentos do regime militar. Uma outra consequência é que a partir dessa participação em assembleias um outro perfil de líder/chefia estaria sendo forjado, num sentido em que a legitimidade auferida a esses novos líderes supra étnicos, estaria vinculado a uma persona carismática, tradicional e diplomática. Esta legitimidade se potencializaria vindo de fora para dentro das Terras Indígenas, ou seja, as assembleias indígenas conferiram certo prestígio a esses líderes.

No caso da Terra Indígena de Mangueirinha essa reflexão é ainda mais complexa, ao observar as lideranças que surgem nesse contexto, temos dois bons exemplos: Ângelo de Souza Kretã e Francisco Luiz dos Santos, observe o genograma



Note que Francisco Luís do Santos é sogro de Ângelo Souza Kretã, esta relação é marcada entre os Kaingang, pela anuência do genro para o sogro. O genro deve servir o sogro, isto em várias dimensões, fazendo com que o sogro acumule poder e prestígio, ou seja, o sogro numa gradação de importância para a noção de líder/chefe está num patamar acima de seu genro, considerando que isto é processual, ou seja, no futuro o genro também será um sogro. Em minhas incursões à campo, as falas ‘modelo’ de como seria um bom cacique, sempre se aproximaram da atuação de Ângelo Kretã. Para o movimento indígena, dois modos de agir, Francisco Luís dos Santos, atuou junto ao CIMI e as assembleias indígenas, uma postura de diplomacia frente as demandas indígenas. Ângelo Souza Kretã defendia publicamente que os colonos que intrusaram as terras indígenas deveriam ser expulsos, e quem deveria expulsar esses colonos deveria ser os próprios indígenas, impor assim o interesse Kaingang. Francisco Luiz dos Santos encaminhou a mesma luta pelos meandros do Estado, através do questionamento jurídico da decisão do governo Lupion, isto obrigou o Estado a realizar um laudo antropológico da área²⁹ e na decisão final deu causa ganha aos Kaingang.

Ao analisar esses dois modos de líder/chefia Kaingang, se olharmos apressadamente podemos sugerir que esses dois modos de líder/chefia estão em polos opostos, um ao lado da negociação e o outro da imposição. Entretanto sugiro que há uma relação entre esses modos de ser líder/chefia que se aproximam muito mais da complementariedade do que por oposição. Em 1985 (Helm 1987:61-62) “os índios Guarani e Kaingang obstruíram a estrada que liga a rodovia BR-373 ao município de Mangueirinha”. O fechamento da BR é pensada pelos Kaingang como uma tática radical, de enfrentamento direto, contudo foi esta tática que levou o Estado a ouvir os indígenas. É nesse momento que o modo líder/chefia, muito mais próximo ao pan-indigenismo, de Francisco Luís dos Santos entra em jogo. Baseado em táticas de negociação, convence o poder público a ir até a Terra Indígena de Mangueirinha para compreender melhor a reivindicação Kaingang. As duas estratégias funcionam em conjunto, uma objetivando a pressão sobre o poder público, e a outra o reconhecimento étnico de suas terras pelo Estado. Esses dois modos de líder/chefia são partes integrantes desse processo que ocorreu a partir dos anos 1970, mas que tem ligação anterior a esse período como procurei demonstrar a partir do nome Kaingang Kretã. E ainda, encontram raízes na cosmologia

²⁹ Ver Helm (2011) Disputa Judicial

Kaingang, que define esses indígenas a partir de um sistema dual e assimétrico (Fernandes 2003).

Ângelo de Souza Kretã pertence a marca Kamé, tido como a mais forte, aquela que vai na frente. Francisco Luís dos Santos é kairu, assume uma postura de negociador, pacificador dos conflitos. No entanto Francisco Luís dos Santos publicamente sempre se colocou como Kamé, e relatou para a pesquisadora Cecília Helm (2011), que também era Kretã. Essa complexidade do nome Kretã e do dualismo pode ser explicado por duas vias. Primeiro o prestígio do nome Kretã, entre os Kaingang de Manguairinha, é muito presente e tem forte apelo simbólico, desde o Antônio Joaquim Capanema (demarcou a terra) até mesmo o Ângelo Souza (retomada de terra). Segundo se realmente existe dois Kamé's é possível que ocorra o que Juracilda Veiga já havia ressaltado em suas pesquisas.

Algumas versões do mito Kaingáng relatam que, em situações limite, ocorreu união de pessoas da mesma metade (irmãos) mas, ao final, a regra é restabelecida. Um mito Kaingáng recolhido por Schaden, em 1953, em Manguairinha (PR), relata que após o dilúvio havia sobrado apenas um casal de irmãos **Kamé**, que casaram-se entre si. Antes de morrerem, porém, restabeleceram a divisão entre **Kamé** e **Kairu**, e posteriormente, com o aumento do grupo, “*restauraram também a divisão em Votôro e Venhiky*” (Schaden 1953:140 appud in Veiga 2004:66).

Desse modo é possível afirmar que há dois modos de chefia/líder Kaingang que fazem alusão ao dualismo assimétrico, e mesmo que ocorra a coincidência das marcas, estas mesmas se subdividem retornando ao sistema dual e assimétrico. No caso de Francisco Luís dos Santos, assumir um nome Kamé sendo Kairu, deve-se ao fato de garantir a terra. Neste sentido suspende-se a marca, pois é o território, o pressuposto da reprodução de sua gente, sem território, sem marca.

Francisco Luís dos Santos, atualiza o modos de chefia Kaingang, contudo o território permanece sendo o objetivo maior. Durante os anos 80, foi um ativo participante do movimento indígena. Este movimento também chamado de pan-indigenismo, se articulará nacionalmente em torno da UNI (União das Nações Indígenas), os grupos de pressão indígenas apoiado pelo CIMI irão à Brasília assegurar que os interesses indígenas sejam garantidos pela constituinte. Concomitante a este período surge as primeiras associações indígenas.

Essas associações possuem o caráter de representação interétnica, com a incumbência de articular na base os povos indígenas, ou seja, fazer agitação social para pressionar os constituintes a aprovarem os suas reivindicações, ressaltando que o eixo central é o território. Para Albert (2000:197-207) essas associações no início dos anos 1980 eram “informais, politicamente ativas, porém pouco institucionalizadas”. Ao pensar em movimento indígena é como se essas associações fossem a referência organizacional desse escopo maior que seria a UNI. É a partir dessas associações e de suas lutas localizadas pelo território na base que empoderava os grupos de pressão na constituinte organizados pela UNI. Esta forma de atuação garantiu os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, segue:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo

No artigo 231 os indígenas garantem, ao menos na lei, a manutenção da alteridade em relação a sociedade nacional, e para assegurar essa diferenciação como povos originários aponta-se a demarcação de suas terras como ação do Estado. No artigo 232 o principal efeito, ao menos na lei, a quebra do “poder tutelar” imposto aos índios. Desde o início dos anos 1970 toda a mobilização indígena, pensada a partir de uma articulação enquanto movimento social, tinha (e ainda tem, com outros desafios) como pano de fundo a reivindicação do território e a destituição do “poder tutelar”.

2.1.3- ANOS 1990 – AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

A partir dos anos 1990 a luta do movimentos indígena é para que se implemente na prática esses direitos, a estratégia escolhida foi a formalização através de associações indígenas. Na região sul os professores se organizaram em torno da APBKG (Associação dos Professores Bilíngues Kaingang e Guarani) no Estado do Rio Grande do Sul, que dava exemplo de organização social e política para os outros estados da região. Nesse sentido, a participação dos professores, alguns já lideranças políticas nas suas comunidades, possibilitou e ajudou na estruturação do movimento indígena e na ascensão de outras lideranças.

Paralelo às discussões sobre educação, em 1992, foi criada a ONISUL (Organização das Nações Indígenas do Sul) que coordenou as articulações de ocupação e reivindicação de algumas terras indígenas, especialmente a T.I. Irai/RS. As dificuldades como falta de estrutura e manutenção das lideranças que se dedicavam exclusivamente para o movimento indígena, fez com que a ONISUL fosse extinta. Após a extinção da ONISUL, foi criada a APOIS (Articulação dos Povos Indígenas do Sul), com sede na Terra Indígena Irai, coordenado por Augusto Ópê da Silva³⁰, desenvolveu seu trabalho principalmente direcionado às questões de terra, mas também atuou na educação escolar indígena, no acesso dos indígenas ao ensino superior e também nas questões de saúde indígena. A falta de recursos, estrutura física e qualificação técnico administrativa dos dirigentes continuava sendo o entrave para os avanços e desempenho das atividades inerente ao movimento indígena, que resultou no enfraquecimento das organizações, por ora extintas.

Os anos 1990 e 2000 são marcados pelo aumento expressivo das associações indígenas. Para Albert (2000:197-207) este processo é uma conjunção de fatores em “âmbito nacional e internacional”. Nacionalmente podemos destacar dois fatos para este processo de institucionalização, primeiramente o artigo 232 da Constituição Federal que abriu a possibilidade de reconhecimento legal dessas associações. Por segundo, temos a liberalização da economia brasileira e o processo de diminuição do Estado, ou seja, “o processo de retração do Estado da gestão direta da ‘questão indígena’ no país (...) e o esvaziamento político-orçamentário da administração indigenista tutelar”. Internacionalmente esses fatores estão intimamente ligados as questões ambientais e a “crescente colaboração entre ONG’s ambientais e sociais”, foi também importante a descentralização da cooperação internacional. Por estes fatores externos, Albert (2000) denominou como “mercado de projetos” e que corroborou para uma etnicidade de resultados em contraposição a uma etnicidade política.

Esta crítica ao movimento indígena ocorre principalmente, segundo Albert (2000), na mudança do papel de articulador no embate político. Antes uma atuação crítica ao processo de desenvolvimento, e na função reivindicatória de territórios e políticas assistenciais. Esta função foi cedendo espaço a um outro desempenho num bom número

³⁰ Augusto Ópê da Silva wãnh-wuntâr/guerreiro-dançador (Freitas 2014:311) sua liderança é uma importante contribuição para os movimentos indígenas, pois a luta pela terra do Irai estabeleceu pontes de significados às lutas de outras Terras Indígenas no sul do Brasil. Ver Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v.8, n.2

das organizações atualmente, “funções assistenciais, gerenciando projetos de demarcação e vigilância territorial, projetos sanitários, educativos, culturais e sociais (...) bem como projetos econômicos e comerciais”.

Ao analisar as críticas de Albert, não podemos esquecer, que elas estão localizadas geograficamente na região norte do país. Entretanto essa mesma crítica de institucionalização dos movimentos sociais e “perda” da combatividade neste período é feita aos demais movimentos sociais, como analisa Gonh (2002). Seria precipitado formar uma opinião aos movimentos indígenas do sul sem tomar por base uma experiência concreta em alguma organização indígena do sul do país. Desse modo tendo como pano de fundo as críticas de Albert (2000) e Gonh (2002) bem como o processo histórico que forjou as lideranças indígenas e sua experiência na constituição de suas organizações é que passo a analisar o dia-a-dia da ARPINSUL, vale ressaltar que a escolha por essa organização indígena ocorreu devido a relação estabelecida em campo.

2.2 – ARPINSUL- DIA-A-DIA

Eu (Rildo Mendes) sempre falo para as pessoas que a ARPINSUL ela faz parte de um processo do movimento indígena na região sul. Ela não foi criada aleatoriamente. Ela faz parte do movimento indígena na região sul (...). A partir do ano 2000 impulsionados por algumas pessoas que faziam parte da APOIS e da URISUL (ONISUL) na região sul, mais precisamente da Maria Inês de Freitas – funcionária da Funai de Passo Fundo (...). Impulsionado por mim e por Maria Inês organizamos uma nova reunião e ligamos para o Kretã conversamos com ele e convidamos para a reunião para 10 de março de 2006 na cidade de Curitiba. Com a organização formada ficamos de coordenadores eu o kretã e o Francisco. Em 2007 a gente legalizou a organização e conseguimos recursos junto à Embaixada da Noruega para abrir um escritório em Curitiba. (entrevista realizada por Amorin 20-09-2012)

A ARPINSUL é uma ONG aos olhos do Estado, e um instrumento para o movimento indígena no sul do Brasil, não é a única forma e nem o único instrumento. É possível entrever na fala de Rildo Mendes Kaingang “a gente legalizou”, ou seja, dentro dos preceitos impostos aos indígenas, eles constituíram a organização indígena se habilitando para a possibilidade de se buscar financiamento junto a cooperação internacional.

O caso da cooperação norueguesa esteve associado estreitamente a este formato de cooperação via ONGs. (...) a cooperação norueguesa distinguiu-se não só pela atuação junto a atores não estatais e pela pequena escala de seus financiamentos, como por não contar com a presença direta de técnicos envolvidos na implementação dos projetos que financiava. (Hoffman 2008:5)

Com este financiamento é que os indígenas conseguiram alugar um escritório³¹, este era composto por três ambientes interligados por portas. O primeiro ambiente, a recepção, fica o jornalista que trabalha com seu próprio computador. Um sofá para que visitantes possam se acomodar até que um dirigente possa atendê-lo, as visitas eram predominantemente de estudantes indígenas universitários, mas também de indígenas que moravam na região de Curitiba e vendiam artesanatos no centro da cidade. O segundo ambiente é a sala entre a recepção e a sala da coordenação política, neste ambiente ficavam os documentos da entidade, livros, materiais de divulgação. Um computador que é usado pelo administrativo e um telefone. O terceiro ambiente, é a sala da coordenação política, nesta sala ocorria as reuniões fechadas para tomadas de decisões das lideranças indígenas.

Havia na entidade ao menos duas formas de discutir os problemas a serem enfrentados pela entidade, a primeira possuía um caráter privado, no sentido de ser uma discussão de índio para índio. A segunda tinha um cunho de discussões gerais, sobre a política local, regional ou nacional.

As discussões de índio para índio eram discussões “delicadas” e tratadas a portas fechadas. Geralmente essas discussões tinham a ver com financiamento e tomada de posições nas disputas internas do movimento, porém “erros cometidos” geralmente associados a excesso de ingestão de álcool, brigas conjugais, falha da prestações de contas (pequenas quantias ligados a eventos ou viagens) por indígenas eram avaliadas nessas reuniões fechadas. Um dos motivos do tema financiamento ser alvo de reuniões a portas fechadas se deve ao fato de que não existir consenso em relação a usar os recursos dos projetos³² geridos pela ARPINUSUL na sustentação das mobilizações indígenas, como por exemplo a locação de ônibus para as manifestações em Brasília. Esse é um problema, da sustentação financeira, é estrutural do movimento indígena. Gersem Baniwa (2012:223) aponta que este problema é fruto “de quase um século de tutela e de paternalismo a que o órgão indigenista os submeteu”.

Outras questões gerais que visavam angariar visibilidade pública à organização, eram discutidas abertamente, inclusive, discutindo formas de estratégias em

³¹ O escritório da ARPINSUL era situado na av. Luís Xavier, 68. Atualmente encontra-se fechado por problemas de financiamento.

³² Segundo os dirigentes não há recurso para mobilização indígena nem da cooperação internacional e nem dos projetos vinculados ao Ministério da Cultura (Ponto de Cultura Indígena e Prêmio da Cultura Indígena).

que eu estava presente. Várias vezes minha opinião foi consultada na formulação de estratégias que a organização deveria tomar para debater algum tema público. Um exemplo desses debates abertos, foi o caso do deputado federal Carlos Heinze que se pronunciou de forma agressiva às minorias, incluindo os indígenas. Nesta ocasião, fruto do debate público (das pessoas que frequentavam a entidade) sobre a fala do Deputado, nasceu a proposta que fosse formulado um nota³³ em conjunto com outros movimentos sociais e oferecido denúncia ao ministério público. Desse modo entendo que os indígenas me aproximam da categoria “parceiro”³⁴, esta é a designação para as pessoas sensíveis a causa indígena: advogados, estudantes, servidores públicos (FUNAI, SESAI), padres, freiras.

2.2.1 FRONTEIRAS DA ARPINSUL

A ARPINSUL é formada majoritariamente por Kaingang, as três coordenações que operacionalizam a organização, são (eram, pois em 2012 houve um rearranjo nessas coordenações) ocupadas por Kaingang, correspondem aos três Estados do sul: Romancil Gentil Kretã (Curitiba/Paraná), Rildo Mendes (Toldo Imbu/Santa Catarina) e Francisco Runia Manoel (Cacique Doble/Rio Grande do Sul). Nas conversas com Rildo Mendes e depois Romancil Gentil Kretã, relatam que à época de fundação da ARPINSUL os indígenas que se “dispuseram” a estar à frente da instituição foram os Kaingang, e por serem “maior número populacional seria natural que estivessem a frente do movimento”. Contudo é certo afirmar que concomitante a fundação da ARPINSUL outra organização indígena no sul do Brasil se estruturava com o mesmo objetivo – representação política -, abarcando apenas a etnia Guarani: CGY (Comissão Nacional de Terras Guarani Yvy Rupá). Se as duas organizações estavam se constituindo no mesmo período, não seria difícil formular a pergunta do porque não formaram apenas uma entidade. Já que a ideia de formar uma organização indígena no sul do país seria rearticular os movimentos indígenas. Para complexificar ainda mais a questão é preciso ressaltar que a ARPINSUL foi formada a partir de organizações indígenas já

³³ Neste evento se reuniram para fazer a nota militantes dos movimentos negro, quilombolas e LGBT. Ver <http://terradedireitos.org.br/tag/articulacao-dos-povos-indigenas-da-regiao-sul-arpin-sul/> acesso em 08-07-2015.

³⁴ Uma categoria utilizada pelos indígenas para caracterizar dentre os não-índios aqueles que não inimigos e nem indiferentes, mas aliados.

estabelecidas, como nos informam os relatos³⁵ de Maria Inês que ressalta a participação da COIAB na formação da ARPINSUL e no relato de Romancil Gentil Kretã, “eu fui o único que podia ir fazer o curso lá no norte com o pessoal da COIAB”, é perceptível a influência no modelo de organização indígena: COIAB³⁶. Esse modelo contempla relações pluriétnicas com várias etnias na coordenação, atualmente Apurinã, Guajajara, Javaé, Karipuna. Entretanto na prática essa influência do movimento indígena do norte do país não prevaleceu. O que predominou foram as questões específicas da região sul.

Ao questionar Rildo Mendes Kaingang o porquê dos Guarani do litoral estarem sempre distante, assim ele responde:

Patrick – Você saberia me dizer porque os Guarani do litoral (Mbya) são distante (da ARPINSUL)?

Rildo _ Porque eles são ligados a uma faixa contínua no litoral, e por aspectos da cultura deles.

Patrick- Desculpa estar te incomodando, mas que aspectos da cultura deles?

Rildo- Eles falam pouco, tem pouca noção de movimento indígena e geralmente estão ligados a um grupo e não tem poder de definição. (Entrevista realizada 10-07-2015)

Rildo Mendes Kaingang torna evidente que as barreiras culturais são obstáculos constituintes das especificidades dos movimentos indígenas da região sul do Brasil. “Eles falam pouco”, este trecho da fala de Rildo nos informa um limite cultural, ou seja, como os Guarani podem participar de modo equitativo numa “comunidade de comunicação” e “comunidade de argumentação”? Segundo Cardoso de Oliveira (2006:169-197) “o ato da fala” é pré-requisito para uma ética discursiva. Em outras palavras construir não apenas pautas comuns, mas modo de agir e postar a fala, de forma que soem num mesmo ritmo, participem de um mesmo grupo semântico. Esta fala de Rildo nos oferece pistas e um esboço por onde se contorna os limites da atuação da ARPINSUL. Para compreender melhor essa questão se faz necessário identificar historicamente as tentativas de organização dos indígenas, pois tanto a ONI-Sul quanto a APOIS sempre estiveram majoritariamente ligados as T.I’s do interior da região sul. Esta

³⁵ Ver <http://arpinsulbrasil.wix.com/povodasaraucarias#!historia> acesso em 08-07-2015.

³⁶ A COIAB foi criada em uma reunião de líderes indígenas em abril de 1989. É a maior organização indígena do Brasil, tem 75 organizações membros dos nove Estados da Amazônia Brasileira (Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins); são associações locais, federações regionais, organizações de mulheres, professores e estudantes indígenas. Juntas, estas comunidades somam aproximadamente 430 mil pessoas, o que representa cerca de 60% da população indígena do Brasil. Ver <http://www.coiab.com.br/site/pagina/quem-somos/como-surgiu/> acesso em 08-07-2015

região possui um predomínio de Terras Indígenas Kaingang. Ao olhar para o histórico das lutas de retomadas de terras e as tentativas de constituição de organizações indígenas, existe uma sobreposição Kaingang frente a atuação Guarani. Sugiro que essa impressão ocorre porque a pauta mobilizadora é a questão da terra, como vimos a terra é um mecanismo que por princípios cosmológicos, funciona como um propulsor da etnicidade e que motiva a guerra para os Kaingang.

Em muitas áreas do qual surgiram esses movimentos reivindicatórios são áreas divididas entre Kaingang e Guarani, mas que no discurso público, os Kaingang dizem que essas terras são ocupadas por eles tradicionalmente. E que permitem os Guarani morarem lá, principalmente na região centro e oeste da região Sul. Ou seja, disputas seculares pelo território refletem nos movimentos indígenas, até porque o movimento indígena tem como pauta central o território. Essa disputa pelo território é histórica e essa diferença vem à tona, na formação das organizações indígenas do sul do Brasil. Na fala do Rildo se constata o limite da atuação da ARPINSUL, este limite é

dividido geograficamente entre a faixa litorânea e a região do interior na atuação das organizações indígenas.

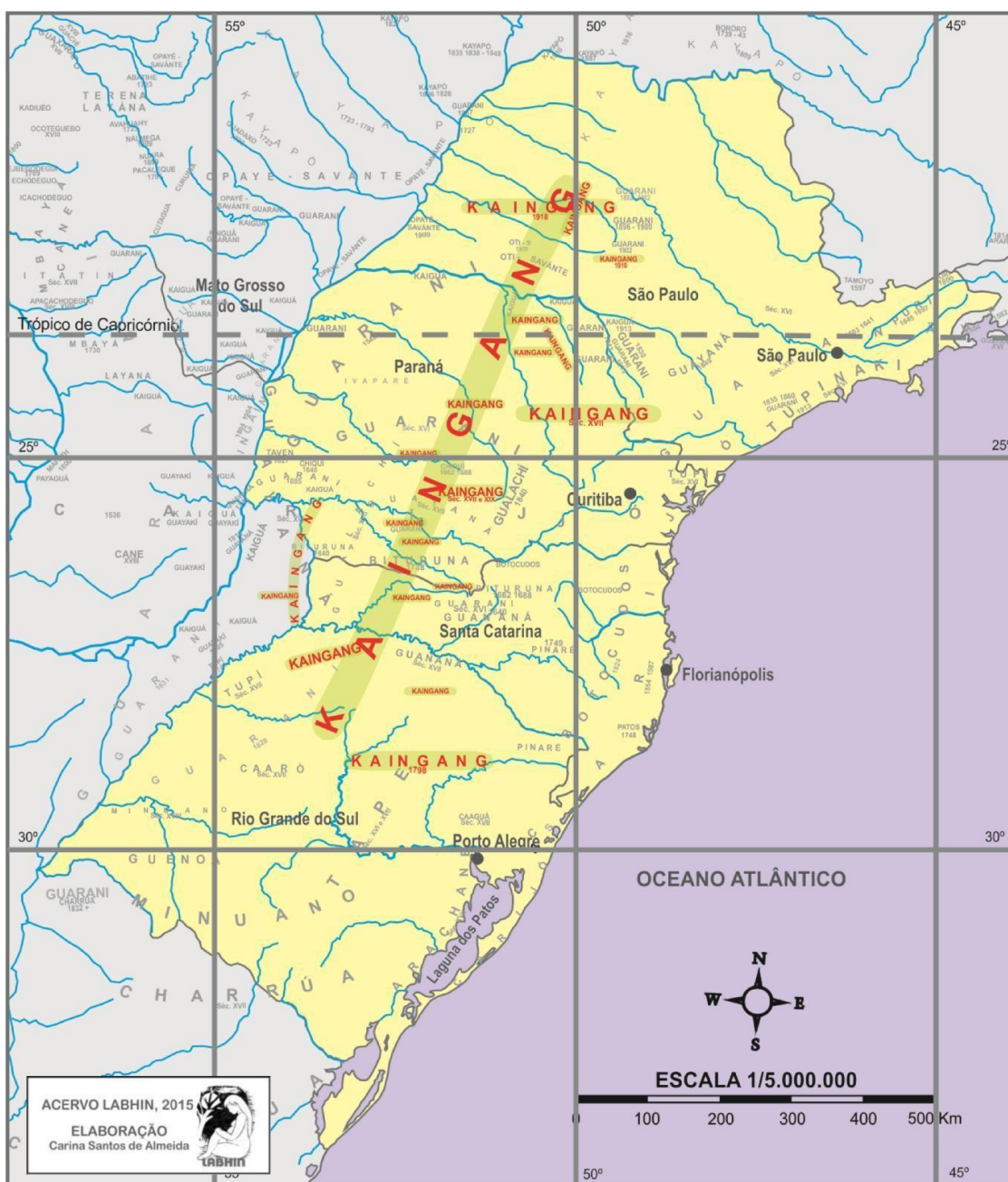


FIGURA 4 Fonte: Elaborado por Carina S. de Almeida. Acervo LABHIN/UFSC, 2015. ALMEIDA, Carina S. de. *Tempo e Narrativa: os Kaingang na etnografia e etnologia e as relações entre homem e natureza. Contribuições para a etno-história e história indígena*. In. NÖTZOLD, A. L. V., ROSA, H. A., e BRINGMANN, S. F. (Org). *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Palotti, 2012. p.319 – 345.

Almeida (2015:73-75) adverte,

O mapa *Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes* de Nimuendajú (1944) apresenta a complexidade étnica e a territorialidade dos povos indígenas no Brasil. No caso meridional, o etnólogo destacou a presença dos Kaingang, Botocudos (Xokleng) e Guarani (associados aos Carijós) com a indicação de mobilidade e influência pelo território. A imprecisão dos nomes das populações ameríndias, bem como a ausência da presença de povos nas cartas corográficas e mapas históricos produzidos até o século XX não significa a inexistência dos mesmos ou a confirmação do vazio demográfico.

Ao verificar o site da FUNAI pode constatar que no Paraná temos reconhecido pelo órgão indigenista vinte e sete Terras Indígenas (em diferentes processos de reconhecimento legal do Estado brasileiro). Dessas quinze (15) possuem presença Kaingang, onze (11) são ocupadas apenas por Kaingang, quatro (04) são divididas com Guarani e uma (01) é Xetá. As demais são Guarani. Há uma visível predominância de Terras Indígenas Guarani no litoral. Em Santa Catarina o número de Terras Indígenas é de vinte oito (28), sendo que treze (11) são Kaingang, duas Xokleng e quinze (15) são Guarani, mais uma vez a divisão territorial com a predominância Guarani ao litoral e Kaingang no interior. No Rio Grande do Sul existem vinte e cinco (25) áreas Kaingang, dessas quatro (04) são divididas com Guarani. Vinte e três (23) são Guarani.

Tabela: Terras Indígenas do Sul do país

Fonte: FUNAI ver <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> acesso 10-09-2015

TERRA INDÍGENA	ETNIA		MUNICÍPIO	FASE DO PROCEDIMENTO
Araça'i	Guaraní	PR	Piraquara	Em Estudo
Avá-Guarani do Ocoí	Guarani Kaiowá	PR	São Miguel do Iguaçu	Regularizada
Cerco Grande	Guaraní	PR	Guaraqueçaba	Em Estudo
Ilha da Cotinga	Guaraní	PR	Paranaguá	Regularizada
Ka'aguy Guaxy-Palmital	Guaraní	PR	União da Vitória	Em Estudo
Pinhalzinho	Guaraní	PR	Tomazina	Regularizada
Rio Areia	Guaraní	PR	Inácio Martins	Regularizada
Sambaqui	Guaraní	PR	Pontal do Paraná	Em Estudo
Tekohá Añetete	Guaraní	PR	Diamante D'Oeste	Regularizada
Tekoha Guassú Guavirá	Guarani Nhandeva	PR	Guaira	Em Estudo
Tekoha Itamarã	Guarani Nhandeva, Guarani Mbya	PR	Diamante D'Oeste	Regularizada
Yvyporã Laranjinha	Guarani Nhandeva	PR	Cornélio Procópio, Abatia, Ribeirão do Pinhal	Declarada
Águas Claras	Guarani Mbya	SC	Major Gercino	Regularizada

Amaral/Tekoá Kuriy	Guarani Mbya	SC	Biguaçu	Regularizada
Cachoeira dos Inácios	Guarani Mbya	SC	Imaruí	Regularizada
Cambirela	Guarani Mbya	SC	Palhoça	Em Estudo
Canelinha	Guarani Mbya	SC	Canelinha	Regularizada
Guarani de Araçai	Guaraní	SC	Cunha Porã, Saudades	Declarada
Massiambu	Guarani Mbya	SC	Palhoça	Em Estudo
Mbiguaçu	Guarani Mbya, Guarani Nhandeva	SC	Biguaçu	Em Estudo
Mbiguaçu	Guarani Mbya, Guarani Nhandeva	SC	Biguaçu	Regularizada
Morro Alto	Guarani Mbya	SC	São Francisco do Sul	Declarada
Morro da Palha	Guarani Mbya	SC	Biguaçu	Regularizada
Morro dos Cavalos	Guaraní	SC	Palhoça	Declarada
Pindoty	Guarani Mbya	SC	Araquari, Balneário Barra do Sul	Declarada
Pirai	Guarani Mbya	SC	Araquari	Declarada
Ygua Porã	Guaraní	SC	Biguaçu	Em Estudo
Campo Bonito	Guarani Mbya	RS	Torres	Regularizada
Cantagalo	Guarani Mbya	RS	Viamão, Porto Alegre	Regularizada
Capivari	Guarani Mbya	RS	Palmares do Sul	Regularizada
Estiva	Guaraní	RS	Viamão	Em Estudo
Estrada do Mar	Guarani Mbya	RS	Osório	Regularizada
Guarani Barra do Ouro	Guaraní	RS	Maquiné, Riozinho, Caraá	Regularizada
Guarani de Águas Brancas	Guaraní	RS	Arambaré	Declarada
Guarani Votouro	Guaraní	RS	Benjamin Constant do Sul	Regularizada
Irapuá	Guaraní	RS	Caçapava do Sul	Delimitada
Itapuã	Guaraní	RS	Viamão	Em Estudo
Ka'aguy Poty	Guaraní	RS	Estrela Velha	Em Estudo
Lami	Guaraní	RS	Porto Alegre	Em Estudo
Lomba do Pinheiro	Guaraní	RS	Porto Alegre	Em Estudo
Mato Preto	Guaraní	RS	Erechim, Erebangó, Getúlio Vargas	Declarada
Morro do Coco	Guaraní	RS	Viamão	Em Estudo
Pacheca	Guaraní	RS	Camaquã	Regularizada
Passo Grande	Guaraní	RS	Barra do Ribeiro	Em Estudo
Petim/Arasaty	Guaraní	RS	Guaíba	Em Estudo

Ponta da Formiga	Guaraní	RS	Barra do Ribeiro	Em Estudo
Rio Capivari - Porã	Guaraní	RS	Capivari do Sul	Em Estudo
Riozinho - RS	Guarani Mbya	RS	Riozinho	Regularizada
Salto Grande do Jacuí	Guaraní	RS	Salto do Jacuí	Regularizada
Varzinha	Guarani Mbya	RS	Caraá, Maquiné	Regularizada

Ao analisarmos o quadro de Terras Indígenas Kaingang é possível aferir que sua predominância é no interior do Estado.

Tabela 2: Terras Indígenas Kaingang do Paraná

TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	MUNICÍPIO	FASE DO PROCEDIMENTO
Apucarana	Kaingang	PR	Londrina	Regularizada
Apucarana	Kaingang	PR	Tamarana	Em Estudo
Barão de Antonina	Kaingang	PR	São Jerônimo da Serra	Regularizada
Boa Vista – PR	Kaingang	PR	Laranjeiras do Sul	Declarada
Faxinal	Kaingang	PR	Cândido de Abreu	Regularizada
Ivai	Kaingang	PR	Pitanga , Manoel Ribas	Regularizada
Laranjinha	Guaraní, Kaingang	PR	Abatiá, Santa Amélia	Regularizada
Mangueirinha	Guaraní, Kaingang	PR	Chopinzinho, Coronel Vivida, Mangueirinha	Regularizada
Marrecas	Kaingang	PR	Guarapuava, Turvo	Regularizada
Palmas	Kaingang	PR/SC	Abelardo Luz, Palmas	Regularizada
Queimadas	Kaingang	PR	Ortigueira	Regularizada
Rio das Cobras	Kaingang, Guarani	PR	Espigão Alto do Iguacu, Nova Laranjeiras	Regularizada
São Jeronimo	Kaingang, Guarani, Xeta	PR	São Jerônimo da Serra	Regularizada
Tibagy/Mococa	Kaingang	PR	Ortigueira	Regularizada
Aldeia Kondá	Kaingang	SC	Chapecó	Encaminhada RI
Ibirama	Xoklég, Kaingang, Guarani	SC	Doutor Pedrinho, Jose Boiteux, Vitor Meireles, Itaiópolis	Regularizada
Ibirama La Klanô	Xoklég, Kaingang, Guarani	SC	Doutor Pedrinho, Jose Boiteux, Vitor Meireles, Itaiópolis, Rio Negrinho	Declarada

TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	MUNICÍPIO	FASE DO PROCEDIMENTO
Palmas	Kaingang	PR/SC	Abelardo Luz, Palmas	Regularizada
Pinhal	Kaingang	SC	Seara	Regularizada
Rio dos Pardos	Xoklém	SC	Porto União	Regularizada
Toldo Chimbangue	Kaingang	SC	Chapecó	Regularizada
Toldo Chimbangue II	Kaingang	SC	Chapecó	Regularizada
Toldo Imbu	Kaingang	SC	Abelardo Luz	Declarada
Toldo Pinhal	Kaingang	SC	Arcoverde, Paial e Seara	Declarada
Xaçecó	Kaingang, Guarani	SC	Abelardo Luz, Ipaçu, Entre Rios	Regularizada
Xaçecó (Pinhalzinho-Canhadão)	Guaraní, Kaingang	SC	Abelardo Luz, Ipaçu	Declarada
Arroio do Conde	Kaingang	RS	Eldorado do Sul , Guaíba	Em Estudo
Borboleta	Kaingang	RS	Campos Borges, Espumoso, Salto Grande do Jacuí	Encaminhada RI
Cacique Doble	Kaingang, Guarani	RS	Cacique Doble, São Jose do Ouro	Em Estudo
Cacique Doble	Kaingang, Guarani	RS	Cacique Doble, São Jose do Ouro	Regularizada
Carreteiro	Kaingang	RS	Água Santa	Regularizada
Carreteiro	Kaingang	RS	Água Santa	Em Estudo
Guarita	Kaingang, Guarani	RS	Ervál Seco, Redentora, Tenete Portela	Regularizada
Inhacora	Kaingang	RS	São Valério do Sul	Em Estudo
Inhacorá	Kaingang	RS	São Valério do Sul	Regularizada
Kaingang de Iraí	Kaingang	RS	Iraí	Em Estudo
Kaingang de Iraí	Kaingang	RS	Iraí	Regularizada
Ligeiro	Kaingang	RS	Charrua	Regularizada
Mato Castelhana	Kaingang	RS	Mato Castelhana	Em Estudo
Monte Caseros	Kaingang	RS	Ibiraiaras, Muliterno	Regularizada
Monte Caseros - RS	Kaingang	RS	Ibiraiaras, Muliterno	Em Estudo
Nonoai	Kaingang, Guarani	RS	Rio dos Índios, Nonoai, Planalto, Gramado dos Loureiros	Declarada
Nonoai/Rio da Várzea	Kaingang	RS	Trindade do Sul, Nonoai, Liberato Salzano, Planalto,	Regularizada

TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	MUNICÍPIO	FASE DO PROCEDIMENTO
			Gramado dos Loureiros	
Nonoai/Rio da Várzea	Kaingang	RS	Trindade do Sul, Nonoai, Liberato Salzano, Planalto, Gramado dos Loureiros	Em Estudo
Passo Grande do Rio Forquilha	Kaingang	RS	Cacique Doble, Sananduva	Declarada
Rio dos Índios	Kaingang	RS	Vicente Dutra	Declarada
Sêgu	Kaingang	RS	Novo Xingu	Em Estudo
Serrinha	Kaingang	RS	Ronda Alta, Tres Palmeiras, Engenho Velho, Constantina	Declarada
Ventarra	Kaingang	RS	Erebango	Regularizada
Votouro	Kaingang	RS	Benjamin Constant do Sul, Faxinalzinho	Regularizada
Votouro/Kandoia	Kaingang	RS	Benjamin Constant do Sul, Faxinalzinho	Delimitada

■ Terras indígenas que participaram do Acampamento Terra Livre 2015 via ARPINSUL.

Esses dados sobre as T.I.'s são do site da FUNAI, pode ocorrer alguma defasagem nos dados ou até mesmo desacordo. É o caso da T.I Lomba do Pinheiro em Porto Alegre que segundo os dados da FUNAI pertence a etnia Guarani, contudo o cacique dessa aldeia participou do Acampamento Terra Livre em 2015 se autodeclarou Kaingang. Outro exemplo dessa defasagem é falta de algumas Terras Indígenas como é caso de Kakané Porã que fica em Curitiba. Em outras palavras, pode-se admitir uma certa margem de erro dos dados dessa tabela, isto não impede de sustentar o argumento usado por Rildo, de que a atuação da ARPINSUL realmente possui como limite dois elementos: o primeiro de cunho cultural (etnia) e outro ecológico (territorialidade).

Almeida (2015:75) elabora um interessante estudo da ocupação de grupos indígenas aos biomas, sua sugestão é que os Kaingang passaram a ocupar a área de mata das araucárias num processo histórico que vêm ocorrendo desde a colonização,

Os Kaingang se especializavam principalmente por áreas de predominância da Floresta Ombrófila Mista, que também é nominada de Floresta de Araucária ou dos Pinhais ou, ainda, como Floresta Subcaducifólia Subtropical com *Araucaria angustifolia*, que apresentam campos e incidem nos três Estados sulinos. Os Xokleng também transitavam por esta floresta e, ademais, dividiam e disputaram as áreas de escarpa do planalto meridional, nas calhas e vales de rios

com os Guarani. Ao longo dos constantes contatos, conflitos, epidemias, escravizações, reduções e missões jesuíticas, os Guarani foram se mobilizando pela interlândia meridional, ora penetrando, ora recuando, outras vezes disputando e partilhando as áreas de circulação com os Kaingang e os Xokleng, vindo a se situarem sobretudo próximos ao litoral.(Almeida 2015:75)

A minha proposta é de que a ocupação territorial Kaingang e Guarani bem como as suas disputas refletem nos limites da atuação política da ARPINSUL, sendo assim para compreender a sua atuação é preciso considerar tanto a história de ocupação da região, como as barreiras geográficas quanto as questões culturais. Isto não significa traçar limites rígidos para esta atuação. Um interessante exemplo foi a passeata realizada em Florianópolis pelos indígenas da T.I. Morro dos Cavalos em que Romancil Gentil Kretã foi chamado à participar, a sua participação neste evento era de representação da ARPINSUL, isto simbolicamente representava o apoio dos indígenas do sul a causa Guarani Mbya. Outra atuação de Romancil Gentil Kretã foi na T.I. Kuray Haxa na cidade de Antonina-Pr, neste caso Romancil acompanhou o conflito entre os Guarani Mbya e o ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Neste caso o ICMBIO queria a saída dos Guarani Mbya da área de proteção de ambiental de Guaraqueçaba. Romancil acionou seus ‘contatos’ na FUNAI que fizeram a defesa dos Guarani para que eles lá permanecessem. A atuação da ARPINSUL na faixa litorânea está também associada aos grandes centros, Florianópolis e Porto Alegre, ou seja, próximo a institucionalidade estatal.

A participação Guarani na ARPINSUL é um dos problemas que Rildo menciona na abertura do capítulo, e que está evidenciado no conjunto da tabela acima, como pode-se verificar a baixa participação de T.I’s Guarani do sul do país mobilizada pela ARPINSUL. Os Guarani que participam da ARPINSUL são de T.I’s situados no interior da região sul. O planejamento de 2009 da ARPINSUL é enfático ao apontar para a necessidade da “guaranização” da ARPINSUL, uma das metas era se aproximar “mais das lutas Guarani”. O que de fato nos exemplos acima vemos a movimentação de Romancil Gentil Kretã nesta direção.



Figura 5 Foto: Patrick Leandro Baptista

FOLDER DA ARPINSUL: Mapa dos Pontos de Cultura da Região Sul.

A reordenação política da ARPINSUL ocorrida em 2012 é mais uma aposta feita nesta direção, Romancil Gentil Kretã deixa a coordenação política da ARPINSUL para seguir um projeto pessoal, se tornar cacique na Terra Indígena de Mangueirinha. Marciano Rodrigues Guarani deixa o administrativo para assumir a coordenação política. Para a função administrativa foi convidada Andreia Guarani que ainda desenvolveu o tema de mulheres. Essas mudanças são fatos geradores de tensões, dentro da organização e de sua relação com as aldeias. Tendo em vista que essas tensões internas não são as únicas do qual a ARPINSUL lida no dia-a-dia, existem problemas comuns das organizações indígenas, como: financiamento, projetos e representação interétnica, estes problemas foram potencializados por essa mudança.

Mapa 3: Localização das Terras Indígenas Kaingang no bioma Mata Atlântica e no contexto da Floresta de Araucária

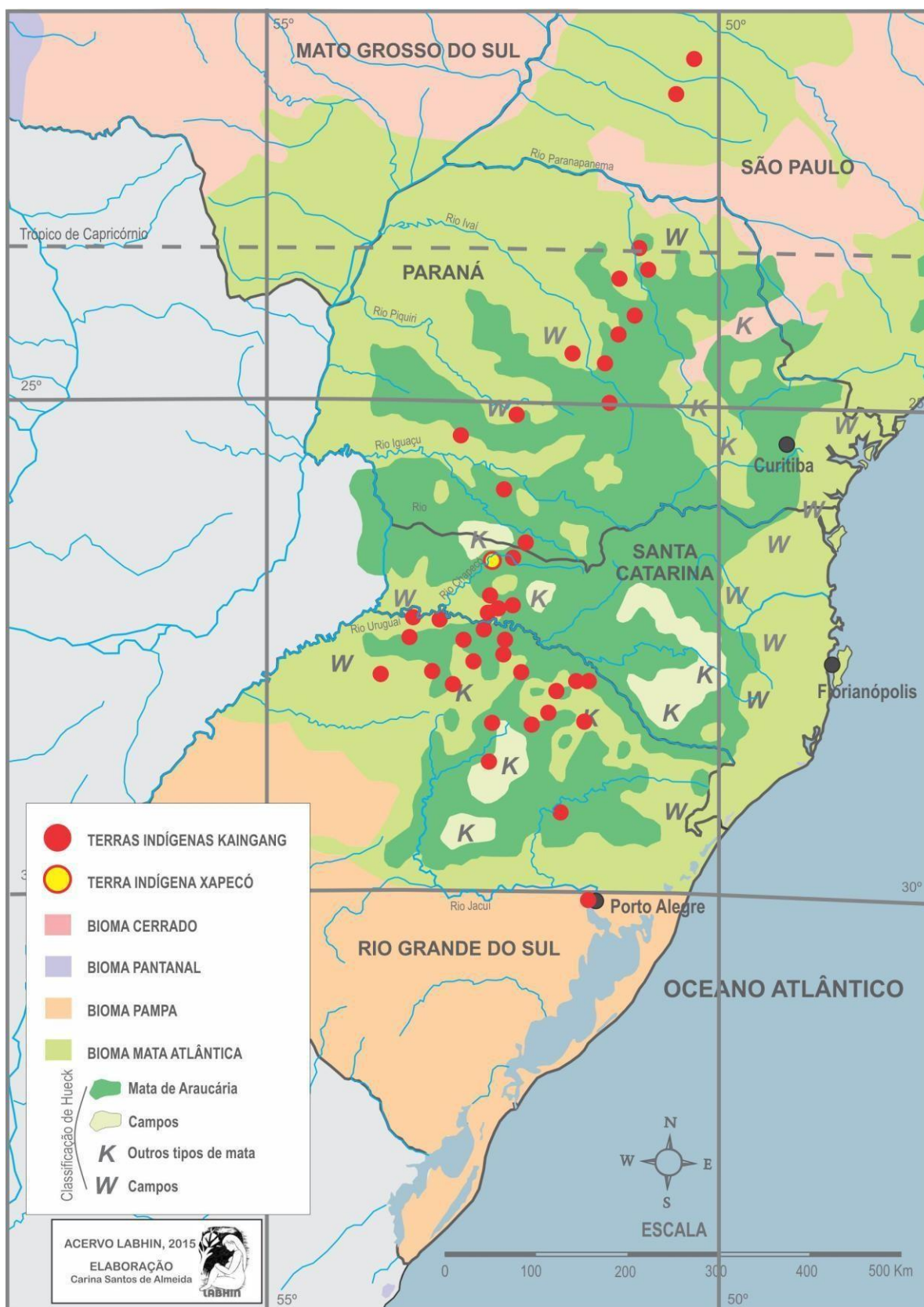


Figura 4 Fonte: Elaborado por Carina S. de Almeida a partir de Mapa de Biomas/IBGE (2004) e HUECK, Kurt. *As florestas da América do Sul*. Ecologia, composição e importância econômica. São Paulo: Ed. Polígono e Ed. UnB, 1972. p.213. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Estas tensões dialogam constantemente com a pergunta inicial do capítulo, ao buscar entender os limites da “missão” (representar, articular e organizar politicamente os indígenas do sul do Brasil) da ARPINUSUL. E ainda, ressaltam os contornos desses limites, tendo a clareza que esses limites são conjunturais e que precisam ser pensados em conjunto com as decisões indígenas em escala nacional e regional, bem como articuladas as respostas dos governos as mobilizações indígenas. De outra forma é também relevante vislumbrar o mapa do alcance dessa organização indígena. A melhor forma de se ter alguma ideia dessa geografia de atuação seria observar em quais T.I’s ela conseguiu ter alguma sensibilização ou inserção através de alguma política pública dialogada através de sua articulação. Tanto as mobilizações para o Acampamento Terra Livre (exposto no quadro acima), como as Terras Indígenas contempladas pelo programa Ponto de Cultura Indígena, nos indicam algumas pistas. Essas duas modalidades de inserção não foram escolhidas aleatoriamente, a primeira condiz a uma noção política de mobilização indígena, a segunda pelo seu efeito imediato, ou seja, pela etnicidade de resultado nos termos de Albert (2000).

2.2.2 - GESTÃO ROMANCIL GENTIL KRETÃ

Após contornarmos possíveis limites da atuação da ARPINSUL. É preciso se deter no funcionamento prático da entidade, minha presença nas atividades vicinais da ARPINUSUL, ocorreu num período muito conturbado para a entidade. Como vimos ela foi criada em 2007 e até 2012 teve financiamento da Embaixada da Noruega. No ano de 2012 Romancil Gentil Kretã muda-se para Mangueirinha seguindo “o projeto pessoal de se tornar cacique”. Em seu lugar assumiu Marciano Rodrigues Guarani, este é o momento em que acompanho sistematicamente as atividades no interior do escritório da ARPINSUL _ no início de 2014. Pode-se afirmar que num momento de retração da atuação indígena, isto deriva de no mínimo dois fatores: o primeiro relacionado a falta de recursos financeiros (fim do convênio com a Embaixada da Noruega) e o segundo o vazio deixado pela liderança de Romancil Gentil Kretã. Para que possamos compreender melhor essa afirmativa, recuo no tempo (gestão Romancil Kretã) para demonstrar como esses dois fatores são importantes para a manutenção das atividades da ARPINSUL para numa etapa seguinte analisar a “Guaranização” da entidade.

As discussões sobre o funcionamento da organização indígena tramitavam seguindo uma determinada ordem, cada estado estava responsável por uma área, este

deveria adentrar a política interna da aldeia e apresentar a ARPINSUL. Isto nas T.I.'s, porém nas cidades, em que as demandas são mais próximas geograficamente do escritório, o diálogo tende a ser maior. Ao mirar para este desafio, a coordenação política ficou a cargo de Romancil Gentil Kretã (2007-12), pois a sua atuação na ORCIP CURIM e a reivindicação por uma T.I.³⁷ em Curitiba deram visibilidade e credibilidade para ele assumir esse cargo. Sua atribuição é das relações institucionais com agentes estatais, organismos da cooperação internacional, organizações não governamentais e com o movimento indígena nacional, é a pasta com maior mobilidade e que exige de seu integrante dedicação 'exclusiva', este é outro fator que credenciou Romancil Gentil Kretã a assumir essa pasta, pois não havia outro indígena com tal disposição, segundo relato de Romancil, "eu era o índio certo, na hora certa, no momento certo". Por outro lado não seria exagero apontar a pasta com maior prestígio. É também a pasta com maior 'peso' no interior do movimento indígena ocasionando uma série de conflitos, dentre os quais, acusações de mal uso do dinheiro captado, inoperância das tarefas, inabilidade política, erros de estratégia e por fim de ser cooptado pelos governos.

A pasta de finanças é ocupada por Rildo Mendes Kaingang, morador da TI Toldo Imbu, no município de Abelardo Luz/SC. Natural da TI Xaçecó- Ipuaçú – seu pai também indígena natural da TI Xaçecó, formado em processos gerenciais na administração. Rildo começou a se envolver no movimento indígena a dezesseis anos no ano de 1997, segundo Rildo,

Na verdade a minha entrada no movimento indígena se deu, na luta pela terra, quando a gente começou a reivindicar a terra onde hoje estou morando (Toldo Imbu/Sc), que é um acampamento indígena, isto possibilitou fazer algumas viagens para Brasília e esse contexto da luta pela terra acaba se ligar ao contexto do movimento indígena em geral de alguma maneira, e aos poucos a gente foi criando laços com o movimento e acabei ingressando no movimento em 2003/04. Comecei a ter participação de fato no movimento. No contexto da luta pela terra mesmo. Agora acabou se diversificando, agora eu, hoje atualmente eu estou mais na questão da saúde, eu represento a região sul no colegiado de Brasília e minha instituição ARPINSUL, e minha especialidade no movimento é saúde mesmo. (Entrevista realizada da 22-07-2015)

Note que Rildo Mendes assim como Romancil Gentil possuem uma relação com o movimento indígena que tem efeitos sobre a etnicidade. A condição de acampado

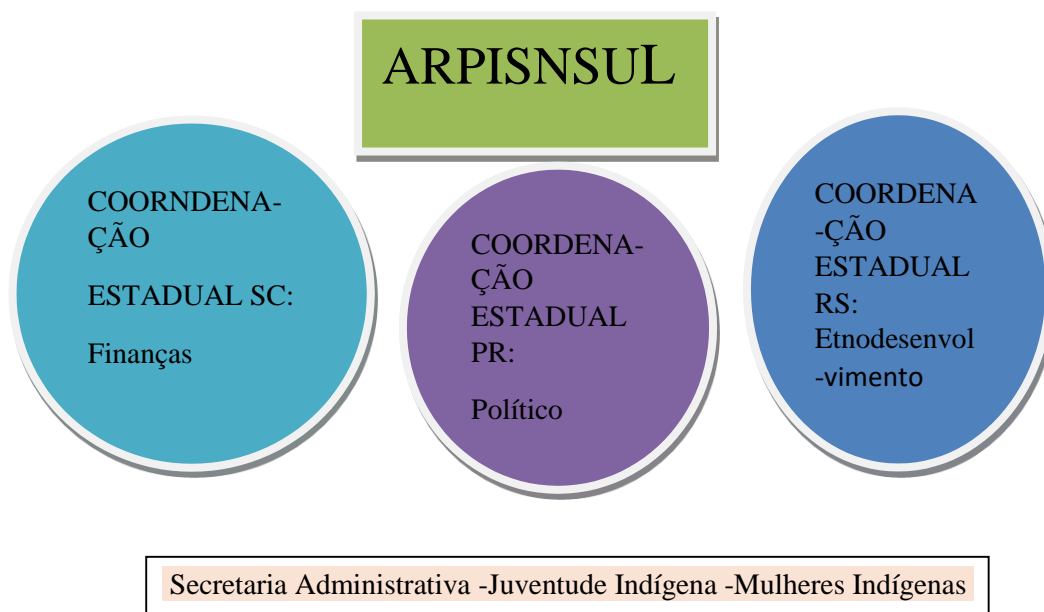
³⁷ Ver capítulo 1

é um outro elemento importante apontado tanto por Rildo quanto por Romancil. São elementos em comum que os elevam a condição de articuladores, mas com perfis diferenciados como veremos a diante.

A coordenação de etnodesenvolvimento é ocupada por Francisco Kaingang responsável pelos projetos que são desenvolvidos nas aldeias. É uma tarefa de difícil execução, ao mesmo tempo, uma das principais tarefas. Pois está em contato direto com os caciques das aldeias e suas lideranças locais, ou seja, é a pasta que tem a atribuição de dar capilaridade a ARPINSUL. A falta de recursos financeiros, a falta de estrutura de transporte e a disponibilidade de tempo são os principais desafios apontados por Francisco Kaingang, indígena responsável por essa coordenação. Acompanhei Francisco Kaingang em dois eventos, o primeiro na roda de conversa do Ponto de Cultura Indígena em julho de 2012 na T.I. Kakané Porã/Curitiba. O segundo encontro foi na mobilização nacional indígena de 2014. Contudo em nenhum desses dois eventos tive a oportunidade de entrevista-lo, o que impossibilita uma análise com maior profundidade.

A secretaria administrativa é ocupada por Marciano Guarani (atualmente Marciano ocupa a coordenação política), ele estudou ciências sociais na Universidade de Londrina até o terceiro ano mas não chegou a concluir. Todo o trabalho burocrático é realizado pela secretaria administrativa, desde a formulação de ofícios e organização de arquivos, até a ordenação de livros e materiais de divulgação e propaganda. O único funcionário contratado é a assessoria de imprensa, um jornalista contratado sob regime de pessoa jurídica, este funcionário é pago com os recursos dos projetos que são executados pela ARPINSUL. Sua função é fazer matérias jornalísticas dos eventos realizados pela organização e publicá-las através de sua página na internet e redes sociais. Esta assessoria devido ao fato de estar quase sempre na sede da ARPINSUL, assume muitas vezes o papel das lideranças participando em nome da entidade de encontros e reuniões³⁸, no entanto, não tem nenhum poder de decisão, pois esta é exclusivamente indígena.

³⁸ O organograma representado foi elaborado por mim em conjunto com Marciano e Romancil.



O tema da juventude indígena assim como mulheres indígenas não tem pasta própria no organograma da entidade, contudo ao voltar ao esboço acima da entidade verificará que propositalmente estão ao lado da secretaria administrativa, que faz parte do organograma da ARPINSUL. Isto porque o tema da juventude indígena e de mulheres indígenas são temas que recentemente são pautados pelo movimento indígena brasileiro. Kelly de Oliveira (2010) afirma que esses temas surgem a partir das cooperações internacionais, muitas vezes os projetos precisam ser ‘adequados’ as normas dos editais. O fato é que esses temas tem insurgido num crescente na última década, instancias governamentais tem aberto espaços de diálogo e formulação de políticas públicas específicas para esses temas, demandando da ARPINSUL essa problemática que até então era (e em certa medida, ainda é) colocado em segundo plano.

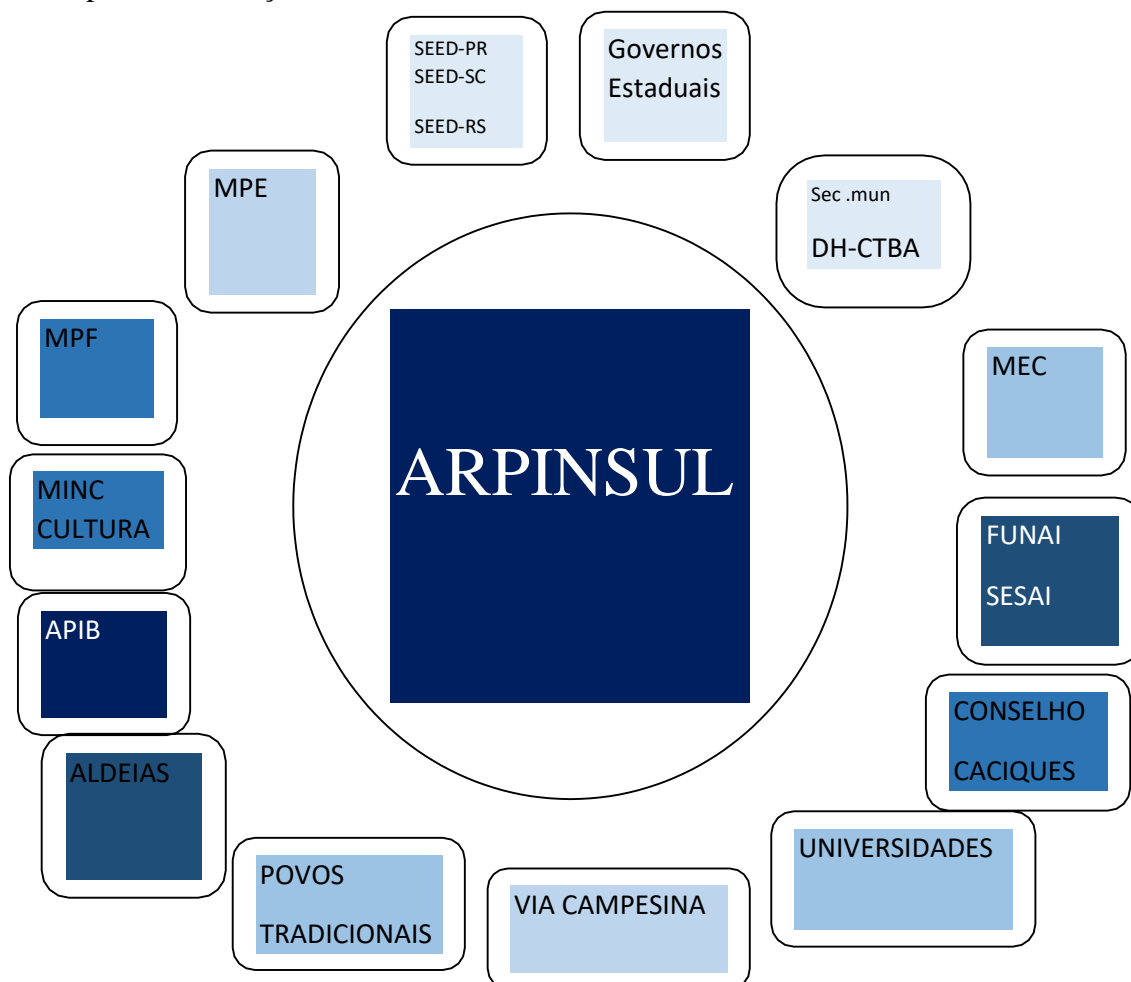
Na juventude indígena pude acompanhar mais de perto a atuação do responsável, Marcio Kokoj Kaingang, este indígena é oriundo da Terra Indígena de Mangueirinha, filho de Elvira Kretã (viúva de Ângelo Kretã). Kokoj nunca fala de seu pai biológico, sempre que relata algo em relação à sua descendência indígena busca vincular-se ao seu avô Francisco Luís dos Santos Kaingang. Para Fernandes (2003) é o avô o responsável pela educação de como ser um Kaingang, Kokoj afirma que seu avô era conhecedor das rezas e das curas Kaingang, e que ele teria herdado isto de seu avô.

No movimento indígena esteve da formação da ORCIP-CURIM, em 2005 participou da 1ª Oficina de Ação de Jovens e Adolescentes na Terra indígena de Mangueirinha ligada a Pastoral Indígena Indigenista, foi eleito membro da Comissão Nacional da Juventude Indígena e com isso a participação de muitos encontros e

formações com jovens indígenas do Brasil. Em 2013 é conduzido à executiva da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil). Voltaremos a discutir a sua liderança ao discorrer sobre a T.I de Mangueirinha.

O tema de mulheres indígenas é ocupado por Andrea Guarani, formada em Licenciatura Indígena pela Universidade de Londrina, iniciou sua participação no movimento indígena em conjunto com Kokoj no tema da juventude, não tinha muita proximidade com o tema, sua atuação nesta área está ligada a sua participação no encontro de mulheres indígenas, contudo se afastou do movimento devido ao seu batismo na Igreja Pentecostal Congregação Cristã no Brasil. A conversão a esta Igreja

O dia-a-dia da ARPINSUL é permeado de relações institucionais. A seguir uma mapa dessas relações:



Tanto o desenho do organograma quanto o gráfico foram construções em conjunto com os dirigentes indígenas da ARPINSUL. A ideia desse gráfico é indicar a

gradação das relações institucionais da ARPINSUL, quanto mais escuro a cor mais frequente e próxima é a relação. Algumas dessas instituições e/ou movimentos são apenas pontuais, como é o caso das secretarias estaduais de educação. No entanto, o discurso das lideranças indígenas entendem que essa relação precisa ser melhor qualificada, pois a grande maioria das escolas indígenas são de responsabilidade dos governos estaduais. O relato é que os governos estaduais muitas vezes se eximem de tal responsabilidade. É necessário uma articulação melhor com os governos estaduais. Isto posto no planejamento da organização indígena para o triênio de 2009 à 2012.

No caso da Via Campesina, aconteceram em 2012 atos em conjunto para expor a questão da terra, pude acompanhar uma aproximação da ARPINSUL ao MST (Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra). Nesta ocasião a ARPINSUL pediu ajuda com o auxílio de colchões e apoio político para uma ocupação da SESAI, estavam vindo indígenas de Terras Indígenas. Contudo essa relação de indígenas com pequenos produtores e posseiros tende a ser conflituosa nas Terras Indígenas, pois os histórico de intrusão e/ou assentamentos dos governos ocorrem com grande incidência nas T.I's³⁹.

A relação com os Povos Tradicionais ocorre de forma diferenciada, neste segmento o prestígio indígena evidencia-se no nome do evento do qual participei: Povos Indígenas e Comunidades tradicionais. Sugiro que isto se deve porque os indígenas tem uma história de luta anterior e maior visibilidade nas questões ambientais a esses outros segmentos da população. Ademais possuem como ponto em comum de manter viva seus modos tradicionais de ocupar o território e de viver de forma diferenciada são pontos que ligam os indígenas aos povos tradicionais, mantendo eles de certa forma alinhados com relação a essas pautas em comuns. Outro ponto que pode fortalecer essa minha sugestão é que a noção de povos originários tem maior apelo no interior dos governos, inclusive pressão dos países centrais que ameaçavam cortar linhas de crédito (Hoffman 2008). Na mobilização nacional indígena de 2014 houve um ato em conjunto com a CONAQ (Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombola) em Brasília em repúdio a PEC 215⁴⁰. Nesse mesmo sentido, houve participação quilombola no Acampamento Terra Livre de 2015. Dois integrantes do Quilombo do Areal de Porto Alegre viajaram junto com os indígenas para Brasília, no acampamento também havia outros quilombola de outras regiões do país.

³⁹ Ver Tommasino (1995), Castro (2012), Pires (1975)

⁴⁰ Proposta de emenda à Constituição que visa transferir para o poder legislativo federal a prerrogativa e demarcar terras.

A recém criada Secretaria de Direitos Humanos estabeleceu relação com a ARPINSUL para constituir o projeto da Casa de Passagem, esta casa tem por objetivo dar estadia aos indígenas que estariam em trânsito por Curitiba.

O Ministério Público Federal é o órgão mais acessado do Estado para a garantia e defesa de seus direitos, as denúncias sobre intrusão de terra, direitos negados e mediação com os governos. É ainda através do Ministério Público Federal o maior interlocutor de cobrança de direitos garantidos na constituição.

O cotidiano da ARPINSUL é permeado por relações diversas com esses órgãos e instituições, em julho do ano passado por exemplo acompanhei a resposta de Marciano ao Ministério Público que exigia uma resposta a denúncia feita por indígenas rivais. A denúncia partiu do cacique Carlos e lideranças de Kakané Porã, Carlos é irmão do cacique Valdir de Mangueirinha. Esta denúncia era sobre o mal uso dos recursos que a ARPINSUL recebia dos projetos que executava. O ofício foi respondido e logo me explicado que aqueles indígenas estariam trabalhando contra a causa porque Romancil Gentil Kretã teria derrubado o seu parente do cacicado da Terra Indígena de Mangueirinha. O fato é que Romancil Kretã ajudou a destituir da função de cacique seu primo Valdir Kokoj Kaingang, este é o mesmo cacique que estava na aldeia quando da morte de seu avô⁴¹. Contudo no tempo em que retornou pra Mangueirinha em 2002 não sentiu segurança em reivindicar a função, agora como liderança nacional, auxiliou na destituição do cacique, em suas palavras, “libertou o povo de Mangueirinha da opressão e ditadura que seu primo havia imposto a seu povo”. Na Terra Indígena de Mangueirinha as denúncias de maus tratos e abuso de poder de Valdir Kokoj Kaingang era assunto das rodas de chimarrão, bem como a sua prisão pela polícia federal. O mais relevante nas conversas com os moradores da Terra Indígena de Mangueirinha é que o cacique ideal e ainda lembrado pelos Kaingang era a atuação de Ângelo Souza Kretã, pai de Romancil. Esta disputa entre os Kaingang vou analisar mais detidamente adiante quando tratarei do movimento indígena na Terra Indígena de Mangueirinha. Estes são pontos que pretendo aprofundar no próximo capítulo.

A relação com as Terras Indígenas depende de alguns elementos, se a Terra Indígena já está regularizada, essa relação é marcada por um jogo de interesses de ambos os lados, se para o cacique da aldeia tiver algum ganho político imediato, como novas construções ou implementação de recursos a curto prazo essa relação é aprazível. No

⁴¹ Abordo com maior ênfase essa disputa no terceiro capítulo.

entanto, caso o cacique, não vislumbre esse ganho político, a relação é muitas vezes conflituosa, rememorando antigas disputas entre as lideranças Kaingang. Outro tipo de relação ocorre nas Terras Indígenas que estão no processo de regularização, é o que Romancil Gentil Kretã chama de ‘acampados’.

Chegue ali no Rio da Cobras (T.I) pra você ver, em mangueirinha que está cheio de lavoura. Chegue lá no Rio Grande do Sul, Nonoai (T.I.), Ligeiro (T.I.), peça apoio pra esses caciques para ver se eles vão te dar!? Não vão te dar! Eles não necessitam, eles não precisam. Agora vá num acampamento e chega lá no cacique e diz, cacique nós temos que fazer uma mobilização, vai no Rio dos Índios, no Iraí, nesses lugares para ver se eles não fecham a BR, vamos lá invadir a sede do INCRA, lá no Passo Fundo, vamos invadir qualquer para ver se esses caras não vai. Eles vai! Porque esse é a base do movimento. (Entrevista concedida em 15-03-2015)⁴²

Os acampados estão em situação precária em muitos sentidos, desde a moradia até a alimentação, esses segundo Romancil Gentil Kretã, sabem que para a “situação melhorar é necessário fazer luta, são guerreiros prontos para a batalha”. É possível afirmar que existe uma certa animosidade entre os Kaingang que estão acampados e os que vivem nas terras regularizadas. Muitos desses acampamentos são frutos de disputas internas. Essas disputas fazem parte da cosmologia Kaingang, quando o grupo perde a disputa do poder político, antes do processo de colonização, essa fissura geraria uma nova aldeia. Mas com os limites impostos pelo Estado esses Kaingang são obrigados a procurar uma nova área, e enfrentar todo o tramite burocrático por uma nova terra. O que gera sérios conflitos com colonos ao redor das Terras Indígenas. No Paraná temos o exemplo dos Kaingang que foram expulsos da Terra Indígena de Mangueirinha originando a Terra Indígena em Clevelândia e a Cacique Ângelo Kretã, essas áreas indígenas estão em processo de reconhecimento formal pelo Estado.

É importante analisar o trato com o conselho de caciques em mais de um ângulo. Para o Ministério Público ele é mais representativo, pois ali se encontram lideranças formalmente reconhecidas. Contudo este é um discurso que merece outra perspectiva, para Romancil Gentil Kretã, “é muito mais fácil manipular um cacique lá do interior, que não teve acesso à informação e aos cursos de formação. Muitos caciques não acompanham o movimento nacional, não sabem nem o que é a PEC 215⁴³”. Ao participar

⁴² Essa entrevista ocorreu em minha casa, num final de semana que Romancil não tinha dinheiro para voltar para o acampamento Tupã Nhe´é Kretã em que está residindo na cidade de Morretes.

⁴³ A proposta de emenda constitucional 215 visa transferir para o congresso nacional a incumbência de homologar as Terras Indígenas, o movimento indígena é contrário a essa PEC.

do movimento indígena, Romancil relata ser possível acessar uma série de informações nem sempre disponíveis nas T.I's, isto lhe garante legitimidade na posição de articulador em relação ao conselho de caciques, pois do seu ponto de vista a condição do cacique tanto por ter menos acesso a informação como menor poder de barganha nas relações políticas regionais é mais dependente de agentes estatais, como o Ministério Público. Esse modo de conceber o conselho de caciques não é homogêneo na ARPINSUL, essa relação é entendida de outra forma como vemos na fala de Rildo Mendes.

Patrick- Há conflito entre a organização indígena e o conselho de cacique?

Rildo - Eu acho que há, não sei se há um conflito mas o que há é um distanciamento, mesmo porque o cacique tem uma comunidade toda atrás dele, e o conselho do cacique é formado por todos os caciques. O cacique tem um poderio de mobilização muito grande. Veja! Na verdade, só que eles ficam limitado no contexto da sua comunidade, do seu município e talvez do seu Estado. Eles não fazem uma atuação nacional, nas instâncias em Brasília, e nós estamos mais nas instâncias em Brasília. Então há esse distanciamento de organização indígena em virtude desse campo de atuação, as vezes os caciques falam que nós vamos falar e estamos tirando o espaço deles, eles que não correm atrás.

Há uma evidente valorização do conselho de caciques. Rildo reconhece que por trás de um cacique há um potencial muito grande de mobilização nas comunidades e conclui, que é preciso aproximar as informações produzidas pelo movimento indígena e o conselho de caciques. Ao mesmo tempo não sabe muito bem como fazer isso, admite que o distanciamento produz conflitos (choque de interesses). É neste sentido que a ARPINSUL no seu planejamento afirma não ter conflito (no sentido de sobreposição de representatividade) com os conselhos de caciques já institucionalizados é preciso se aproximar deles para poder intervir com melhor qualidade. Para os caciques a instância do conselho não resolve muita coisa, nas palavras do cacique da Terra Indígena de Mangueirinha Milton Alves Katah Kaingang, mas “que é importante manter a liderança tradicional, sabemos da importância da ARPINSUL, mas também precisamos ser ouvidos”. Outro ponto importante é lembrar que uma organização indígena no Rio Grande do Sul, não conseguiu se estabelecer porque temia que o seu poder se tornasse diminuto em relação a organização indígena, para Maria Inês Kaingang, “esse temor das lideranças tradicionais é porque muitos deles querem tomar decisões sem prestar contas, por exemplo, arrendar terra, o que é ilegal”. Esses dois últimos comentários exemplificam bem o distanciamento relatado por Rildo Mendes e que o consenso entre as duas posições não é algo simples de se obter. Neste ponto há um diferenciação importante que já é

possível perceber entre o perfil de articulador de Romancil e de Rildo; o primeiro se coloca numa posição de evidente confronto, o segundo numa posição de conciliação, mas sem perder o objetivo, neste caso a legitimidade de ser um articulador do movimento indígena.

Esta tensão entre as lideranças tradicionais e essas novas lideranças políticas e sua relação com as bases nos informa esse “distanciamento” que Rildo Mendes Kaingang assume em sua fala, é um limite que a representação/articulação do movimento indígena busca superar. De um lado temos a construção do que seja um líder tradicional relacionado diretamente à cosmologia indígena e à política interna das aldeias, que reproduzem relações regionais que ocorrem desde os tempos do poder tutelar como o arrendamento de terras e o plantio através da monocultura (soja ou milho, algumas vezes feijão). Do outro temos novas lideranças ligada aos movimentos indígenas e a política extra muros que reproduzem novas formas de relação com o mundo ocidental que aprenderam em encontros, cursos de formação, mobilizações, reuniões com ONG’s e outros movimentos sociais, ligadas ao discurso do etnodesenvolvimento. Esse ‘choque de interesses’ é bastante complexo e demanda uma legitimidade do articulador que é difícil de ser produzida num curto prazo, na região sul do Brasil essa legitimidade é relacional, vejamos o exemplo dos Xokleng.

Em uma oportunidade acompanhei o caso dos Xokleng da Terra Indígena de Ibirama La—Klanô, cuja parte do território foi alagado para a construção de uma barragem de contenção para evitar enchentes nas cidades que ficam rio abaixo. Parte do processo indenizatório já teria sido pago, mas uma boa parte da indenização continua presa pelo governo federal. Os Xokleng procuraram a ARPINSUL para organizar um protesto em Brasília, Romancil Kretã conseguiu um ônibus com a Terra Indígena de Apucarantina, o combustível e alimentação com o CIMI e apenas faltava o motorista. Seria questão apenas de alguns dias para se concretizar o ato. A FUNAI ao saber da mobilização entrou em contato com as lideranças Xokleng e desarticulou o ato, chamando cinco líderes para ir até Brasília para averiguar a tramitação do processo indenizatório. Resultado os Xokleng ainda não receberam a indenização. Este é um caso em que demonstra outro limite na atuação da ARPINSUL e o que estou chamando de legitimidade relacional. Num primeiro momento em que a FUNAI fazia pouco caso dos Xokleng e seu processo, os indígenas procuraram a ARPINSUL, num sentido em que reconhece a organização indígena capaz de resolver o seu problema. No entanto, quando convidada para ir à Brasília verificar o seu caso, aceitou, sem muitos questionamentos, colocando

em xeque a legitimidade política e representativa da ARPINSUL. Por outro lado, cumpriu o papel de articuladora das lutas indígenas, funcionando como uma espécie de instrumento de pressão. Este seria o ponto positivo, por mais que a FUNAI busque desarticular e negar a representatividade política esta é reafirmada pelos próprios indígenas. Os Xokleng percebendo que a FUNAI estaria ‘enrolando’ eles, irá participar do Acampamento Terra Livre organizado pela APIB e suas organizações regionais dentre as quais a ARPINSUL. A legitimidade é relacional, pois dada a relação assimétrica dos Xokleng com o Estado (no sentido de dependência político-financeira do órgão indigenista) sua relação com a ARPINSUL é de reconhecer sua legitimidade na articulação, ao perceber que a relação com o Estado tendeu a ser equânime (ao menos no quesito financeiro) essa relação passou a ser outra. É importante observar que como instrumento a ARPINSUL funcionou, sendo possível ao menos essa relação.

A relação com a FUNAI e a SESAI, é em si conflituosa. As tensões geradas pelo artigo 232, que reconhece o indígena como pessoa capaz de representar os seus próprios interesses, a princípio quebra o poder tutelar do órgão indigenista estatal. Contudo a cultura gerada por décadas de tutela dos indígenas não se revoga por decreto, e muitos funcionários da ativa desses órgãos estão embebidos por essa noção. No entanto, esses órgãos estatais são multifacetados é sempre possível abrir brechas e encontrar possibilidades. São multifacetados porque existem uma multiplicidade de perfis de funcionários, existem servidores que são sensíveis a questão indígena. Romancil Gentil Kretã identifica esses perfis, opõe o grupo dos servidores propensos a fazer algo e os que preferem não se “incomodar”, segundo Romancil.

Mas é assim desde que eu conheci o João Maurício ele melhorou bastante, porque o Diogo ali tem orientado ele, eu já fui em algumas coisas assim, nas audiências que ele representou a FUNAI, e ele fez uma boa defesa cara, eu conheci ele antes, e ele era ruim, ele aprendeu muito, ele o João Paulo, o João Paulo era ruim de argumento. Hoje não; ele tá bom cara, acho que eles andam procurando ler, procurando se orienta bem das coisas, é que nem esse Carlos ali a hora que ele aprende bem assim pegar, porque ele está andando com o grupo deles ali, os caras são uns caras muito do lado da questão de garanti a demarcação da terra. Então eu acho que esses caras ficaram bom devagarinho, e eu acho que o Carlos vai ficar bom também futuramente ele é um cara assim que espere aí se com essa entrada aí não sei se a Dilma ou o Aécio vamos ter muito garantia de continuar. (Entrevista concedida 10-11-2014)

Para Romancil Kretã, “temos que separar os funcionários antigos dos novos”. Esta fala de Kretã pode acompanhar de perto, numa reunião dentro da FUNAI com um funcionário de Brasília, um rapaz novo na faixa de uns trinta anos, ele orientou os indígenas quanto aos procedimentos a serem adotados no caso de uma área indígena em disputa numa área de preservação ambiental monitorada pela SPVS e ICMBIO. O caso é que os indígenas Guarani iriam ser despejados da área que não permite a presença humana. Esta reunião ocorreu a portas fechadas e num tom de voz baixo, para que se não ouvisse o que estava sendo tratado. É evidente a desconfiança dos funcionários antigos da FUNAI ao menos do escritório de Curitiba.

De uma forma geral a imagem que o movimento indígena tem do órgão indigenista oficial alterou-se ao longo do tempo. Apesar dessas brechas sempre acompanharem o movimento. Contudo é possível afirmar, que durante os anos 80 a posição majoritária do movimento indígena era pela supressão do órgão indigenista a favor de um agenciamento crescente do movimento e inclusive da possibilidade dos próprios indígenas assumirem a função do órgão, ou seja, uma radical transformação da tutela em protagonismo indígena. Ao longo dos anos 90, essa posição perdeu força, devido a diversos fatores, pela resolução de representatividade indígena; das debilidades do movimento indígena surgido ao longo do movimento, como o fluxo de informação entre as aldeias e o movimento nacional; dispersão do movimento em associações e organizações de diversas naturezas; o financiamento do movimento e o próprio esvaziamento por parte do governo da FUNAI que seguindo a lógica de redução do Estado enxugou quadros e políticas. Devido a esses fatores o movimento indígena passou a adotar a expressão: “FUNAI ruim com ela, pior sem ela”. Em outras palavras a pauta do movimento indígena nacionalmente passou a ser pela reestruturação do órgão indigenista, criar espaços de interlocução dentro da entidade e a disputar políticas por dentro da FUNAI. Durante os anos 2000 após eleição do Presidente Lula, o movimento mantém essas pautas, e acrescenta espaços interinstitucionais de formulação de políticas públicas.

No planejamento estratégico da ARPINSUL de 2011, a avaliação é de que a implementação da reestruturação da FUNAI foi negativa. Romancil Kretã afirma que a extinção da Regional de Curitiba foi prejudicial ao movimento indígena. Pois é em Curitiba que estão as instituições estatais que o movimento indígena precisa acessar: governo estadual e suas secretarias e ministério público. Rildo Mendes acrescenta,

Mas um grande momento nosso de afirmação nacional, além de que a gente já ocupava diversos espaços a nível de Brasil e de diversos ministérios e diversos órgãos públicos, foi a luta contra a reestruturação da Funai. Até então alguns meses antes tínhamos liberado uma carta alertando as lideranças que a Funai estava sendo reestruturada sem consultar os povos indígenas, que de fato o governo estava planejando esta reestruturação e seis meses depois sai a reestruturação sem consultar os povos indígenas. (Entrevista realizada por Amorim dia 20-09-2012)

Esses “espaços a nível de Brasil” são espaços relacionados ao Ministério da Saúde, mas especificamente a saúde indígena e no Ministério da Cultura no Conselho Nacional de Política Cultural, particularmente é este último é centrada a atuação indígena.

Romancil-Daí foi eleito o Fidelis no Conselho Nacional de Cultura, e eu fiquei de suplente dele. Só que dentro do Conselho Nacional ...
 Patrick- De Cultura? Não é aquele de Política Indígena?
 Romancil- Não Conselho Nacional de Cultura. Tem um Conselho que é formado por vários segmentos da sociedade. E daí em 2005 esse Conselho Nacional, ele (Fidelis) faltou em três reuniões do Nacional, e aí no regimento interno, se você faltar três reuniões você está fora, aí o Fidelis não foi em três reuniões, e aí eu entrei, entrei assim sem querer, eu era suplente e não sabia que era suplente. Aí aconteceu a Conferencia Nacional da Cultura, em 2005, e eu fui convocado para representar os indígenas na abertura da conferência. Gilberto Gil era Ministro da Cultura, Marina Silva do Meio Ambiente, ih cara, era só elite, e eu lá no meio deles lá. Ficava Pensando Será que eu tenho essa condição. Tinha que falar para duas mil pessoas na conferência. Aí tem o lugar que fica só famoso cara, e eu lá no meio desses cara, pensava só em Deus, porque é só Deus para colocar a gente lá. Porque não tem outro jeito de você está aqui. E na época era ORCCIP CURIM (Organização do Resgate Crítico da Cultura Indígena de Curitiba e Região), fiz parte da mesa cara, fiz uma fala legal, uma fala boa, ainda não era um cara muito conhecedor da questão indígena, mas consegui fazer uma fala legal. Daí nós conseguimos, daí porque era ... tinha segmento social dentro do Conselho que era só grupo de trabalho, porque colegiado era só música, arte, é dança, só elite que era colegiado, os outros não! Era só grupo de trabalho e a gente conseguiu que o Ministro assinasse como colegiado. E aí nós passamos de ser um grupo de trabalho num colegiado. E partir daí que a gente começou a discutir o que tem hoje: plano setorial de políticas indígenas, plano nacional, ponto de cultura indígena, prêmio de cultura indígena. Tudo o que envolve a questão cultural porque nós se transformamos num colegiado.(Entrevista realizada 15-03-2015)

A atuação de Romancil Gentil Kretã a partir do colegiado propiciou o fortalecimento de sua liderança e uma base de sustentação política da ARPINSUL. Neste momento das lutas indígenas foi decisivo assumir a vaga no Conselho Nacional de Política Cultural. Neste conselho Romancil Kretã é eleito como suplente e logo passa vir

ser membro titular. Como resultado de sua atuação nesse espaço ele relata a criação de políticas de valorização da cultura indígena como: Prêmio de Culturas Indígenas e Ponto de Cultura Indígena.

O Prêmio de Culturas Indígenas foi criado em 2006 é fruto das discussões do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas. Em todas as edições alguma liderança de destaque do movimento indígena foi homenageada pela ordem de edição: Ângelo Kretã (2006), Xicão Xucuru (2007), Marçal Tupã-Y (2009) e Raoni Metuktire (2013). Este prêmio visa valorizar o conjunto de saberes e práticas culturais, a participação acontece por meio de projetos que precisão estar contemplados como área de abrangência:

6- DAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DAS INICIATIVAS 6.1. Para fins deste Edital, entende-se por cultura todas as expressões próprias dos diferentes modos de vida indígena. 6.2. As áreas listadas abaixo objetivam contribuir para que os proponentes indiquem iniciativas que incidam sobre as diversas expressões das culturas indígenas: a) Terras e territórios indígenas; b) Religião, rituais e festas tradicionais; c) Músicas, cantos e danças; d) Língua indígena; e) Narrativas simbólicas, histórias e outras narrativas orais; f) Educação e processos próprios de transmissão de conhecimentos; g) Meio ambiente e sustentabilidade das culturas indígenas; h) Medicina indígena; i) Alimentação indígena; i.1) Manejo, plantio e coleta de recursos naturais; i.2) Culinária indígena; j) Jogos e brincadeiras; k) Arte, produção material e artesanato; l) Pinturas corporais, desenhos, grafismos e outras formas de expressão simbólica; m) Arquitetura indígena; n) Memória e patrimônio; n.1) Documentação; n.2) Museus; n.3) Pesquisas aplicadas; o) Textos escritos; p) Teatro e histórias encenadas; q) Áudio-visual, CDs, cinema, vídeo ou outros meios eletrônicos e de comunicação; r) Outras formas de expressão próprias das culturas indígenas. (Diário Oficial da União nº200, 16-10-2012)

Este Prêmio é uma forma de viabilizar financeiramente expressões culturais, a 4ª edição do prêmio contou com um montante de R\$1.650.000,00 e premiou 100 iniciativas em todo o Brasil. Foram 70 prêmios de R\$15.000,00 e 30 prêmios de R\$20.000,00. Os recursos advém da lei Rouanet. A empresa que patrocinou esta edição foi a Petrobrás, por motivos descritos pela ARPINSUL como burocráticos o pagamento dos recursos aos projetos vencedores atrasou.

Segundo Romancil Kretã a ARPINSUL ao ser a entidade promotora em conjunto com o Ministério da Cultura, amplia a visibilidade nacionalmente da organização, “lá no interior da Amazônia vão saber que a gente existe, até lá no Nordeste, sabe, é a gente brigando assim que os índio valoriza a gente”.

O Ponto de Cultura Indígena (PCI) foi lançado em 2012 para comemorar o dia do índio. O Ministério da Cultura divulgou⁴⁴ que serão implantados 79 pontos de cultura indígena no Brasil. Sendo que 24 destes pontos de cultura serão destinados à região sul. A ação do Ministério da Cultura tem como objetivo a promoção e o fortalecimento das identidades e da diversidade cultural dos povos indígenas do Brasil. Espera-se que com os Pontos de Cultura, os indígenas terão a oportunidade de potencializar as atividades que já executam e descobrir novos campos de atuação. Cada comunidade tem um plano específico que visa descobrir vocações e as melhores formas de desenvolver os trabalhos. O Ponto de Cultura Indígena é um projeto que deveria ter a duração de três anos assim incluindo oficinas de treinamento e conhecimentos para gerir os materiais e produtos que poderão nascer do projeto. Cada comunidade receberá um conjunto de equipamentos denominado “Kit Multimídia”, composto por: Computador, filmadora, câmera digital, aparelho de DVD, Datashow, e aparelhagem de som.

Fui convidado pelo Cacique Carlos para acompanhar uma das etapas da implantação do PCI na aldeia Kakané Porã, que tinha como meta diagnosticar a situação sociocultural. Para tanto foi realizada uma roda de conversa para elaborar o plano de trabalho do projeto pela comunidade indígena. Nesta roda de conversa houve a participação do Cacique Carlos, seis moradores, Marciano (indígena Guarani-Nhadeva, atual coordenador político da ARPINSUL), Paulo e Moisés índios Kaingang que juntos representam a ARPIN-SUL e eu como convidado do Cacique Carlos. De modo a tornar mais claro exemplifico com a transcrição de uma pergunta da assessoria da SODOTEC:

Assessoria: como que está a situação da cultura aqui em kakané Porã, na avaliação das lideranças, dos alunos indígenas, da professora indígena dos moradores. São mais de uma etnia?

Cacique Carlos: quando a gente penso nesse projeto a gente penso num resgate, porque a gente morando aqui na cidade a cultura vai se perdendo, perde a língua, perde a cultura, perde tudo. E para nós manter esse resgate nós temos que procurar as pessoas de mais idade, de outras aldeias, para isso você já tem que ter uma passagem de ônibus, um carro, gravando uma roda de conversa, explicando para ver como que

⁴⁴ Disponível em < <http://www.cultura.gov.br/site/2012/04/23/pontos-de-cultura-indigena-4/>> acessado em 22/10/2012

é, para gente ir copiando. Nós temos que correr atrás disso. (Gravação feita dia 09/09/12)

O plano de trabalho pensado nesta demanda da comunidade propõe um intercâmbio entre as aldeias para que elas possam trocar informações e conhecimentos sobre a cultura indígena.

Para os dirigentes da ARPINSUL estas duas políticas são importantes formas de mostrar resultado para as aldeias, implantando melhorias concretas. Enquanto movimento indígena ampliava a visibilidade nacional e regional da organização. No planejamento estratégico de 2011 um dos pontos fortes indicados pelos dirigentes é o “reconhecimento da ARPINSUL como uma entidade parceira”. Poderíamos nos perguntar reconhecida por quem? No próprio planejamento estratégico responde a essa questão, os dirigentes entendem como oportunidade que “a ARPINSUL é crescentemente reconhecida por organizações indígenas como uma parceira para as suas lutas e demandas”.

Quem colocou a ARPINSUL dentro do Ministério da Cultura fui eu (Romancil Gentil Kretã), eu coloquei a ARPINSUL lá dentro. E quem trouxe o Prêmio de Cultura Indígena fui eu. Não foi a ARPINSUL que foi até lá, foi que ... como eu tinha influência lá dentro, eu ia jogando para o lado da organização nossa. Os Pontos de Cultura a mesma coisa, Ponto de Cultura, eu sabia quando ia sair o edital tudo, então eu já fiz toda aquela correria para poder. Mas eu nunca me preocupei com eu particularmente, eu me preocupava que aquela organização tivesse uma boa política, uma boa articulação nacional, uma articulação regional e que também levasse alguma coisa para as comunidades. Não adianta você ser um organização de representação e não leva nada para as comunidades do que a organização faz, eu tinha essa preocupação, a parte política, a parte social em levar alguma coisa para as comunidades. (Entrevista realizada dia 15-03-2015)

A gestão de Romancil Kretã é marcada pela expansão da atividade política indígena, esta expansão é realizada através da abertura do Estado as reivindicações indígenas. Contudo a demanda por terra, tida como prioritária, não caminhou na mesma velocidade que outras políticas como a valorização da cultura. Em relação a noção de articulação, é possível afirmar que a experiência da ARPINSUL em perseguir a sua “missão” (articular e representar politicamente os índios do Sul do Brasil) resultou na formação de líderes articuladores entre a política nacional e as comunidades locais. O

principal desafio da organização registrado em seu planejamento desde 2010 e repetido em 2011 é buscar essa articulação com os Guarani, para conseguir vencer esse desafio, neste mesmo planejamento é previsto uma série de ações que eu denomino de “Guaranização” da ARPINSUL que passo a descrever.

2.2.3 “GUARANIZAZAÇÃO” DA ARPINSUL

Ao analisar os limites da atuação da ARPINSUL e concluir que a entidade teve pouca adesão Guarani em suas atividades promovidas, igualmente podemos notar que esse desafio não passou despercebido pelos dirigentes da ARPINSUL. A preocupação em articular o povo Guarani, mais precisamente os Mbya da faixa litorânea, sempre esteve na estratégia política da organização. A sua missão reflete esta preocupação. Ademais o planejamento da entidade circunscreve uma série de estratégias e passa a ser o objeto de análise.

O planejamento estratégico foi realizado em abril de 2011, contou com a presença de Romancil Gentil Kretã (coordenador político); Rildo Mendes (coordenador administrativo-financeiro); e Francisco R. Manoel Antonio (coordenador de etno-desenvolvimento). Foi construído em formato de oficina de trabalho, financiado pela Embaixada da Noruega, sob a coordenação de sua funcionária responsável por assuntos ambientais Patricia Benthien⁴⁵, e um facilitador externo Luciano Padrão.

Na apresentação do relatório sobre o planejamento estratégico é ressaltado como lacuna da atuação “(...)à persistência de dificuldades da ARPINSUL em dialogar com o povo Guarani as lideranças ⁴⁶ presentes foram consensuais (...)”. Esse planejamento estratégico prevê uma série de desafios a serem superados, por ora me deterei apenas as tentativas de incorporação dos Mbya a estrutura da entidade.

Para sanar essas dificuldades os dirigentes organizaram um Plano Operacional divididos em três eixos: 1º Articulação regional e fortalecimento das

⁴⁵ Esta funcionária é quadro integrante da Embaixada da Noruega ver <http://www.noruega.org.br/Embassy/Embaixada-da-Noruega/Funcionarios/#.VhxxhPvlViko> acesso em 12-10-2015

⁴⁶ O Planejamento Estratégico 2011 contou com a presença de Romancil Gentil Kretã (coordenador político); Rildo Mendes (coordenador administrativo-financeiro); e Francisco R. Manoel Antônio (coordenador de etnodesenvolvimento)

organizações de base; 2º Políticas Públicas e questão territorial; e 3º Fortalecimento da ARPINSUL.

No 1º eixo, meta 1-a), conforme prognóstico, assegurou-se encontro com a Comissão de Terras Guarani; e logo em seguida na meta 1-b) aproximação com a Comissão de Terras Guarani. Nas demais metas e eixos os Guarani não são citados especificamente.

Este encontro com os Guarani aconteceu de fato e está registrado no relatório, porém não possui a data e nem a lista dos presentes. Contudo, possui algumas informações que são pertinentes à análise da atuação da ARPINSUL. Quem abre os trabalhos desse encontro é Mario Karaí: “essa conversa é uma conversa que já deveria ter acontecido a muito tempo”. Mario Karaí uma liderança (professor bilíngue) da T.I de Mbiguaçu, nesta T.I. está previsto como Ponto de Cultura Indígena, outro ponto importante é que esta T.I. é perto de Florianópolis um grande centro, local em que a ARPINSUL possui inserção de suas atividades. Nenhuma novidade já que é uma reunião de aproximação com o povo Guarani. Após apresentação do histórico da ARPINSUL, a reunião segue com uma pergunta problematizadora: “de que forma a ARPINSUL pode ajudar as lideranças guaranis em suas lutas?” O diagnóstico Guarani é que suas comissões estaduais tem objetivos de formação cultural e não possuem formalização, isto impossibilita a captação de recursos, a ARPINSUL está se disponibilizando para ajudar. Os Guarani pedem para os Kaingang se retirarem para poder conversar apenas entre eles. Citarei na íntegra o resultado registrado no planejamento estratégico:

“A gente vem conversando bastante as lideranças jovens estão se atualizando e estamos quebrando o gelo nossas estratégias estão bastante avançadas e nós queremos continuar dialogando com a ARPINSUL na perspectiva de uma aproximação que construiremos nas conversas futuras em nossa reunião agora após as conversarmos foi decidido entre as lideranças que teremos pessoas de contato para prosseguir o diálogo com as outras lideranças de base que não puderam comparecer e depois nos vamos realizar uma reunião maior onde será pensado a melhor forma de organização guarani o prazo para essa primeira etapa será definido com o decorrer da discussão com os caciques”.

A aproximação da ARPINSUL com os Guarani reflete o modelo de movimento indígena constituído no Norte do país, esse modelo de organização é fruto do pan-indigenismo dos anos 70 e reverbera com outras nuances até os dias atuais. Romancil

Kretã ao fazer o curso da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) reflete em algum grau esse modelo ideal de movimento indígena. Entretanto Romancil é Kaingang, e ainda, Kretã. Ou seja, possui um legado, uma história repassada a ele, através do nome. A outra grande liderança da ARPINSUL é Rildo Mendes, Kaingang e Mendes assim como Kretã, é ligado ao tronco velho da região de Palmas. A ARPINSUL antes de representar, articular e organizar politicamente os indígenas da região sul. Ela realiza essas tarefas a partir de um modo de agir Kaingang, ou seja, é a partir da concepção do que seja um articulador que ela atua. Isto é ressaltado a partir desse encontro com o Guarani Mbya, somos todos indígenas, mas antes somos Guarani Mbya. A cautela é marca dessa aproximação. Não por acaso, nas outras metas e eixos de planejamento, que inclusive são pontos em comuns com os Guarani como educação escolar indígena, ensino bilíngue, questão de terras. Este ponto não é citado os Guarani Mbya. Ao ser tratado da história da ARPINSUL fico a pensar, será que em algum momento houve participação Guarani nessa história? Se não houve no passado, por que? Há uma cultura que os diferencia, e o pan-indigenismo não foi suficiente para diminuir essas diferenças ao ponto de poder uni-los em torno de uma única organização indígena, ainda que possuíssem pautas de comum acordo.

Minha sugestão caminha no sentido que Moura (1975) havia proposto em sua análise na relação interétnica na Terra Indígena de Mangueirinha. Moura afirmou que os Kaingang se identificavam pelo território enquanto os Guarani pela cultura. Acredito que os Kaingang realmente se identificam pelo território, mas os Guarani também. O que muda é que os Kaingang possuem uma noção de território fixo, ou seja, o umbigo estar enterrado na terra nos traz informações sobre sua atuação política extra muros. É inteligível para um Kaingang se identificar como pertencente a uma terra no Paraná ou Rio Grande do Sul por exemplo, isto facilita a sua atuação enquanto membro de um conselho estadual, ou num conselho de direito. Mas para um Guarani Mbya a sua noção de território é fluida, como conceber alguém que possui tamanha mobilidade, aceite o regramento (que não é seu) de uma instituição não índia como é o caso dos conselhos (de direitos ou controle social), isto é contrário ao seu conceito de território operado pelo Estado.

No entanto essas diferenças não foram suficientes para que Romancil Kretã abandonasse seu objetivo. Para Romancil a dificuldade iria ser superada caso algum

Guarani assumisse a coordenação política da ARPINSUL. Desse modo ele poderia ‘matar dois coelhos com uma paulada só’, cedendo espaço para um Guarani em seu lugar, Romancil estaria livre para seguir o prenuncio de seu avô (se tornar cacique em Mangueirinha). Com este dois objetivos em mente, Romancil se muda para a T.I. de Mangueirinha e quem assume a coordenação política da entidade é Marciano Rodrigues, antes secretário. No lugar de Marciano Rodrigues é convocada Andreia Lourenço, ambos Guarani Nhandeva. Andreia cumpria com dois requisitos importantes: primeiro era Guarani, segundo era mulher. Ou seja, a reordenação da coordenação da ARPINSUL seguia os ritos do movimento indígena nacional e da cooperação internacional, seguindo o modelo que ao menos no plano ideal teria sucesso. Ao contrário houve uma forte contração das atividades indígenas, fim do financiamento da Embaixada da Noruega, fechamento do escritório da organização e suspensão dos projetos de valorização da cultura.

Essa “guaranização” da ARPINSUL não era um consenso entre seus dirigentes. Rildo Mendes era contrário, entendia que a ARPINSUL perderia a referência.

Entretanto Romancil Kretã seguiu com seus planos, deixou a coordenação política da entidade, passou a vaga dos indígenas do sul na executiva da APIB (Articulação dos Povos Indígenas no Brasil) para seu irmão Marcio dos Santos Kokoj. Isto sem nenhuma transição, para que os indígenas que ficassem, pudessem ter o tempo necessário para apreender as tarefas, antes de responsabilidade de Romancil. Criou-se um vazio político.

Este vazio político causado pela sua saída extemporânea não foi ocupado. O momento era de renovação de convênios e prestação de contas dos projetos que davam sustentabilidade a ARPINSUL. Romancil Kretã é quem fez a capacitação no movimento indígena e também o responsável por trazer novos projetos para a ARPINSUL. No planejamento estratégico da entidade uma das fragilidades apontadas pelos indígenas seria de “poucas pessoas preparadas para assumir a direção”, bem como “ter apenas um parceiro institucional”; como desafios os dirigentes apontavam, “permanecer na dependência de só ter um parceiro institucional” e também “baixa capacidade da ARPINSUL realizar atividades voltadas para a formação de lideranças”. Ao sair da coordenação da ARPINSUL Romancil não observou essas fragilidades e desafios que ele mesmo ajudou a construir no planejamento da entidade, o cálculo político foi aquém das necessidades imediatas. O resultado é esse como Romancil lamenta,

Patrick- Do que você está falando?

Romancil- dos projetos que esses caras não entregaram direito, aí eu tive que pedir prorrogação dos dois projetos, consegui a prorrogação.

Patrick – Você está falando do Ponto de Cultura e do ...

Romancil –Prêmio

Patrick- Eles estão ali só para fazer isso? Porque não fizeram?

Romancil- Sete meses eles tinham para fazer a prestação de contas, aí foram gastando, gastando, gastando e não fizeram. Agora veio um último ultimato para eles, o último para prestação de contas, e aí eles se desesperaram, aí eles viram que não iam conseguir fazer no prazo, e eu consegui prorrogar isso aí, consegui mais um mês, para cada um, tanto pro prêmio quanto pro ponto. Diz que ontem chegou o documento do prêmio que tem um mês pra fazer a prestação. Aí os caras que recebiam, que nem o Marciano que recebia, o Rildo que era o coordenador financeiro que ganhou pra fazer a prestação do prêmio sumiu também e a saída dele, largou uma bomba para nós resolver e foi embora. Daí só acaba sobrando para mim e tem que né, cansa né mais do que tive trabalhando né, se tive na enxada, na foice, é cansativo, mas chega de noite em casa você tá morto, mas não igual da cabeça né as vezes você tem até que mentir cara, coisa lá para o ministério coisa que eu não queria, mas eu me obriguei porque, cansa cara, por causa dos outros, cansa cara... (Entrevista concedida 10-11-2014)

As dificuldades administrar a burocracia eram latentes, ademais, o mercado de projetos (Albert 2000), está se contraindo para as organizações da América Latina. Romancil Kretã alega que o governo brasileiro está agindo nos organismos internacionais para que os indígenas não tenham acesso a esses recursos, segundo Romancil, o governo estaria agindo nos bastidores da ONU para barrar o financiamento às organizações indígenas. Não encontrei nenhuma informação que sustentasse essa fala de Romancil, contudo, há um movimento da cooperação internacional em direcionar sua atuação para os países africanos, isto é sentido também nos demais movimentos sociais.

Outra dificuldade que o movimento indígena sofre, é a forte organização política de setores anti-indígenas, para se ter uma ideia do poder político ruralista⁴⁷ em 2014, 189 deputados federais eram signatários da bancada, ou seja, 37% do total de deputados federais. Ainda sem levar em consideração a bancada evangélica e a frente parlamentar de segurança pública. Essas três forças denominadas por setores da mídia de bancada BBB (boi, bíblia e bala) formam uma aliança que alcança 60% dos deputados federais. Esse poderio vem dificultando o acesso dos indígenas aos programas do governo

⁴⁷ Ver www.brasildefato.com.br/node/30151 acesso em 15-10-2015

federal, uma das formas é criando empecilhos a prestação de contas das organizações indígenas que tem contrato com setores do governo federal. Este é caso da ARPINSUL.

Entretanto, as dificuldades de prestação de contas, não é apenas político conjuntural. É também uma dificuldade cultural. As regras impostas ao funcionamento das políticas públicas via ‘terceirização’⁴⁸ são condições alienígenas ao mundo indígena, segundo Gersem Baniwa (2012:218), “(...) o caráter monoculturalista da administração pública brasileira, que está sendo pensada e organizada para atuar dentro de uma cultura homogênea, ou de uma realidade espaço-temporal única: a vida urbana ‘branca’.” Assim, o modo de operacionalização das organizações indígenas, devem atuar conforme o padrão imposto a elas: urbano e branco. Esse mundo urbano e branco não levam em consideração as especificidades indígenas e sua tradição da oralidade. Outra questão de âmbito cultural é desejável, do ponto de vista Kaingang, transitar entre o mundo indígena e o mundo dos brancos, sendo necessário possuir atributos herdados ou apreendidos em seu grupo familiar. Esses quesitos são Kaingang, e é partir desses critérios que são cobrados resultados dos articuladores da ARPINSUL, Marciano Rodrigues Guarani por mais se dedique a tarefa de articular o mundo branco e o mundo indígena, ainda pecará, pois não irá fazer sob o ponto de vista Kaingang. Desse modo as condições externas de financiamento como captação de recursos na cooperação internacional ou nos órgãos estatais é pormenorizado em relação a etnia, pois a habilidade em manejar o mundo dos brancos é Kaingang,

Patrick - E como levantar a ARPINSUL?

Romancil - A princípio terminar a prestação de contas do projeto tudo certinho, terminar a prestação de contas e entregar, assinar um novo convênio, porque pelo conselho (conselho nacional de cultura) eu já consegui, já está assinado só falta captar o recurso, mas é preciso prestar contas para captar, a minha ideia é pegar parte desse recurso, onde é de direito da instituição, e a gente garanti, o valor de pagamento de água de luz. Pagamento de uma pessoa para trabalhar ali, e no ano que vem compra uma sede própria, pra não ficar pagando aluguel, e estabelecer parceria com a FUNAI, fazer seminário, conferência, fórum, tudo em parceria com a FUNAI e o Ministério do Meio Ambiente, isso é bom porque a gente trazia a maioria das lideranças e a gente daí estava sempre conversando com eles, nunca sozinho entre nós, sempre a gente estava conversando com eles, isso fortalece a instituição. Quando eu saí eles abandonaram tudo isso, tipo de tema de discussão, não foi mais prioridade, isso enfraquece porque se perde a força da liderança que é

⁴⁸ Terceirização num sentido de delegar a outrem, neste caso aos indígenas, a responsabilidade de executor de políticas públicas que a priori seria do Estado.

os cacique, perde porque você não tem ligação com eles, você desliga né, e antes não, sempre tinha muita informação sempre indo atrás disso aí, então eu buscava lá dentro do ministério e trazia para gente, para dentro, e depois que eu saí os cara desligaram tudo isso. Então para o ano que vem você precisa fazer um bom planejamento para acontecer tudo isso aí sabe, aí você tem uma série de coisas e consegue pagar o aluguel, e fortalecer de novo a organização, porque se deixar na mão do pessoal que nem está hoje, a tendência é ... porque quando você perde uma sede, automaticamente você já perdeu um monte de coisa, quando perde o apoio das lideranças dos caciques daí você já era! Esqueça! Você perdeu a base. Então como você vai chegar lá em Brasília e fazer uma fala e tal se você não tem apoio?

Romancil Kretã ressalta a sua atuação individual como articulador, como fazer para alavancar as atividades indígenas, ao relatar que em sua ausência “eles abandonaram tudo isso”, é justamente fazer a crítica de que não conseguiram estabelecer um diálogo com setores do governo que antes Romancil mantinha. A crítica que emana do seu relato sobre a distância dos caciques em relação a ARPINSUL, para Romancil é resultado dessa falta de eventos para viabilizar a participação dos caciques. Outra informação importante é que Romancil reconhece que a força das lideranças vêm dos caciques. Isto nos oferece algumas pistas sobre a motivação de Romancil Kretã ir para Mangueirinha e disputar o cacicado com seu primo Valdir Kokoj.

Ao olhar para esse processo de ‘guaranização’ da ARPINSUL vimos que ela ocorreu dentro de um processo adverso por pelo menos três fatores, o primeiro relacionado, a falta de lideranças com experiência no diálogo com o Estado, mas especificamente com a falta de informações a proposição de projetos. O segundo fator é a contração do “mercado de projetos” tanto internacionalmente quanto nacionalmente. O terceiro fator é o vazio político causado pelo afastamento de Romancil Kretã. Essa liderança estabeleceu relações com o Estado, a partir do Conselho Nacional de Política Cultural, uma atuação que possibilitou a captação de recursos para atividades indígenas. Contudo o seu afastamento para a disputa do cacicado da T.I. de Mangueirinha não foi pleno, pois a vaga do conselho não é institucional, ou seja, não era da ARPINSUL, e sim pessoal, do Romancil Kretã. Desse modo não havia possibilidade da transferência do assento para um outro dirigente da organização indígena, observamos aqui um limite na própria formulação de instâncias de participação estatal. Estes fatores desembocaram numa forte contração das atividades indígenas ocasionando o fechamento do escritório mantido em Curitiba, mas não acabando com a organização que segue atuando com seus coordenadores a partir de suas aldeias onde residem.

CAPÍTULO 3- TERRA INDÍGENA MANGUEIRINHA

Ao pensar no processo de constituição de uma liderança indígena, isto nos levou a formulação de uma noção de representatividade que se origina em outros termos que não o conceito iluminista de representatividade política, mas a uma noção que se aproxima semanticamente da ideia de articulação. Uma espécie de mecanismo conector entre âmbitos (regional e nacional). A partir do nome Kretã (aquele que vê do alto, enxerga mais longe) buscou-se compreender os quesitos de uma liderança Kaingang, esses quesitos Kaingang de constituição de liderança se reproduzem para fora da aldeia (extra muros) e dialogam frontalmente com a cosmologia Kaingang que é dual e assimétrica. Assim foi possível perceber que há uma tendência em se constituir nos espaços de decisões indígenas, dois tipos de lideranças, estas ligadas as metades sócio cosmológicas Kamé e Kairu: Kamé com um perfil de confronto e Kairu numa posição de diplomacia. Esta relação é assimétrica pois Kamé sempre vai na frente acirrando o conflito e Kairu vem em seguida arrefecendo a situação, porém sem abrir mão de sua reivindicação. Kretã é Kamé e o seu modo de se relacionar nos espaços de decisão política sugere que se produza um Kairu, mesmo onde ele não exista.

Esta relação sócio cosmológica advém das Terras Indígenas que possuem uma política interna própria. A relação política estabelecida da ARPINSUL com as ‘bases’ tem como pressuposto uma articulação com os caciques das Terras Indígenas via Conselhos de Caciques, esta relação é uma relação conflituosa, já que os caciques não abnegam de seu status político, de outra forma, necessitam dessa habilidade de manejo do mundo dos brancos, para legitimar o seu cacicado internamente. Em outras palavras, as negociações de políticas públicas, muitas vezes são tratadas diretamente com os caciques. É este o principal conflito, mas também espaço de legitimidade entre a ARPINSUL e as Terras Indígenas Kaingang.

Entretanto, ao analisar a atuação da ARPINSUL, verificamos que, apesar dos limites geográficos e culturais para articular o povo Guarani, existiu um considerável fluxo de atividades indígenas. Os exemplos citados foram o Prêmio de Culturas e o Ponto de Cultura Indígena. A ARPINSUL sob a atuação de seu então coordenador político, Romancil Kretã, soube aproveitar as “brechas estatais” via Ministério da Cultura. Assim fortalecendo o “nome” da ARPINSUL e o seu próprio nome. Esses espaços construídos no Ministério da Cultura, segundo Romancil, “é resultado da pressão do movimento

indígena” no governo Lula (2002-2006). Sendo assim uma “política pública nova”, no sentido de que as políticas de educação e saúde diferenciada, já se encontravam estruturadas e descentralizadas na região sul, estas políticas “antigas” privilegiava a participação de caciques, de Terras Indígenas, nem sempre ligados ao movimento indígena, enquanto esta política “nova” oportunizava a organização indígena. Desse modo é importante ressaltar, que Romancil Kretã e a ARPINSUL, são impulsionados por um modelo de política que transfere a responsabilidade de gestão do Estado para as organizações indígenas, conformando uma etnicidade de resultado (Albert 2000).

O funcionamento da ARPINSUL como gestora de política permitiu a promoção de Romancil Kretã enquanto articulador. Contudo esta função “liminar” de articulador, encontra resistência perante as lideranças tradicionais. A ARPINSUL acreditava que enquanto organização indígena poderia incorporar automaticamente a sua base de sustentação, os conselhos de caciques estaduais. Ou seja, é como se a ARPINSUL tivesse sido criado a partir dos conselhos de caciques, e assim seria sustentada por eles, contudo ela foi criada por um modelo panindígena, alheio ao conselho de caciques. No planejamento de 2011, essa estratégia é vista como “positiva” pelos coordenadores. Mas, na prática a ARPINSUL segundo o mesmo planejamento, “não conseguia dar respostas concretas a demandas de terra das comunidades”.

Essa contradição do planejamento da ARPINSUL é sintomático e expressa um conjunto de tensões dentro de uma rede de relações, em que o deslize semântico de representatividade e articulação produz significados instáveis, no sentido em que não há uma linha fixa que define esses papéis. Essa instabilidade é provocada tanto pelo Estado quanto pelo movimento indígena nacional que produz lideranças “liminares” como Romancil Kretã. Poderíamos nos perguntar, porque Romancil Kretã alcançando um certo prestígio enquanto articulador na ARPINSUL, fomentaria o desejo de tornar-se cacique numa Terra Indígena? Já que o caminho das lideranças formadas seguindo este trajeto, preferiram à cidade do que a aldeia. Esta é a questão a ser perseguida neste capítulo. Para tanto é necessário acompanhar a sua trajetória, a implementação do seu projeto pessoal, quais as influências dessa rede de relações no movimento indígena e a sua proposta de gestão territorial. Da mesma forma compreender que o papel de articulador, terá o desafio de conectar além dos âmbitos nacional e regional, o local: Terra Indígena de Mangueirinha.

3.1 A “PASSAGEM” DE ROMANCIL À KRETÃ

Então, esse meu avô, num sábado, me lembro até hoje, disse assim para mim: quem que você é? Ele perguntou para mim. Daí eu falei, eu sou Romancil Kretã. Ele disse: não, você não sabe quem que você é? Você não é Romancil Kretã. Eu vou te contar quem você é. Então, falou sobre toda história do Ângelo para mim, da luta do Ângelo. Por que o Ângelo, para mim, era apenas o meu pai. Hoje não! Hoje ele não é mais só o meu pai. Hoje ele é um grande líder para mim. Assim, eu tenho muito orgulho de ser filho dele. Saber que ele foi capaz de dar a própria vida dele, pelas nossas, pelos nossos filhos. Isso que meu avô passou na conversa. Na época, ele disse para mim: você precisa voltar para Mangueirinha. Você tem de começar a fazer um trabalho lá em Mangueirinha, para você se tornar o cacique de Mangueirinha. (Almeida 2013:164)

Nesta entrevista Romancil Kretã relata a mesma história narrada em 2012, contudo insere alguns elementos e retira outros, que demonstram a sua pretensão de tornar-se cacique na T.I de Mangueirinha. No primeiro relato⁴⁹, acentua a sua entrada no movimento indígena, neste segundo, valoriza o nome do seu pai (Ângelo Kretã) como grande liderança da T.I de Mangueirinha. O legado do nome Kretã é permeado de bens imateriais, como prestígio e poder, do mesmo modo é imputado ao nome Kretã a garantia da terra, tanto pela aquisição como a manutenção da terra. Ser Kretã é ser líder, é ser chefia.

Romancil relata que saiu da T.I de Mangueirinha com 16 anos, segundo o seu relato expulso por problemas da política interna, desse modo adquiriu, antes de retornar a T.I de Mangueirinha, um modo de chefia “extra muros”. Em outras palavras, a formação de Romancil, enquanto articulador, ocorre no movimento indígena nacional, formado de fora (da Terra Indígena) para dentro, o que não significa total ignorância às normas internas de funcionamento da aldeia. É importante ressaltar que nesta idade, 16 anos, o Kaingang está apto à casar e formar família, já é uma ‘pessoa’. Outro elemento importante é que a responsabilidade de socializar Romancil é do seu avô, para Fernandes (2003:131), “o avô é responsável pela educação e pela socialização do neto nos conhecimentos e contextos tradicionais (...)”. Neste caso seu avô é Chico Luís dos Santos liderança do movimento indígena nacional do período da constituinte, faleceu poucos meses depois dessa visita à Romancil que o sensibilizou a retornar para T.I. de Mangueirinha.

⁴⁹ Ver capítulo 1 Romancil Gentil Kretã.

Para compreender o modelo de “liderança” constituída por Romancil é importante voltar a sua primeira experiência⁵⁰ enquanto líder. Esta experiência ocorreu na “conquista” de Kakané Porã. Os indígenas em Curitiba reivindicavam um “pedaço de terra” para viver, pois constantemente eram impedidos de vender artesanato em Curitiba em razão de residirem na região metropolitana. A partir da organização desses indígenas em uma associação que se denominou ORCCIP CURIM (Organização do Resgate Crítico da Cultura de Curitiba e Região Metropolitana) e teve como presidente Romancil.

Então fizemos uma assembleia convidamos doze famílias que moravam em Curitiba, e que vieram para a assembleia, e na assembleia o pessoal achou melhor que eu ficasse como presidente da associação por causa do nome do meu pai, do nome do Ângelo Kretã, porque o Ângelo Kretã é muito conhecido aqui em Curitiba, muito respeitado, então isso aí serviria para abrir as portas, para tudo nós também, pelo objetivo nosso em todo esse processo que era dar visibilidade para quem morava em Curitiba.(Entrevista realizada 02-11-2015)

O legado de Ângelo Kretã, do qual seu avô teria lhe falado, o acompanha desde o início de sua ‘experimentação’ no movimento indígena, isto é fundamental, para a compreensão do ser Romancil Kretã, já que essa história de líderes da qual é herdeiro, o coloca numa situação privilegiada, pois pode caminhar sob essa experiência herdada. Este legado “abre portas”, como narra Romancil, mas aumenta a carga de responsabilidade; no sentido de que ao criar expectativas quanto a sua atuação, as portas se abrem com vistas ao que foi se pai e seu avô foram. A comparação com seu pai será um referencial, “o cacique vereador”, que protagonizou a desintrusão de terras Kaingang no sudoeste do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com seu avô a liderança da constituinte, os dois somados: garantia das terras em Mangueirinha.

A ORCCIP CURIM seria o instrumento para poder “honrar” o seu nome, a primeira ação da organização indígena foi, em parceria com a FUNASA⁵¹ (Fundação Nacional de Saúde), o cadastramento de todos os índios de Curitiba e Região com o objetivo de mapeá-los e assim serem atendidos pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio). A ORCCIP CURIM desse modo seria uma forma de ser um referencial coletivo

⁵⁰ O significado do termo experiência usado nesse capítulo, se aproxima do Ingold (2010) entende como necessário à obtenção de habilidade.

⁵¹ Antiga Fundação Nacional de Saúde, órgão ligado ao Ministério da Saúde para atendimento de saúde indígena.

de auxílio e apoio aos indígenas que moravam na cidade e desamparados pela FUNAI de Curitiba. O primeiro enfrentamento ao órgão indigenista foi a destituição do administrador da FUNAI de Curitiba. Segundo Romancil, esse administrador rotulava os índios como “desaldeados”, por este motivo questionava a identidade étnica dos índios, afirmando que ao morar na cidade deixava a “condição” de serem índios, isto em 2004. A ORCIPP CURIM não aceitou a forma que este administrador estava conduzindo o diálogo, e, em conjunto com os Guarani da T.I. Araçaí, exigiu a saída desse administrador. Devido à pressão dos indígenas, a FUNAI exonerou o administrador, e em seu lugar foi nomeado um interventor que atendesse às demandas dos índios na cidade de Curitiba.

Nesta primeira atuação da ORCCIP CURIM, sob a presidência de Romancil agora, Kretã, teve que enfrentar resquícios do “poder tutelar”, este não se aborta por decreto. O conceito de uma cultura estática e assim cristalizada nos departamentos e órgãos da FUNAI, não impediu que na prática os indígenas demonstrem que a cultura pode mudar, e muda. É necessário refletir sobre o que nos informa esse termo “desaldeados”, esse termo indica um modelo indigenista ligado a uma política de confinamento dos índios em reservas, e assim resumi-los a monocultores. Essa prática indigenista foi questionada pelos índios organizados na ORCCIP CURIM, atualmente não precisam pedir alvará para sair das Terras Indígenas, “hoje isso mudou” antes uma política de confinamento, agora possuem plena liberdade de chegar nas cidades e nelas morar, sem qualquer consentimento do órgão indigenista oficial.

A segunda “grande luta”, como narra Romancil Kretã, foi por uma terra em Curitiba. Para cumprir com esse objetivo os indígenas compreenderam de deveriam se “reunir e se unir, num só lugar”, caso contrário, eles não iriam a lugar nenhum. No início de 2004 eles optam pela ocupação de um terreno às margens da BR 277, que pertencia às Faculdades Espírita, como mecanismo de pressionar o poder público. Foram despejados. Voltaram a ocupar a Estação Ecológica do Cambuí, fruto de um acordo entre os índios, Carlos Kayser ficou como cacique da aldeia e Romancil Kretã como presidente da associação e vice cacique. O primeiro responsável pelo “interno” e o segundo pelo “externo”. Esta relação acabou gerando atritos, no dia-a-dia da aldeia, Romancil Kretã narra, “eles pediram para eu não se envolver mais nas questões da comunidade, aí eu segui minha vida né”. É importante observar que na formação da aldeia e eleição do cacique, Romancil Kretã abdica de reivindicar ser “líder interno”. A sua atuação é

direcionada, não para resolver demandas internas à comunidade, mas para tratar com os órgãos públicos. Romancil Kretã se coloca como uma liderança que faz a ponte entre o poder público e a comunidade, mesmo quando essa comunidade se encontra dispersa na cidade.

Esta é a marca da liderança de Romancil Kretã, um líder “pra fora”, um “cacique” na cidade. Pois assume como presidente de uma organização indígena, como articulador, como “liderança externa” sem que haja uma “liderança interna” já que não havia comunidade em si. Aldeia é Curitiba e Região Metropolitana. A ocupação da terra e posterior formação da Aldeia Urbana Kakané Porã é produto da atuação dessa organização indígena, e desse “cacique” na cidade. Essa função articuladora é “liminar”, nem lá e nem cá (Turner 2008), e por isso perigosa, essa liminaridade é o que Romancil irá “experimentar” enquanto articulador no movimento nacional. Em outras palavras, ele irá “experenciado” quando escolhido para participar de eventos indígenas nacionalmente, uma relação entre iguais, entre lideranças sedimentadas no movimento indígena e constituídas enquanto tais por essa situação de lideranças “para fora”.

Para falar dessa experiência de Romancil Kretã, convém contextualizar de forma sucinta, o momento político do movimento nacional indígena. A presidência da ORCCIP CURIM impulsionou a liderança de Romancil Kretã, num momento de reformulação do movimento indígena nacional. Esta reformulação é devido ao fato do desgaste político do CAPOIB⁵² (Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil), o estopim para a cisão foi a divergência entre os índios da Amazônia (COIAB) e os índios do Nordeste (APOINME). O clímax dessa divergência se origina pela marcha contra a comemoração dos 500 anos do Brasil, programada pelo governo federal a ser realizada na Bahia. O governo federal numa tentativa de impedir a manifestação, convidou representantes do movimento indígena para dialogar suas reivindicações mediante o cancelamento da marcha. As lideranças indígenas da Amazônia aceitaram conversar com o governo, já as do Nordeste mantiveram a marcha, explicitando publicamente a divergência, sepultando o CAPOIB.

⁵² Houveram três grandes tentativas de construção de uma organização indígena nacional, a UNI, que funcionou durante o período da constituinte na década de 1980. A segunda tentativa o CAPOIB, seu funcionamento ocorre no pós constituinte, e atualmente a tentativa mais recente que é a APIB.ce

Segundo Kelly Oliveira (2010:195-209), a principal crítica lançada ao CAPOIB foi a crise de representatividade. O conflito resultou a partir do momento em que é delegado a uma “comissão menor” o papel de articuladores, o que teria levado a um “distanciamento das bases”. Entretanto mesmo com essa crise de representação, o CAPOIB foi fundamental para a formação de lideranças ao promover: “mobilizações nacionais, capacitações de lideranças em seminários e cursos em parcerias com universidades e ONG’s indigenistas e na representação em Brasília (2010:199).”

É na reaproximação das organizações indígenas regionais (COIAB e APOINME) devido a apresentação da PEC 215⁵³ no ano 2000, que emerge a liderança de Romancil Kretã e sua experiência da ORCCIP CURIM. Num evento promovido em Passo Fundo/RS pela COIAB e APOINME, “tinha ido eu (Romancil Kretã) pelos índios urbanos, o Neoli pelos professores indígenas do Paraná e a Gilda Kuita que era presidente das mulheres indígenas do Paraná”(Entrevista realizada 02-11-2015), no término desse evento cada estado do sul do Brasil poderia indicar uma (1) liderança para participar do Fórum Permanente de Sustentabilidade da Amazônia⁵⁴, este fórum tem como foco discutir a preservação da floresta. Romancil Kretã, o único que poderia participar do evento foi escolhido, neste evento recebeu a incumbência de estruturar os indígenas do sul através de uma organização indígena. Romancil narra,

tinha uma série de lideranças importantes lá né ... foi o próprio Ailton Krenak, foi o Alvaro Tukano, foi o Neguinho Truká, Ailton Pataxó, Jecinaldo Saterê Mawé, eu conheci lá inclusive o Raoni eu conheci lá, na hora de ir embora eles me chamaram (..) disseram: Kretã você tem que assumir o movimento, você precisa vir para o movimento, teu pai era um grande líder, uma grande liderança você precisa ajudar nós, precisa soma com nós nesse movimento indígena, você precisa ajudar a organizar a região sul lá né (Entrevista dia 02-11-2015)

O nome de Kretã novamente é acionado para convencê-lo a constituir o movimento indígena. Romancil Kretã tem clareza disso, e relata: “não é por mim que a ARPINSUL deu certo, mas pelos meus antepassados, meu bisavô ter lutado pela terra, meu pai sempre lutou ao lado dos Guarani, se hoje é possível a ARPINSUL é por conta

⁵³ PEC 215, é uma proposta de emenda constitucional que transfere o poder de demarcar e/ou revisar T.I's do Ministério da Justiça e FUNAI para o congresso nacional, entendido pelo movimento indígena como retrocesso, pois o congresso é atualmente majoritariamente contrário à questão indígena.

⁵⁴ O Fórum Permanente de Sustentabilidade da Amazônia, realiza debates sobre a preservação da floresta, mudanças climáticas e meio ambiente. Estabeleceu-se enquanto grupo de discussão na preparação para o ECO 92 e se manteve a partir das discussões internacionais sobre o tema.

deles também”. A formação do modo de liderança de Romancil vai se constituindo nesse conjunto de “experiências” que ele vai adquirindo. A experiência enquanto um “cacique” na cidade e seus embates com o órgão indigenista, posteriormente nos debates promovidos pelas organizações indígenas regionais, mas sobretudo no mergulho do significado do seu nome Kretã e sua relação na cosmologia Kaingang. Aquele que vê do alto enxerga mais longe (Kretã), traduzido por Francisco Luís dos Santos, nos permite ligar a essa ideia de chefia, contudo o nome em Kaingang Krim-tã, pode ser traduzido como o espírito (dono) da montanha, a capacidade de agenciamento desse nome é relacionado diretamente à origem Kaingang, ou seja, não um líder nato, mas um líder que nunca morreu, por isso, “se morre um Kretã, mil nascerão”.

Mas qual é o modelo de liderança “experimentado” via COIAB e APOIME? Para compreender melhor essa relação de Romancil Kretã e a constituição de sua liderança na relação com as lideranças do movimento nacional, é necessário ressaltar que essas organizações indígenas surgem dentro de um contexto pós 1988, tem no CIMI e na cooperação internacional seus dois grandes alicerces, financeiro e político (Bicalho 2010). O formato das lideranças indígenas que surgem desse contexto são influenciadas pelo pan-indigenismo da década de 1970/80, em que a situação de povo colonizado sobressaía sobre as questões específicas de cada etnia. Isto não quer dizer que fosse suspenso o conflito de lideranças indígenas em seu interior.

A categoria liderança indígena era aplicada tanto a chefes tradicionais de uma área indígena quanto a chefes de aldeias, pessoas influentes – por vezes opositores das autoridades nativas tradicionais – ou a indígenas que houvessem estado na escola e tivessem maior capacidade de se expressar em português. (...) autoridades tradicionais perderam o espaço depois da articulação iniciada com as Assembleias, por estarem relacionadas a formas de ação mais ligadas a uma etnopolítica local, por vezes relacionadas com a estrutura tutelar. (Oliveira, J.P 2006 APPUD in Oliveira, k. 2010:79)

Esse formato de liderança isento aos quesitos internos de cada etnia, é chamado pelo movimento indígena de lideranças políticas. Essas lideranças atuam como “dirigente e, mais recentemente, como assessoria, como orientador, ajudar a pensar um pouco as estratégias” (Bicalho 2010:378-370), nessa entrevista o atual professor da UFAM (Universidade Federal do Amazonas) Gersem Baniwa aponta para um novo papel de liderança indígena, e ainda, reafirma o de articulador entre as políticas estatais e as aldeias. Valéria Payê dirigente da COIAB (2010:417), relata que “(...)caciques, que são

as verdadeiras lideranças da aldeia. (...) o papel que a gente tem é de ser interlocutor das instâncias de fora pra dentro das nossas aldeias, ou, vice-versa”.

É este formato de liderança que está em relação ao que Romancil Kretã veio experimentando a partir da ORCCIP CURIM. Atualmente o movimento indígena brasileiro e a própria ARPINSUL, preferem utilizar ao invés do termo liderança política a terminologia: articulador, isto é, um conector das lutas. Constituindo assim, um novo poder, uma autoridade capaz de manejar o mundo não índio. A habilidade deste manejo adquirida no processo de formação de lideranças do movimento indígena, para a Kaingang, Nyg Kuitá⁵⁵ “funciona como um rito de passagem” para afirmar sua identidade Kaingang. Antes de participar do movimento indígena narra, Nyg Kuitá Kaingang, que apenas vivia em sua Terra Indígena sem ter preocupação com os seus “parentes”: “o movimento indígena me fez pensar sobre a situação do índio atual, seja aqui no Paraná ou em qualquer parte do Brasil” (entrevista dia 07-11-2015). Romancil Kretã relata, que antes de sua passagem pelo movimento indígena as lideranças o conheciam por Kretãzinho, e depois de sua experiência pelo movimento indígena local e posteriormente nacional passou a ser chamado de Kretã, filho de Ângelo Kretã e neto de Francisco Luís dos Santos (Kretã).

Esta relação de Romancil Kretã com o movimento indígena brasileiro, pode nos fazer supor, já que não são inatas, estas características do modo de ser liderança foram adquiridas no movimento indígena nacional. É como se Romancil Kretã fosse preenchido por uma consciência etnopolítica do movimento indígena. Desse modo bastaria alguns cursos de formação etnopolítica, onde seriam formatados líderes indígenas para indigenizar o Estado. Não é disto que se trata, “são, antes, imanentes naquele campo de relações onde os seres humanos são submetidos aos processos orgânicos de crescimento e maturação, e no qual os seus poderes de ação e percepção se desenvolvem e sustentam”. (Ingold 2010:17) Ingold nos alerta que os processos pelos quais aprendemos, advém de compreender o campo de relações que estabelecemos. É correto afirmar que as relações estabelecidas de Romancil Kretã, iniciam com a ORCCIP CURIM, mas não somente, é necessário levar em consideração suas relações estabelecidas desde a Terra Indígena de Mangueirinha, como “cacique” na cidade até os eventos do movimento nacional.

⁵⁵ Nyg Kuitá é estudante do curso de psicologia da UFPR e integrante do coletivo de jovens indígenas do movimento nacional.

Romancil Kretã foi expulso da Terra Indígena, aos 16 anos, isto é um dado importante, visto que ele pertence ao “tronco velho⁵⁶” que fundou a Terra Indígena, ou seja, o ato da expulsão é também portador de agência que irá influir na constituição de sua liderança. Pois, Romancil Kretã jamais admitiu morar em T.I. que não fosse Mangueirinha. Do mesmo modo, a sua experiência como “cacique” na cidade, seu diálogo com o movimento nacional, sua inserção no Conselho Nacional de Política Cultural, inserem experiências em seu modo de atuação enquanto articulador.

O processo de aprendizado por redescobrimto dirigido ⁵⁷ é transmitido mais corretamente pela noção de mostrar. Mostrar alguma coisa a alguém é fazer estacoisa se tornar presente para esta pessoa, de modo que ela possa aprendê-la diretamente, seja olhando, ouvindo ou sentindo. (Ingold 2010:21)

Ser um líder hábil na cidade requer, conhecer e reconhecer, minimamente o funcionamento do Estado. Esta habilidade parece ter sido adquirida por Romancil Kretã em sua “experimentação” da ORCCIP CURIM e ARPINSUL e é construída sobre as trilhas de seu pai, de seu avô, utilizando a rede de relações que um dia eles usaram. É também fruto do “ambiente” cidade. Segundo Ingold (2010:18-19) “o movimento do praticante habilidoso responde contínua e fluentemente a perturbações do ambiente percebido” e continua, “o ambiente, então, não é meramente uma fonte de problemas e desafios adaptativos a serem resolvidos; ele se torna parte dos meios de lidar com isso.” Aprender a ser articulador na cidade não é uma oposição a ser articulador na Terra Indígena, é antes compreender que as tensões da vida prática são outras. A rede de relacionamentos na cidade (Curitiba) são outras, os agentes estatais são outros, os agentes econômicos são outros, os grupos sociais são outros. As alianças a serem realizadas são outras. Não são respostas ao meio. Mas são respostas junto com o meio. Resta saber como se comportará este articulador fruto dessa experiência na cidade em sua Terra Indígena originária.

3.2 A VIAGEM DE VOLTA

⁵⁶ Foco ancestral de grupos domésticos e parentagens cumprem o papel de ligar indivíduos às histórias locais, cumprem o papel de fornecer uma referência para a configuração de ‘linhas locais de descendência’. (Fernandes 2003:139)

⁵⁷ Redescobrimto dirigido para Ingold, envolve um misto de imitação e improvisação, como faces da mesma moeda. Copiar é imitativo, na medida em que ocorre sob orientação; é improvisar, na medida em que o conhecimento que gera conhecimento (...) Ingold (2010:21)

Patrick- Eu fico pensando porque você quis sair dali (ARPINSUL), para ser Cacique em Manguairinha? Eu ainda não entendi.

Romancil Kretã- Olha Patrick, eu acho que ... o futuro que vai me falar isso também porque mesmo que eu queira explicar que saí de uma organização indígena que era top né! Que estava top no movimento nacional, era temido pelo Estado, principalmente pelo governo federal. A ARPINSUL andando lá, independente de quem fosse, olha o pessoal da ARPINSUL está aqui, o que será que vai acontecer? Então isso daí para mim também foi muito forte esse momento da ARPINSUL, que eu tive né como coordenador político. Porque eu fui muito estrategista do que eu queria para nós aqui do sul e o do que eu queria para mim também né! Porque o futuro é que vai explicar né! Para muitos o que acontece e o que aconteceu para mim por exemplo em Manguairinha é o fim, para mim foi o recomeço de novo, foi só um recomeço, não foi o fim. A minha prisão mesmo. Pelas lideranças, não por pessoas aí que só pensam o mal de uma liderança, que querem o fim de uma liderança a todo custo, mas para as lideranças mesmo, inclusive, nacional, que minha prisão foi mais política do que um problema interno. Foi uma prisão política mesmo inclusive para os caciques aqui do Paraná mesmo né! Porque quando eu fui preso tinha uma lista, hoje a gente sabe que tinha. Tinha uma lista de liderança para ser presa aqui no Paraná. Primeiro foi o Dirceu (T.I Ivaí), o Valdir foi preso na época já tinha uma lista liderança aqui do Paraná que iriam preso. Então eles acharam que eu preso eles acalmariam o restante dos outros né! Na verdade não tem prova nenhuma, estou esperando esse julgamento, que nunca chega, que nunca chega, mas não tem prova nenhuma, os caras não sabem o que fazer comigo. Enquanto isso é seguir a vida né, e eu só vou saber o porquê ... na verdade Manguairinha era um sonho meu, e também, um sonho dos antigos de eu ser cacique, porque eles acreditavam que eu, que até hoje o melhor cacique que teve foi o meu pai, o Ângelo, e no entendimento deles, que eu retornando para Manguairinha, o filho do Ângelo Kretã voltando, criou uma expectativa muito grande em todo mundo. E eu também tinha vontade de ser cacique em Manguairinha, onde meu pai foi cacique, eu tinha essa vontade voltar para lá. Mas eu poderia ter voltado como liderança de movimento indígena eu tinha ajudado muito melhor do que ter me tornado o próprio cacique em Manguairinha, mas eu não tenho explicação, só vai ter explicação o futuro que vai explicar o porquê né. (Entrevista realizada dia 02-11-2015)

Esse depoimento de Romancil Kretã, nos revela o quanto é importante ser cacique para ele, desde o início do seu envolvimento no movimento indígena, seu grande objetivo é ser cacique na T.I de Manguairinha. De uma certa forma, o intento seria alimentar-se do funcionamento do mundo não-índio e assim se cacifar e poder manejá-lo. É importante lembrar, que Ângelo Kretã, tido como um modelo de cacique, também passou parte de sua vida fora da Terra Indígena de Manguairinha. Sendo assim, Romancil Kretã parte para a T.I Manguairinha, e, como vimos, transfere a coordenação política para Marciano Rodrigues Guarani.

A T.I Mangueirinha é localizada no sudoeste do Paraná, possui a maior reserva de Mata Atlântica meridional, por isso é contemplada pelo programa de ICMS ecológico⁵⁸, está situada no terceiro planalto e na bacia hidrográfica do rio Iguaçu. Atualmente habitam cerca de 1600 indígenas distribuídos em 7 aldeias. As que são relevantes para os argumentos desenvolvidos neste capítulo especificamente são as que estão “eleitoralmente” dentro do Município de Mangueirinha, são elas: aldeia da Sede (ou campina do Kretã), aldeia Paiol Queimado, aldeia Água Santa, aldeia Paço Liso, e parte da aldeia do Trevo. Evidentemente ficam de fora as aldeias que pertencem aos municípios de Coronel Vivida (parte da aldeia do Trevo) e Chopinzinho (aldeias Mato Branco e Palmerinha).

O cacique é a liderança geral, ou seja, todas as aldeias são subjugadas ao seu comando, inclusive a Guarani (Palmerinha) que possui cacique próprio. Todas as outras não possuem cacique, apenas lideranças. As lideranças são indígenas escolhidos pelo cacique que cumprem basicamente duas funções: controle social e conselho consultivo. Outro elemento importante é a anuência do cacique para nomear professores e servidores da saúde, inclusive tanto a autoridade sanitária local como a diretora da escola precisam dessa anuência.

As famílias indígenas que vivem na T.I Mangueirinha extraem renda de diversos modos: agricultura, extrativismo, serviço público e como trabalhadores formais na indústria frigorífica da região. A agricultura é uma importante fonte de renda, e também, a mais emblemática. De modo geral, há uma roça coletiva (para aquisição de bens para a comunidade) e outras individuais em que os indígenas plantam feijão, milho e principalmente soja (transgênica). Para tanto, utilizam maquinários (trator, plantadeira, roçadeira) que possuem a característica de serem de propriedade coletiva. Quem define o itinerário e trajeto das máquinas é o cacique em conjunto com suas lideranças. Por outro lado, nos últimos anos (alguns indígenas falam em 5 ou 6 anos) Cooperativas Agrícolas, passaram a financiar a produção agrícola na T.I de Mangueirinha, contudo de forma impositiva, pois obrigaram aos produtores indígenas a aderirem as suas sementes transgênicas, criando assim uma situação controversa, pois a manutenção dos tratores e

⁵⁸ A ideia de pagamento por serviços ambientais é remunerar aquele que, direta ou indiretamente, preserva o meio ambiente. Isso significa recompensar quem ajuda a conservar ou produzir serviços ambientais mediante a adoção de práticas que privilegiem a manutenção de biomas. Ver <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28048-o-que-e-o-icms-ecologico/> acesso em 17-11-2015

óleo diesel para o seu funcionamento advém do ICMS ecológico que por sua vez apenas existe como contrapartida para a manutenção do bioma. Por isso emblemático. É um tema bastante controverso entre os próprios indígenas da T.I de Mangueirinha, há aqueles que são convencidos pelos representantes das Cooperativas, que é um bom negócio: o produtor tem acesso as sementes, a assistência técnica, aos insumos e paga apenas na colheita. Contudo há um crescente endividamento dos produtores indígenas. Pois, a soja parater uma boa produtividade, necessita de cuidados especiais, como não deixar vencer o prazo do “veneno”, para tanto, necessita que a máquina (trator) esteja a sua disposição. E como cada vez mais indígenas aderiram ao plantio da soja transgênica, cada vez mais, os tratores são exigidos, porém, não há tratoristas e tratores suficientes. O resultado é que muitos produtores estão contraindo prejuízos em seus roçados. Ocasionalmente uma forte disputa pelos recursos maquinários da T.I Mangueirinha. Para adensar ainda mais este problema, há um grupo que chamarei de “ambientalistas” que são contra o plantio da soja transgênica, antes de analisar os ambientalistas, descreverei as outras fontes de renda.

O extrativismo é uma renda complementar, enquanto o produtor indígena aguarda a sua vez do trator, ele entra na mata para extrair nó de pinho, erva-mate e pinhão. O pinhão e a erva-mate são atividades sazonais bem definidas no calendário. O nó de pinho apenas é permitido a sua extração de árvores desvitalizadas. O tronco dessas árvores é terminantemente proibido o uso individual sob qualquer hipótese, a madeira é considerada propriedade coletiva, e somente o cacique em conjunto com suas lideranças definem o destino da madeira, mesmo assim sob autorização do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). O histórico da extração da madeira se vincula diretamente a manutenção do território. É importante lembrar que a T.I. foi fragmentada e repassada a um grupo madeireiro. Os indígenas apenas obtiveram confirmação oficial do seu território em 2005⁵⁹. Os indígenas possuem uma patrulha indígena que vigia a área de preservação ambiental permanente. Voltaremos com mais detalhes sobre esta patrulha logo mais adiante. Para o momento é importante saber que esta patrulha indígena não se confunde com outro aparato de coerção social que é a polícia indígena. Esta última difere muito da primeira, pois possui um caráter de repressão moral: “evitar bebedeiras e brigas em geral” (Marcio Kokoj Kaingang).

⁵⁹ Para compreender melhor a questão da disputa territorial entre os Kaingang de Mangueirinha e o Grupo Slavieiro ver Helm (2011)



Figura 5: Foto Patrick Leandro Baptista da esquerda para a direita Osmino Capanema Kaingang, Marcio Kokoj Kaingang, Toninho Kaingang.



Figura 6: Foto Patrick Leandro Baptista. Pinheiro desvitalizado, sem autorização do IBAMA e dos indígenas para extração de madeira é apreendido pela patrulha indígena.

A erva-mate encontra-se cada vez mais escassa, fazendo com que as famílias tenham que adentrar, cada vez mais longe na mata para encontrar os ervais. O pagamento da extração da erva-mate é por arroba (R\$15,00). A coleta do pinhão acontece a partir de maio e se estende até meados de junho, o pinhão é vendido nas beiras de estradas e para os moradores das cidades próximas, separado em sacolas de mercado (R\$10,00) cada. É uma fonte de renda complementar.

Os trabalhadores da indústria frigorífica geralmente são indígenas que vieram de outras terras para morar na T.I. Mangueirinha. Existem três turnos de trabalho, e as empresas fornecem transporte para o deslocamento aldeia-indústria-aldeia. Esse trajeto dura em média duas horas, pois passa em mais de uma Terra Indígena. Não foi possível realizar nenhuma entrevista com algum desses trabalhadores, pois ora estavam na fábrica, ora descansando. O que se diz na T.I. é que as condições de trabalho são exaustivas e degradantes. Não há nenhum Kaingang (vamos chamar de) “assalariado” na liderança indígena. Os Kaingang não veem com bons olhos o fato de ter que trabalhar para o não-índio, “aquelas pessoas que nunca tem que sair para trabalhar para os outros são as que gozam do conceito mais alto dentro do grupo” Moura (1975:79). De outra forma, os indígenas “operários” passam, em média, nove horas dentro da fábrica, acrescentando a isso a viagem de duas horas, no mínimo, ficam 11 horas fora da T.I.. Realmente a impossibilidade de participar da vida política da aldeia é um ônus para esses Kaingang.

Esse panorama geral sobre a economia da T.I Mangueirinha corrobora a ideia de que ao aliar território e liderança constitui o ser político Kaingang. Pois os recursos econômicos contidos nesta reserva de mata atlântica (madeira, pinhão, erva-mate, nó de pinho, caça de animais, peixe), as áreas de plantio (o roçado) e uso do maquinário, distribuição dos cargos públicos e o jogo político local são elementos que garantem a sucessão ou manutenção do cacique.

Dois casos especificamente são esclarecedores, Valdir Kokoj e Romancil Kretã. Ambos são “primos irmãos”, primos cruzados, isto é, pertencem ao mesmo tronco velho. Romancil Kretã como vimos construiu sua legitimidade enquanto líder no mundo dos “brancos” via movimento indígena brasileiro. Valdir Kokoj faz o caminho inverso, de dentro da T.I se projeta para o mundo não-índio pela via partidária eleitoral. Dois Kamé na disputa da autoridade plena sobre os indígenas da T.I de Mangueirinha, os dois

pertencem a família Santos e ao “tronco velho” de Francisco Luís dos Santos, assim como a maioria dos caciques desde Ângelo Kretã. Veja:

Ângelo de Souza Kretã
Joneval Teles (dos Santos)
Ambrósio Luiz dos Santos
Juviniano
Joneval Teles dos Santos
Ambrósio Luiz dos Santos
Maris Luiz dos Santos
Luiz Carlos Gabriel
Juvelino Palhano
José Carlos Gabriel
João Santos
Joneval Teles dos Santos
Valdir Kokoj dos Santos
Romancil Gentil Kretã
Milton Alves

Segundo relata Marcio Kokoj, os três primeiros caciques da lista, Ângelo Kretã, Ambrósio Luiz dos Santos e Juviniano, não foram eleitos através do voto, mas aclamados por uma assembleia de indígenas. A indicação partia de uma liderança (geralmente mais velha) que consultava a assembleia se todos estavam de acordo que “tal” índio fosse cacique, os que estavam de acordo levantavam a mão. Apenas a partir de Jovenal Teles dos Santos se instituiu o voto para eleger o cacique. Outro elemento importante é que os caciques que não têm o sobrenome “Santos” além de não serem vinculados ao tronco fundador da T.I Mangueirinha, estão associados à índios forasteiros, que vieram de outras T.I’s. Esta é uma informação importante e que é incorporada a cosmologia dual e assimétrica Kaingang, sendo, os “manguerianos” Kamé e os de fora Kairu. Todos são Kaingang mas o Kamé é mais forte.

Segundo Fernandes (2003:231) para os Kaingang a “combinação de critérios descendência/herança e de certas qualidades individuais” influenciam na escolha de

caciques e ainda “privilegiam a atuação exta muros”. Na T.I Mangueirinha outro fator preponderante é a memória de Ângelo Kretã como modelo de cacicado, sendo assim, o cacique para obter prestígio entre os Kaingang de Mangueirinha necessitava ser “autoridade” no mundo dos brancos: vereador. Eis aqui a chave para entender o bom cacique, não somente a preservação do território e a coesão da comunidade, mas ter “qualidades individuais” para submeter, ao menos do seu ponto de vista, o “branco”.

3.2.1. O CACICADO DE VALDIR KOKOJ DOS SANTOS

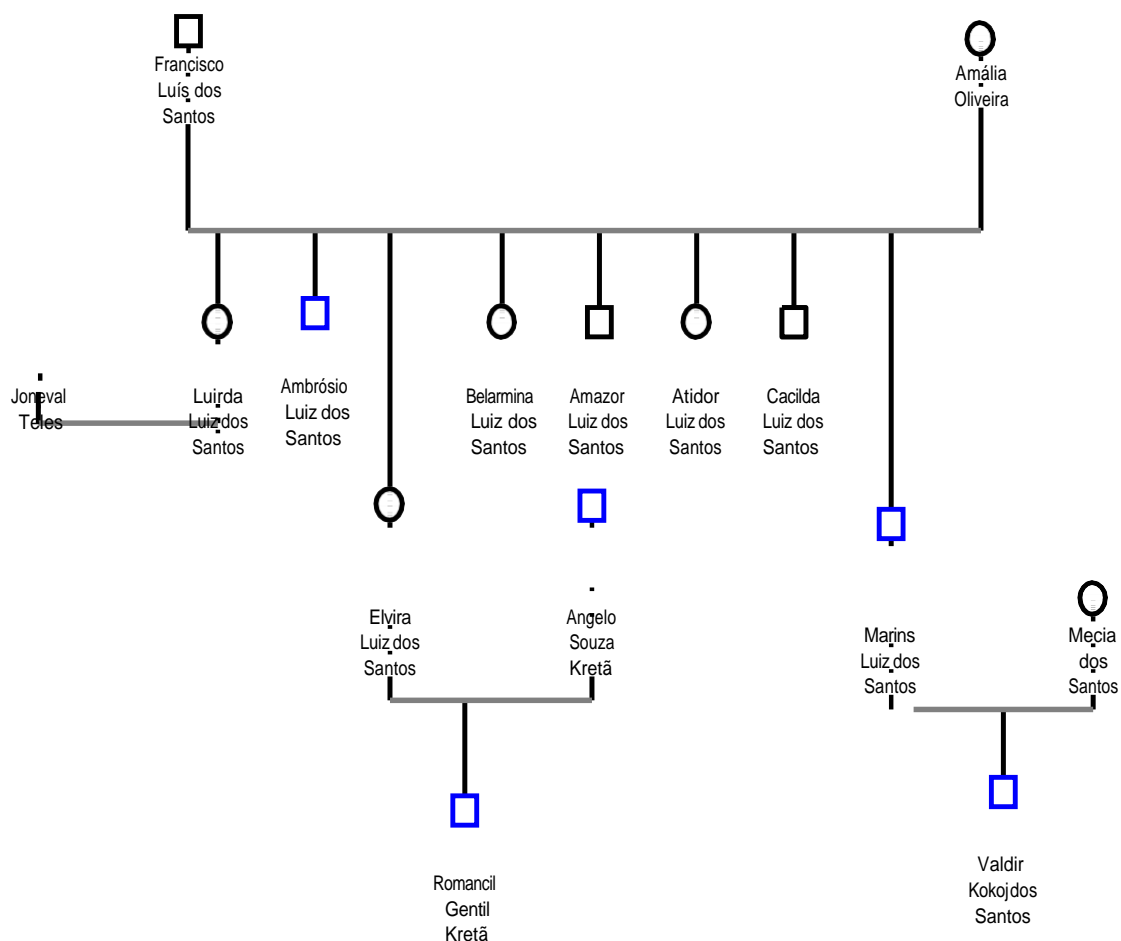
Ao voltar a tabelas de cacique é preciso se perguntar que em cerca de 45 anos, passaram quatorze caciques, se fizemos uma média absoluta de número de caciques e dividíssemos pelo número de anos teríamos 3,21 anos. Não temos a informação precisa de quanto tempo durou o cacicado nominalmente, porém é pertinente observar que Ângelo Kretã ascende a função de cacique em 1971 e apenas é impedido de exercer esta função com sua morte em 1980. Valdir Kokoj dos Santos assume em 1998 e é destituído da função em 2012. Ângelo permanece perto de 9 anos e Valdir Kokoj 15 anos. Sobrando para os demais caciques dividirem entre si 21 anos para ser dividido em 12 caciques. Ou seja, nenhum outro cacique superou o tempo de dois anos à frente da T.I, sendo a instabilidade política um fator característico na T.I Mangueirinha, esta instabilidade é associada principalmente a extração ilegal da madeira e arrendamento de terras. Se a instabilidade sobressai, e temos o cacicado de Ângelo Kretã como modelo, o que faz com que Valdir Kokoj construa certa estabilidade nos tempos de seu cacicado?

Para responder a esta questão, como não foi possível entrevista-lo, pois durante o período de pesquisa Valdir Kokoj dos Santos esteve detido⁶⁰ na polícia federal em Curitiba, e posteriormente, foi impedido de retornar a T.I Mangueirinha por determinação judicial, residindo atualmente na T.I Rio das Cobras. Sendo assim utilizo relatos dos Kaingang da T.I Mangueirinha, entrevista suas concedidas a Almeida (2013) e publicadas em tese de doutoramento, e ainda, uma entrevista concedida a indigenista Maria Helena Morim servidora na Coordenação Técnica Local de Curitiba FUNAI

⁶⁰ Não tive acesso ao processo de Valdir Kokoj dos Santos, contudo, a informação que obtive junto aos indígenas em Mangueirinha é que as supostas acusações seriam: cárcere privado, tortura e porte ilegal de arma.

responsável pela confecção do estudo antropológico que sustentará sua defesa, essa entrevista foi gentilmente transcrita e me enviada.

Valdir Kokoj dos Santos, ascende a função cacique em 1998, tinha 24 anos, segundo relata à Almeida (2013:142), “a comunidade passava por conflitos internos, pois havia muita corrupção e o envolvimento de autoridades indígenas na negociação de madeira da própria comunidade”. A T.I Mangueirinha nunca aceitou a instalação de serrarias, mesmo durante o governo militar, os indígenas sempre foram contrários. Contudo grupos madeireiros sempre cobiçaram a área, segundo o relato dos indígenas, em muitos casos sob a conivência da FUNAI. Valdir Kokoj dos Santos é filho de Marins Luiz dos Santos e Mecias dos Santos, vejamos:



Neste genograma ⁶¹ percebemos que Valdir descende diretamente de Francisco Luís dos Santos, é seu neto. A defesa do território é a luta que seu avô lhe deixou de herança, assim a “linha” Luís dos Santos possui a característica de ser “vigilante” do patrimônio da família. Aliás, a T.I Mangueirinha foi “comprada”, a ideia

⁶¹ Dados fornecidos por Belarmina Luiz dos Santos

de compra é muito forte na T.I, pois ela estabelece não uma relação de passividade com o Estado brasileiro, ao contrário, é uma marca do agenciamento Kaingang na sua relação com o Estado. Se é desejável saber manejar o mundo dos brancos (Fernandes 2003), comprar é obter posse, inclusive no mundo não-índio. Ser descendente de quem garantiu a posse da terra (Antônio Joaquim Capanema Kretã), é manter o território sobre qualquer circunstância, de preferência, sob o comando da “linha” Luís dos Santos. Observando o genograma, os que estão em destaque foram caciques na T.I Manguairinha, isto confirma, que pertencer ou se aproximar do “tronco velho” é se legitimar enquanto liderança na T.I. O termo “mangueriano” usado para designar os nascidos na T.I Manguairinha, irá assim, se constituir numa identidade englobante capaz de alinhar alianças políticas, que terão como objetivo último, o controle político da T.I Manguairinha.



Tabela 4 : Linha Luís dos Santos E Manguerianos

Fonte: pesquisa de campo

A memória de Ângelo Kretã na T.I é de um exímio negociador entre as famílias, e que teria trazido muitos benefícios (escola, trator, roçados) para os indígenas de Manguairinha, desse modo mantendo os indígenas unidos. Um fato novo ocorre devido convite de Ângelo Kretã chegam à T.I Manguairinha de famílias Kaingang da T.I Nonoai/Rio Grande do Sul para auxiliar na disputa com o grupo econômico Slavieiro. Esse é um fator de instabilidade já que Ângelo veio a falecer logo em seguida.

Todos os caciques que sucederam Ângelo Kretã foram acusados de roubar ou serem complacentes com o uso indevido da madeira. Valdir Kokoj dos Santos afirma a indigenista Amorim, M.H (2015)

Mas na verdade tinha passado nove caciques antes de mim e só tinham destruído a comunidade a comunidade. Tudo o que o Ângelo Kretã deixou tinha sido destruído. Não tinha trator, não tinha posto de saúde, não tinha casa, não tinha lavoura. Os caciques só vendiam madeira e arrendavam terra.

Valdir Kokoj dos Santos neste relato reforça a comparação do seu cacicado com o de Ângelo Kretã, e, evidentemente reivindica a ampliação dos serviços públicos a sua gestão enquanto cacique. Um dado importante é de que os indígenas da T.I avaliam a gestão do Valdir Kokoj dos Santos como possuindo duas fases: a primeira como excelente, a segunda como péssima. A primeira fase é marcada pelo avanço na política pública, vitória sobre o grupo Slavieiro e construção de casas. É neste tempo em que houve a construção da nova escola e ampliação dos serviços de saúde (realização de exames e distribuição gratuitos de remédios). Outro movimento importante do cacique foi ser eleito presidente do Conselho de Caciques, duas conquistas importantes foram a implantação do ICMS Ecológico e construção de casas na T.I pelo governo do Paraná. Contudo a maior conquista em sua gestão foi o deferimento da reivindicação indígena da não fragmentação de suas terras pela Justiça Federal.

Reconheço a posse indígena dos índios Kaingang e Guarani sobre a Gleba B da colônia K e, conseqüentemente, o domínio da União Federal sobre as mesmas e, se as referidas terras eram ocupadas pelos índios, eram constitucionalmente de domínio da União. Mauro Spanding, Juiz Federal Substituto da Justiça Federal, 7ª Vara Federal de Curitiba, em 16 de novembro de 2005. (Helm 2011:3)

. A segunda é caracterizada basicamente pela violência, transferência de famílias para outras T.I's e retração do direito indígena. Na T.I Mangueirinha há um conjunto de normas implícitas que devem ser seguidas, boa parte de cunho moral, ingestão excessiva de álcool, brigas e escândalos, falatório e fofocas. Estas são as mais comuns e quem decide o número de dias é o cacique. Ocorre que na segunda fase do cacicado de Valdir Kokoj dos Santos as denúncias de prisão e espancamento aumentaram de forma significativa, os indígenas atribuem o aumento da violência ao insucesso do cacique no pleito eleitoral municipal, Observe seu relato a Pinheiro, M. H. A. (2015)

Nas eleições o João Carlos trabalhou contra mim. E sendo ele uma pessoa que eu ajudei desde o início. (...) E sempre ele aceitou e quando deu essa confusão o pessoal não aceitou que ele trabalhasse mais com nós porque ele te enganou, eles diziam. E para mim (Valdir) a eleição já tinha passado e insistiam dizendo que te enganou quanto tinha que te ajudar e quando ele precisou você ajudou ele e agora que você precisava ele foi contra e agora não aceitamos mais ele para trabalhar.

A traição é vista como um erro gravíssimo, e assim foi compreendido por Valdir Kokoj dos Santos a atitude de João Carlos Mader de não apoiar sua candidatura a vereador. Vamos aos fatos. O então cacique Valdir disputa uma vaga na Câmara de Vereadores pela coligação 45 (PSDB/PR/PMN/PSL) apoiando “naturalmente” o candidato a prefeito da mesma coligação, porém no decorrer do processo eleitoral mudou drasticamente de opinião e passou a direcionar seu apoio ao candidato a prefeito da coligação oposta 15 (PMDB/PTB/PSC/PPS/DEM/PSD). Esta guinada de apoio, em uma eleição acirrada, foi entendida como “traição”, e para alguns como erro de estratégia. Por que Valdir mudou o seu apoio para a chapa de oposição e minou sua própria eleição, dada como certa? É como se Valdir estivesse diante de uma “roleta” e apostasse no vermelho e um pouco antes da roleta parar de girar apostasse no preto. Neste caso sairia vencedor de qualquer forma, porém na política pode dar ‘quina’⁶² e na política Kaingang se ‘quinou’ você “perde a vez de jogar”. Valdir além de cacique desfrutava de um cargo na Prefeitura de Manguieirinha, ou seja, uma possibilidade de resposta ao questionamento acima, seria, dado como certa a eleição para vereador bastava ao então cacique pressionar seus candidatos a prefeito. Ao apoiar a chapa de oposição o recado enviado ao prefeito de sua coligação seria: “meu apoio a base governista não sairá barato”. E se o prefeito da oposição vencesse os termos para um possível apoio teriam um potencial de barganha ampliado devido a sua dedicação. Entretanto o resultado da eleição foi o pior cenário possível, e talvez, inimaginado por Valdir Kokoj dos Santos, que teve num total absoluto de 241 votos (211 na T.I e 30 na cidade) deixando de se eleger por 5 votos. Valdir Kokoj dos Santos não se elegeu vereador, e o seu candidato a prefeito perdeu as eleições, ou seja, “quinou” seus atos o levaram a “passar a vez”, melhor para Romancil Gentil Kretã que morando a mais ou menos três meses na T.I está creditado a torna-se cacique de Manguieirinha, vejamos porquê.

⁶² Quando lançamos o dado (de qualquer jogo) para o alto, e por algum motivo ele não cai em nenhum dos seis números possíveis, pois encosta num obstáculo ou canto qualquer, significa que deu quina.

3.2.2 – O CACICADO DE ROMANCIL GENTIL KRETÃ

Os atos de violência que marcaram o segundo período da gestão Valdir Kokoj dos Santos, cresceram de forma exponencial. Sessões de tortura e espancamento foram denunciadas ao Ministério Público Federal. Segundo o relato indígena, famílias foram perseguidas e transferidas. Cargos públicos foram caçados. No relato de Valdir Kokoj dos Santos acima, ele confirma, que aconselhado pelas suas lideranças retira João Carlos Mader a função de coordenador. Pois João Carlos Mader sairia candidato a vereador pelo PSDB (45), mas renunciou em nome de Valdir, contudo manteve seu apoio ao candidato do PSDB (45) a prefeito, isto configuraria um suposto ato de traição. Romancil Gentil Kretã da mesma forma, conforme narra, “eu mesmo fui com o Valdir para ele fazer material, que tinha que ser sozinho né, ajudei inclusive a pagar”.

A política local acirra os ânimos, a política faccionalista Kaingang é expressa numa versão tão latente, que os efeitos do mundo não-índio e a escolha de representantes, impõe uma cisão a unidade. Já que em 2005, a Justiça reconhece como tradicional a T.I, e assim assegura o direito aos indígenas. A suspensão das marcas não é mais necessário. Os indígenas da T.I de Mangueirinha ao serem disputados pelo sistema político não-índio revela uma fazer político não controlado pelos “brancos”,

(...) entre os (agora cidadãos) indígenas, os discursos políticos-eleitorais produzem efeitos não controlados e não conhecidos pela política dos *brancos*: expulsões, transferências, fugas, prisões, destituição de cacique e lideranças, brigas, exclusão de benefícios institucionais, afastamento de professores indígenas – repercussões não compreendidas pelo humanitarismo oportunista do cenário eleitoral. (Fernandes 2006:28)

A intervenção do Estado nos conflitos internos corroborou para este clima de instabilidade. No dia 07 de novembro de 2012 a Polícia Federal efetuou a prisão de Valdir Kokoj dos Santos. Neste dia o grupo indígena opositor empreendeu esforços para depor Valdir da função de cacique. Não logrou êxito. Valdir Kokoj dos Santos pagou fiança e retornou a T.I ainda como cacique, o grupo opositor, teve que deixar a aldeia e permanecer acampado na cidade de Mangueirinha. Os que ficaram sofreram as mesmas represálias, espancamento e prisão, e alguma famílias expulsas. Elvira Luís dos Santos, mãe de Romancil Gentil Kretã e viúva de Ângelo Kretã, relata, que de tão ameaçada que se sentia pensou em mudar-se também para a cidade “já tinha combinado com um caminhão da cidade para buscar eu e minhas coisas”. Seu neto Adrian Katanh Alves, filho

de Eloy Luís dos Santos e Milton Katanh Alves, narra, “olha eu pensei que nunca ia participar de revolução, mas naquele dia a gente perdeu”.

O então cacique Valdir, após a primeira tentativa de “invasão” segundo o seu ponto de vista, reúne toda a sua liderança em torno de sua casa, manda buscar todo o maquinário agrícola (tratores, caminhão, pulverizador, plantadeira, grade, batedor), o ônibus, caminhão e os automóveis, e pede para estacionar em volta de sua casa. A insurgência tinha sido derrotada. O cacique controlava tudo e todos. Contudo outra vez, a intervenção do mundo não-índio interfere na política Kaingang e pela segunda vez em sete dias Valdir Kokoj dos Santos é detido pela Política Federal, o motivo da prisão é o mesmo: lesão corporal, cárcere privado, ameaças.

Entra em cena o seu sucessor Romancil Gentil Kretã, narra, “eu fui igual ao Ângelo meu pai, ele libertou Mangueirinha do SPI e eu libertei aquele povo do Valdir”. Analisaremos logo adiante o seu relato, mas, nesse pequeno trecho evidencia-se a tentativa de aproximar o modelo de cacique Ângelo Kretã e a insurgência para a sucessão de cacique.

Romancil Kretã, reúne o grupo opositor na cidade de Mangueirinha, após a segunda prisão de Valdir Kokoj dos Santos. Nesta reunião fica acordado que sairão em comboio da cidade, as aldeias Mato Branco e Paço Liso participaram, assim como os índios que foram expulsos. Adrian Katanh Alves, sobrinho de Romancil, relata, “chegamos apenas um em cada carro para dar volume, eram uns vinte, soltando fogos de artifícios, buzinando e gritando” (anotações de campo). João Carlos Mader relata, “não chegou a dar conflito porque eles saíram correndo para o mato. E depois, o povo que estava trancafiado em casa saiu, e foi apoiar nós e aí já tinha umas 500 pessoas. Daí criaram coragem. Daí foi a entrada do Kretã” (Pinheiro 2015:46).

A derrocada do cacique Valdir Kokoj dos Santos, pode-se afirmar, foi um mister de intervenção do Estado e rebelião indígena. Esta rebelião não foi bem vista pelo Conselho de Caciques, em boa parte (para não dizer todas, faz parte do ser político Kaingang) das aldeias há grupos opositores, caso o Conselho avalizasse a “invasão” poderia estar legitimando grupos opositores em suas aldeias a seguirem pelo mesmo caminho. Por outro lado, a aldeia não poderia ficar sem cacique, tendo em vista que Valdir Kokoj dos Santos permanecia detido pela Política Federal. A saída proposta pelo

Conselho de Caciques, foi que um grupo de lideranças formado pelos dois grupos, formasse uma junta provisória e que convocasse eleições para o prazo de 90 dias. Esta proposta foi levada para a assembleia da T.I Mangueirinha, que recusou a proposta temendo a liberação e conseqüente retorno do ex-cacique Valdir. Nesta assembleia, um grupo de velhos, dentre eles, Alzemiro Kaingang, perguntou aos indígenas presentes: “quem quer o Romancil Kretã como cacique?” A maioria levantou as mãos (mas não todos, ou seja, não foi unânime), desse modo Kretã (filho de Ângelo) é igualmente ao pai aclamado cacique na T.I Mangueirinha. Todavia, o número de famílias residentes nos anos 1970 é muito inferior ao número de famílias residentes em 2012. Esta é uma diferença importante pois influenciará em como os recursos da T.I se acomodarão em um novo arranjo sócio-político cosmológico na T.I Mangueirinha.

Os grupos domésticos são, enfim, unidades de troca Kaingang. Através destas são operacionalizadas trocas matrimoniais (o casamento, que ratifica alianças entre grupos e metades), trocas simbólicas (fidelidades rituais, religiosas e políticas) e trocas econômicas (cadeias de solidariedade que garantem o cultivo/produção da terra). (Fernandes 2006:33)

Não ter eleições para um novo cacique significa a interrupção deste sistema de trocas. Da mesma forma, uma assembleia pode ser vista como democrática (com ressalvas) num ambiente urbano em que é desejável as relações políticas serem informais. Entretanto, na T.I é praticamente nula a possibilidade da informalidade ser característica de uma assembleia, e ainda mais, após a rebelião. Ou seja, ser aclamado cacique numa assembleia com maioria de índios rebeldes foi percebido como sendo tão autoritário quanto um golpe. Alguns indígenas queriam novas eleições, o que de fato não ocorreu. E a legitimidade do cacicado de Romancil Kretã é questionada desde a assembleia.

Ao assumir como cacique Romancil Kretã aumenta o número de lideranças do forma significativa. Não tem o número exato, mas antes, elevou para o número de três a quatro por aldeia. Antes eram apenas indígenas de “confiança”. As lideranças fazem o papel de polícia e também de conselheiros. Com esta ação Romancil Kretã ampliou a participação das aldeias nas decisões políticas, garantindo dar voz a um maior número de famílias na gestão da Terra Indígena. Outro fator importante é que Romancil na escolha das lideranças privilegiou as famílias manguerianas por entender que elas estavam à margem do cacicado anterior. Essa ação de Romancil Kretã não obteve resultados positivos, pois, por um lado ampliou o número de famílias na decisão de temas

controversos do outro ampliou igualmente o número de indígenas com o poder de polícia, o resultado é que a violência continuou, desta vez o agredido passou a ser o agressor. E o complicador é que os indígenas que sofreram as agressões ao denunciar a Polícia diziam ser a mando do cacique, uma vez que eram lideranças do cacique.

Romancil Kretã - (...)mangueirinha é uma terra complicada de lidar, porque primeiro, 35% por cento dos índios são mangueiriano legítimo, filho descendente dos primeiros, o restante 20% não é índio e mora dentro de mangueirinha você vai dizer que não é índio? É isso mesmo e 50% vieram de outras reservas, de outras aldeias, porque, mangueirinha era a única terra que aceitava todo mundo, expulsava de lá, não venha pra cá, expulsava cinco família venha pra cá, mandava não sei o que, foi enchendo, hoje o domínio de mangueirinha é feito por índios de outras reservas, porque não tem mangueiriano, foi a primeira vez na história, depois que eu entrei de cacique, e depois da saída do Ângelo, e depois do tio Ambrósio acho, eu sou o primeiro cacique que tinha 99% de liderança mangueiriano mesmo, os outros ali tinham quatro, um, toda a minha liderança é de índio nascido ali. (Entrevista concedida 15-03-2015)

Em seu relato, Romancil Kretã, tem clareza dos grupo sociais que compõe a T.I e promove uma aliança com da linha Luís dos Santos com as outras famílias descendentes dos fundadores da T.I Mangueirinha. Apesar de seu relato, isto não é uma novidade em si, esse discurso de Mangueirinha para os mangueirianos é uma das formas de atualização da “terra dos índios para os índios”, é esse formato de discurso que tem garantido o controle político dos Kaingang desde a fundação da T.I (com o intervalo do período de maior rigidez do SPI). O que evidencia nesse relato é a pratica faccionalista Kaingang, se todo mangueiriano é Kamé se faz necessário a produção de Kairu, ou seja do não-mangueiriano, ou como estou designando: forasteiro. Na prática a sua forma de ser cacique busca se aproximar de um tom inclinado para a reconciliação com o grupo derrotado.

Romancil Kretã - Tinha uma programação de lavoura e tinha que seguir aquela programação, não tinha privilégio. Eles não queriam que eu tomasse chimarrão com os cara. Mas os cara do lado do Valdir se eles não gostava de mim, mas pelo menos eles me respeitavam, mas agora os nossos que estava do lado não conseguiram entender, que a nossa entrada em mangueirinha, não era pra dar pau em ninguém, pra expulsar ninguém, nós entremo aqui pra trabalhar, pra mudar, pra melhorar essa terra indígena aqui, fazer uma coisa que esses índios nunca viram. (Entrevista dia 15-03-2015)

Valdir Kokoj dos Santos permaneceu como cacique durante quinze anos, no último período em que se acirraram os ânimos, a polarização entre os grupos e sua

potencialização por conta das eleições municipais, não iria se dissipar com apenas a queda do cacique. Para Fernandes (2006:31) “a política é uma efetivação possível do imperativo de troca, (...) para os Kaingang do Ivaí revelava um caráter negativo: o conflito”. Para os Kaingang de Manguaerinha o conflito também marca a reciprocidade num círculo vicioso marcado pelo jogo agressão/vingança que Romancil Kretã teve dificuldades em romper. Romancil Kretã ao tomar chimarrão com o grupo opositor buscava uma unidade para operar mudanças no sistema Kaingang de Manguaerinha. Um bom exemplo dessas mudanças que Romancil Kretã realizava era no uso do maquinário nas roças, seguia uma programação de forma igualitária, ou como ele relata, “não tinha privilégio”. Ora se não existe privilégio, não seria demasiado afirmar, que o poder de barganha do cacique também diminui. Se a lógica dos Kaingang de Manguaerinha operam na lógica da reciprocidade negativa agressão/vingança, esta característica da relação faccional não ocorre apenas na luta corporal se estendendo para a política. Em outras palavras, se antes o cacique Valdir mantinha um número restrito de indígenas com privilégios sobre o maquinário agrícola, o grupo rebelde Kaingang inverte a situação e quer a vingança, que seria realizada pelo privilégio sobre os recursos submetendo os Kaingang forasteiros esta lógica.

Outra mudança significativa que Romancil visava implantar na gestão da T.I dizia respeito ao ICMS ecológico, reservaria parte do dinheiro recebido, e seria aplicado em outros setores da vida Kaingang.

Romancil Kretã - O ICMS ecológico não é para a agricultura, é para manter a floresta em pé, quem ajudou a elaborar toda essa proposta, (...) no pensamento deles era realmente apenas para a agricultura, mas porque que você acha que eu arrumei briga? Eu comecei a colocar no ICMS ecológico, o que não era específico para a agricultura, e o que aconteceu, comecei a enfrentar problemas ali também, principalmente com o João Carlos e o Presidente da Associação dos Produtores, o planejamento de 2013 que eu tinha, era para ir para o esporte, para a cultura, o que a gente ia mudar, a gente só ia dar para cada produtor, 3 alqueires de óleo de ICMS, mas se o cara tivesse 10 alqueires, 7 alqueires, nós estávamos fazendo uma média de 3 a 5 alqueire, a hora que ele recebesse ele deveria reembolsar, isso eu já tinha colocado na minha cabeça, cada índio ia ter que colaborar para um caixinha, esse dinheiro a gente ia usar para a manutenção das máquinas, porque o dinheiro do ICMS era só para a agricultura, porque nós precisava reformar o campo e não tinha dinheiro. (Entrevista concedida dia 15-03-2015)

A agricultura é a principal fonte de renda dos indígenas na T.I Mangueirinha, o uso do ICMS ecológico é associado como um ponto positivo da gestão Valdir Kokoj dos Santos, ao insistir em mudanças em uma área já consolidada Romancil Kretã perde apoio e começa a enfrentar dificuldades para continuar como cacique, nesse relato, João Carlos Mader é seu vice cacique e presidente da Associação dos Produtores Indígenas de Mangueirinha essa associação é a organização responsável por fazer o projeto que irá receber o dinheiro vinculado ao ICMS ecológico. Esta é uma questão bastante complexa para se mudar de forma repentina. Em seu relato, é possível entrever que ele compreendia bem o desafio que iria enfrentar. Deveria buscar apoio para legitimar a sua ação. Se manejar o mundo dos brancos é uma qualidade desejável, então acionar as prefeituras para realizar a semana cultural legitimaria sua ação.

Romancil Kretã - a semana cultural dali, foi uma coisa que nunca ninguém viu, em momento nenhum aquilo dali, pra eles foi um, teve um monte de projeto festival de música gospel, sertanejo e rock, teve festival de música pra dar oportunidade para quem canta lá dentro, teve o esporte indígena, a arena da luta corporal, se você chegou a ver no vídeo, era uma coisa que ninguém tinha visto ali ainda, faz tempo até que tem apresentação que eles fazem, tipo dança assim. (Entrevista dia 15-03-2015)

Quem financiou esses eventos foram as prefeituras de Chopinzinho, Coronel Vivida e Mangueirinha, durante uma semana a T.I viveu uma agenda de “cultura e esporte”. Essa semana cultural é realizada em comemoração ao ‘dia do índio’, esta semana é associada ao dia do ‘grande churrasco’, os índios cavam a mokei (buraco no chão usado para fazer o fogo) e assam carne para toda a T.I. nesta semana que Romancil Kretã se refere assaram 15 mil quilos de carne bovina, os Kaingang consideram a carne o alimento por excelência (Tommasino 2004). A estrutura para o jogos, para a dança, para o churrasco foi fornecida pelas três administrações municipais. O semana cultural foi finalizada com a dança Kaingang que representa a preparação para guerra. Quem faz a apresentação são as lideranças e o cacique, que vai capturando uma a uma das “autoridades” presentes e posicionando junto a roda de dança, a cada captura o canto entoa mais forte. No final os gritos característico da guerra indígena são ecoados acompanhados por palmas. O manejo do cacique no mundo dos ‘brancos’ é avaliado como positivo pela comunidade, contrabalançando as suas intenções ‘democráticas’ da gestão da Terra Indígena.

Romancil Kretã - O Ginásio de Esportes nós ia reformar com esse recurso, aí todo mundo usa independente se era o não era agricultor. Os eventos que a gente ia fazer ali dentro todo mundo usa independente se é da agricultura ou não é da agricultura, o ônibus por exemplo, aquela Kombi que está lá no Trevo todo mundo usa independente se é agricultor ou não. O carro da saúde mesmo, se quebrar o carro da saúde, demorava demais demorava seis meses pra levar no mecânico. Outra coisa Acampamento Terra Livre, nós tinha colocado R\$ 10 mil, para nó ir guardando, se por um acaso a ARPINSUL precisasse de uma ajuda de 10 mil por exemplo nó ia pode ajudar, nós tudo colocamos em nosso planejamento. (Entrevista dia 15-03-2015)

A tensão entre produtores e não-produtores aparece novamente, as reclamações dos não-produtores são recorrentes, seus argumentos são de que o dinheiro do ICMS ecológico são para toda a T.I desse modo deve ser empregada de forma equilibrada entre todos os residentes, sejam eles funcionários públicos, artesãos, os trabalhadores do frigorífico. Contudo são os produtores que conseguem participar da vida política magueiriana, seus argumentos são quando se precisa ir à Curitiba participar de alguma ‘agenda’ com representantes do Estado, quem possui disponibilidade para ir são os produtores, desse modo quem faz pressão política nos órgãos públicos são os agricultores. Não é uma equação simples de resolver. Romancil Kretã insiste em ‘democratizar’ os benefícios do ICMS ecológico, e ainda, reserva uma parte do dinheiro para ARPINSUL. O período em que residiu como morador comum de três meses se mostrou curto para que Romancil Kretã pudesse “adaptar” a forma de ser “cacique” na cidade com o modo de ser cacique na Terra Indígena. Esta é a chave para entender o modo de ser cacique de Romancil Kretã.

Ser “cacique” na cidade pressupunha o uso pragmático da “cultura”, ou seja, não era necessário apenas ser índio, é preciso parecer com índio. Isto não quer dizer que haja uma submissão indígena nesta lógica interétnica, como adverte Carneiro da Cunha (2009:356), “a lógica interétnica não equivale à lógica externa nem à lógica do mais forte. É antes um modo de organizar a relação com estas outras lógicas”. O ‘feeling’ de Romancil Kretã na cidade ao organizar os índios permitiu que ele constitui-se um modo de ser “cacique” próprio ao ambiente urbano, em que as estratégias com o Estado caso não haja diálogo, é de “guerra”: obstrução de rodovias, ocupação de prédios públicos, marchas, formação de acampamentos, sensibilização da opinião pública nacional e internacional. A indumentária e objetos indígenas (arcos, flechas, bordunas, cocares, cachimbo, colar, chocalho) são agenciados neste momento, pois isto lhe conferem etnicidade. É este o ambiente das relações em que constituiu o “cacique” Romancil Kretã,

um ambiente de relações informais, desperiodizadas, sem vínculos duradouros. O Acampamento Terra Livre e/ou qualquer outra atividade do movimento indígena cabem numa agenda, porém as atividades vicinais de uma Terra Indígena, a depender do período, não cabem num dia, numa data, pois não são fixas, a vida na aldeia é fluida e contínua.

No entanto, isto não quer dizer que Romancil Kretã tenha sido moldado como uma forma de ser “cacique” na cidade, antes quero sugerir que ele tenha aprendido a movimentar-se politicamente seguindo determinadas relações que ocorrem especificamente na cidade.

Meu ponto é que estas capacidades não são nem internamente pré-especificadas nem externamente impostas, mas surgem dentro de processos de desenvolvimento, como propriedades de auto-organização dinâmica de campo total de relacionamentos no qual a vida de uma pessoa desabrocha. (Ingold 2010:15)

Ser um cacique tradicional exigia uma atitude que Romancil Kretã não dominava, aliás, muitas atitudes e acordos feitos por outros caciques, seja interno para privilegiar apenas um grupo de índios, seja externo com grupos econômicos locais (grandes latifundiários e grandes comerciantes) eram criticados por Romancil Kretã. Isto o impedia de ampliar e fortalecer as suas alianças na T.I. inclusive dentro de sua própria família. Os conflitos não tardaram a ocorrer, brigas públicas, espancamento de indígenas opositores, transferências de famílias. A gosta d’água foi a intervenção na aldeia Palmerinha, Romancil Kretã instigado por índios rivais do cacique Guarani Antônio Delani, pediram para que Romancil Kretã retirasse Antônio do posto de cacique. Romancil Kretã então acatando o pedido dos Guarani retirou o cacique e transferiu Antônio Delani e sua família da aldeia Palmeirinha. O resultado dessa última ação de Romancil Kretã foi a sua prisão. Antônio Delani denunciou no Ministério Público Federal, que acatou a denúncia e emitiu a prisão temporária de Romancil Kretã e João Carlos Mader. Os dois permaneceram presos por 24 dias na Penitenciária Central do Estado.

...

Ao comparar os dois últimos caciques, percebemos que eles foram depostos por intervenção do Estado. E as acusações foram basicamente as mesmas: lesão corporal, cárcere privado, transferência compulsória de famílias. Porém o processo que levou a

essas destituições de cargo são diferentes. Valdir Kokoj dos Santos permaneceu 15 anos como cacique na T.I. ampliou a agricultura e as condições de plantio, foi presidente do Conselho de Caciques do Paraná; mas cometeu o erro ‘estratégico’ de apoiar o candidato errado em momento inoportuno da eleição. Além de não conseguir se eleger colocou em risco o possível apoio do futuro prefeito para a manutenção dos benefícios para a Terra Indígena, isto o afastou em muito do modelo de cacicado Ângelo Kretã. O cacique Romancil Kretã ficou aquém da expectativa criada em torno do seu nome. Ser filho de Ângelo Kretã não representou suficiente apoio entre os indígenas para liderar mudanças estruturais na T.I. Apesar de conseguir o apoio dos prefeitos para a semana cultural, mostrou-se errônea sua ‘estratégia’ na gestão da T.I., pois ao propor ‘democratizar’ as relações seja no uso do maquinário ou na implementação do ICMS ecológico, gerou insatisfação em famílias que sempre estiveram à frente dessas questões. Por fim, o pouco tempo que teve na aldeia demonstrou ser insuficiente para compreender as alianças que deveriam ser formadas para engendrar um processo de mudanças, que visivelmente, estão embebidas por um ideário não Kaingang. Este conjunto de mudanças que Romancil Kretã objetivava apontam para a absorção de elementos programáticos do movimento indígena brasileiro, além de separar verba para o financiamento da ARPINSUL, relata,

eu acho que Mangueirinha ia se tornar uma aldeia melhor e boa para se viver, com mais consciência e respeito um com o outro, se eu conseguisse ficar 5 anos lá dentro, porque daí eu ia criar essa consciência e esse respeito, mas só que ia ter que ter outras terras, porque o que nós estava fazendo em Mangueirinha, amanhã outras terras iriam conhecer nosso trabalho, e iam levar pra eles. (Entrevista dia 15-03-2015)

Vir para T.I. Mangueirinha não era apenas um desejo individual, mas parte de uma estratégia política da Romancil Kretã, em parte para introduzir ideias que ele acreditava realmente serem ideais para o povo Kaingang e para os indígenas de forma geral, por outro lado, ser cacique, potencializaria o prestígio do seu nome no movimento indígena brasileiro e na relação com o Estado. Essa ação de Romancil Kretã não pode ser vista como egocentrada, de outro modo, sinaliza as críticas que o movimento indígena recebe de maneira geral, ou seja, dar legitimidade a sua representação política, e assim ser exemplo para que outras comunidades pudessem romper na prática com a lógica da tutela do Estado, da Igreja ou de grupos econômicos.

3.3 O ASSESSOR DO CACIQUE: MARCIO KOKOJ DOS SANTOS⁶³



Figura 7 Foto: Patrick Leandro Baptista Marcha na Esplanada dos Ministérios em Brasília, atividade integrante do Acampamento Terra Livre 2015, em destaque Marcio Kokoj dos Santos, membro da ARPINSUL e do coletivo nacional da juventude indígena.

A prisão de Romancil Kretã foi recebida por parte da comunidade como uma intromissão do Estado em assuntos de índio, pois os Guarani devem obediência ao cacique da Terra Indígena Mangueirinha que é Romancil Kretã. A aldeia Palmeirinha é apenas uma aldeia de outras que são submetidas ao cacique Kaingang. Esta é uma das diferenças entre a prisão de Valdir Kokoj dos Santos e Romancil Kretã. Uma outra diferença importante é que foram anunciadas eleições para cacique no caso de Romancil

⁶³ Marcio Kokoj dos Santos é irmão por parte de mãe de Romancil Kretã, portanto, é filho de Elvira Luís dos Santos e neto de Francisco Luís dos Santos. Apesar do nome indígena e seu sobrenome 'Santos' não é filho de Valdir, contudo são primos.

apenas 15 dias após a sua prisão, quando se cogitava a possibilidade da sua prisão se estender por um longo período. Porém, de fato acabou não acontecendo. Romancil Kretã assinou um acordo para responder ao processo em liberdade, o termos do acordo eram, não voltar para Mangueirinha, se apresentar uma vez por mês a justiça e avisar quando for se ausentar por mais de 30 dias. Neste caso o acordo tanto para Valdir quanto para Romancil foram equivalentes, nenhum dos dois pode voltar para Mangueirinha antes do julgamento final da ação. O fato é que a intervenção da Justiça Federal mudou os rumos da política Kaingang em Mangueirinha.

Com a consolidação do afastamento de Romancil Kretã de Mangueirinha. O grupo opositor ligado a Valdir pressionava por novas eleições para cacique. Havia um complicador na prisão de Romancil, o seu vice foi detido junto. Devido a isto, a T.I. estava burocraticamente paralisada. O grupo situacionista segurou a pressão política por duas semanas, e chegou a propor uma saída alternativa sem convocar novas eleições. Esta alternativa seria indicar Osmindo Capanema e Atháide como cacique e vice respectivamente. Osmindo Capanema é diretamente ligado ao tronco fundador de Mangueirinha, era capitão e uma liderança da confiança de Romancil Kretã. O argumento é de que Romancil Kretã e João Carlos Mader teriam sido aclamados para um mandato de quatro anos, ora se estavam presos ‘injustamente’ pela Justiça Federal seria de bom tom que suas lideranças pudessem assumir ‘provisoriamente’ até o retorno do cacique e seu vice. A oposição não aceitou, exigia que fosse realizada eleições. O planejamento do ICMS ecológico e o início de um novo ano letivo foram o estopim para que o grupo situacionista cede-se a pressão e convocasse novas eleições para cacique e vice, pois os professores indígenas⁶⁴ precisam da anuência do cacique para poder seguir nos tramites via Secretaria Estadual da Educação e assim formalizasse novos contratos para o ano de 2014.

Marcio Kokoj dos Santos, relata, a força do grupo opositor e suas propostas,

eu acho que naquele momento talvez, 50% da comunidade era favorável a esse grupo, e já tinham formado, já tinham a chapa para eleição para concorrer. Mas assim, o que eles alegavam mesmo, para poder, que eles eram inconformado, é que esse grupo eleito poderia trazer as pessoas que tinham sido expulsas de lá (Mangueirinha), a maior campanha que

⁶⁴ Os professores indígenas são contratados via PSS (Processo Seletivo Simplificado), ou seja, não necessitam de concursos para contrato, contudo necessitam de uma carta assinada pelo cacique para poderem serem contratados.

eles utilizavam era isso, não era nem tanto fazer alguma coisa lá dentro da comunidade, ou melhorar, sei lá fazer melhorias, e sim trazer as outras pessoas que estavam fora, essa ideologia 15 de novembro lá de 2012. (Entrevista concedida dia 07-11-2015)

A “ideologia 15 de novembro” que Marcio Kokoj se refere é o dia ‘D’ da destituição do cacicado de Valdir Kokoj dos Santos, naquela ocasião famílias inteiras fugiram para o mato e nunca mais retornaram para a Terra Indígena, as que ficaram queriam o retorno dessas famílias. A leitura de Marcio Kokoj ao avaliar em 50% indica uma possível derrota do grupo situacionista ligado a Romancil Kretã. É neste momento que nasce a categoria do ‘assessor do cacique’.

É importante lembrar que Marcio Kokoj é formado enquanto liderança por caminhos muito parecidos que seu irmão Romancil Kretã - no movimento indígena brasileiro. Entretanto com uma diferença crucial, enquanto Romancil Kretã se constituía enquanto liderança na cidade e a partir da cidade para o movimento indígena, Marcio Kokoj por indicação do seu irmão ingressou no coletivo da juventude indígena. Este grupo contava com jovens lideranças indígenas do Brasil inteiro e a ênfase desse coletivo era na vivência com os militantes ‘experientes’ principalmente dos anos 1980. E uma outra diferença fundamental, Marcio Kokoj nunca deixou de morar na Terra Indígena de Mangueirinha. Ou seja, Romancil Kretã se forjou na militância enquanto que Marcio Kokoj se formou na militância. Romancil Kretã a partir do conflito em si tornou-se “cacique” na cidade, enquanto Marcio Kokoj a partir de vivências no movimento indígena se tornou assessor do cacique.

Voltamos as eleições para cacique. O grupo opositor estava se organizando em torno de Jovenal Teles dos Santos, tio de Marcio Kokoj por ser casado com a irmã de sua mãe. Apesar de ter o sobrenome Santos, ele não é vinculado ao tronco ‘Luís dos Santos’, e representava o interesse das famílias expulsas de Mangueirinha. Jovenal já tinha sido cacique por três vezes em Mangueirinha. Era considerado um nome forte, tinha apoio de Valdir Kokoj que mesmo distante da T.I enviava mensagens indicando que seu candidato era Jovenal. O grupo vinculado a Romancil Kretã necessitava se articular de forma rápida. Osmino Capanema era considerado um “bom” nome, já tinha sido escolhido para liderança em outros momentos, era o capitão de Romancil Kretã, possuía boas relações na comunidade, todavia seu nome já havia sido rejeitado. Mesmo com o nome indicado pelo grupo de Romancil Kretã, achou melhor não participar, “não se sentia

preparado para enfrentar o embate”. Preferiu conduzir a assembleia que chamaria as eleições.

Marcio Kokoj vendo que seus aliados iriam chamar novas eleições resolve então dar força à articulação de um nome dentro do próprio grupo ou próximo ao grupo para concorrer como candidato. O nome à cacique precisava ser da aldeia sede (campina do Kretã) por contar com o maior número de eleitores vários nomes foram cogitados e apenas foi definido em um pequeno grupo como relata Marcio Kokoj dos Santos,

Nós realizamos a reunião na casa de quem é o vice cacique dele, Valdir Crispim, que mora no Paço Liso (trevo), e organizamos lá com um pequeno grupo, com um pequeno grupo, na verdade era o grupo que era mais chegado assim do Kretã, e decidimos, entendemos, um grupo também, porque a gente não queria fazer isso né. Nós não tinha pretensão de fazer eleição, porque nós achava que conseguiria segurar até a saída dele. Aí eles se organizamos, fizemos a chapa para concorrer também né. Então o Milton não participou dessa reunião, a gente que passou para ele que era o candidato. (Entrevista concedida 07-11-2015)

Este pequeno grupo (Osmino, Valdir Crispim, Marcio e Athaide) decidiram pelo nome de Milton Katahn Alves. O faccionalismo Kaingang havia constituído um cenário que colocava em lados opostos, os nascidos em Mangueirinha e os de fora. A lógica de Romancil Kretã foi num primeiro momento se posicionar como mangueiriano e depois buscar construir a unidade. Mas parte de suas lideranças ainda alimentavam o conflito entre mangueirianos e forasteiros. O candidato a cacique dos “de fora” Jovenal que é casado com a tia de Romancil Kretã vinha de “de fora”. Desse modo a situação precisava emitir sinais que estava disposta a negociar, mas sem abrir mão do cacicado. Então Milton Katahn Alves cunhado de Marcio Kokoj, nascido no Rio Grande do Sul na T.I Serrinha, o candidato ideal para o embate político. Após a escolha do nome pelo pequeno grupo ligado a Romancil Kretã, Milton Katahn foi anunciado ao grande grupo, as famílias extensas ‘Luís dos Santos’, ‘Alves’, ‘Capanema’ e outros aliados.

Até o dia da eleição, apareceram mais dois candidatos, eram num total de quatro chapas. Marcio atribui a um erro de estratégia da oposição “que acabou dispersando no dia da eleição”. Ao final do pleito Milton Katahn Alves se consagra novo cacique para a T.I Mangueirinha, eleito para um mandato de quatro anos.

Esta eleição para cacique tem um significado imediato para Romancil Kretã, a sua derrota pessoal enquanto cacique. Fica suspenso o seu “sonho de fazer para a

comunidade o que o seu pai fez”. Todavia permanece nesta eleição princípios norteadores do movimento indígena nacional. Se Romancil Kretã foi “derrotado”, a pauta do movimento indígena segue em disputa na gestão eleita. Caberá a Marcio Kokoj dos Santos influenciar a gestão do seu cunhado para que essa pauta avance. Isto apenas poderá ser feito fazendo uma avaliação crítica do cacicado de Romancil Kretã.

Patrick- porque o Kretã não deu certo em mangueirinha, se ele era um líder do movimento?

Marcio- Eu penso na verdade que há uma grande diferença de uma briga com Estado de você ser um grande articulador político, respeitado nacional e internacional, e ser de uma organização indígena de fora da T.I do que dentro. Dentro é muito mais pressão. A pressão é enorme pelo seguinte, uma briga externa fora da comunidade você pode ir pra rua, você pode fazer manifesto. Por mais que possa ocorrer algum ataque. Mas dentro da T.I é muito mais pressão porque, porque lá tem prefeito envolvido, tem vereadores, a própria justiça por parte do Estado mesmo, que não aceita que você faça luta lá dentro você acaba sendo pressionado, então lá dentro talvez, não deu certo o retorno dele (Kretã) enquanto liderança por conta disso. Há uma pressão bem maior, então é assim eu vejo que isso, a gente precisa achar formatos para ir devagar quebrando isso, porque não tem como, na verdade a gente está sentindo isso né, só que quem nem diz, o Kretã já levou um caminho mais direto, ele foi lá para a base já assumiu direto, talvez se ele tivesse feito o que eu estou fazendo construindo por fora, costurando aí a pressão é um pouquinho menos. As pessoas tem que entender (porque a ideia do movimento é um pouquinho grande), porque ali você faz o embate, você vai pela terra você vai pela cultura e principalmente pela questão ambiental, e dentro da comunidade tem muitas ações que partem de fora da T.I. ela é uma ilha verde no meio do agronegócio, então também tem muito recurso, para poder bancar a própria justiça para pressionar em cima da liderança então essas coisas acontece. Então por conta disso que talvez tenha dado errado. (Entrevista concedida 07-11-2015)

Marcio Kokoj após ter vivido a experiência de cacique dos seu irmão encontra meios para agir dentro da T.I. e implementar a pauta do movimento indígena. Ao diferenciar o movimento indígena fora da T.I. Marcio percebe que apesar dos “ataques” (polícia montada, gás de pimenta, bala de borracha, gás lacrimogênio) a pressão dentro da T.I. é maior, pois não vai adiantar ir até a cidade fazer uma passeata. O vínculo entre os indígenas e a população não índia não é informal, há relações de compadrio (Helm 2011) entre os indígenas e latifundiários, conseqüentemente políticos e personalidades públicas da região: “ela é uma ilha verde no meio do agronegócio”.

Ainda, analisando o relato de Marcio Kokoj, “a gente precisa ir encontrando formatos, para ir devagar quebrando isso”, a terra é uma pauta bastante sensível para os

Kaingang, faz parte de sua cosmologia e sua relação com o mundo, questionar os limites da T.I., seus intrusores, planejar ações seria o primeiro passo. Marcio Kokoj e Osmindo iniciaram um grupo de indígenas velhos começaram a construir um banco de memórias dos limites da terra, levaram as pessoas a conhecerem onde ficavam os limites. Este “formato”, evidentemente levaria ao fracasso, já que o seu irmão Romancil teria percorrido esse caminho e a disputa de poder com o agronegócio é assimétrica. O caminho para expulsar os intrusores deveria ter um outro “formato”, se a T.I Mangueirinha é uma “ilha verde no meio do agronegócio” esta é a nossa defesa para a desinstrução. Pois a área de plantio na T.I. também sofre pressão para que seja ampliada, ora se os invasores forem expulsos, não precisará “derrubar o mato”. Se o “mato permanece em pé” o ICMS ecológico continuará e no mesmo valor. Este “formato” que Marcio Kokoj aos poucos foi convencendo as lideranças, se contrapõe ao que vem ocorrendo em outras T.I’s, o desmatamento e o arrendamento de terras, essa alternativa que Marcio Kokoj encontrou não está consolidada, já que encontra resistências como ele mesmo narra,

Nesse processo a gente teve resistência, talvez por conta do desconhecimento, só que a gente precisa ter estratégias para organizar isso lá dentro, a gente teve resistência no começo, mas agora a gente está conseguindo por algumas linhas né. Porque primeiramente você tem que fazer algumas pessoas chaves da comunidade “entenderem” o processo, segundo você tem que fazer com que eles não se sintam pressionados e achando que aquele novo modelo vai atrapalhar. Talvez tenha sido isso que aconteceu com o Kretã, um novo modelo entrando atrapalharia algumas situações tanto dentro quanto fora da comunidade, dentro e fora da T.I., então você precisa colocar isso para eles e também para as pessoas de fora da comunidade. Dos não índios que moram no entorno da T.I. São esses os fatos então e assim, acho que a resistência sempre tem, mas você também coloca eixos de trabalho. Você direciona, estou só nessa linha, que não vai atrapalhar. Você tem que colocar isso numa balança para eles que não vai interferir tanto, por exemplo, o trabalho ambiental que estamos fazendo tivemos um pouquinho de resistência por conta da agricultura, mas tem que ser feito na verdade, então eles agora estão entendendo a importância. Só que o trabalho vai expandir. Dentro da comunidade a gente já começou dá uma melhorada. Agora fora da comunidade a gente está tentando pensar também de avançar um pouquinho isso. Com os “de fora”, a gente não sabe né, fazendo o trabalho de divulgação do que a gente está fazendo, assim, a gente ainda não viu questionamento. A gente já sabem assim que eles estão de olho né, já sabe que existe o trabalho, que está sendo feito e que ele pode andar um pouco mais né (Entrevista concedida dia 07-11-2015)

Apenas uma liderança que cresceu na T.I. saberia em qual “linha” seguir, Ingold (2010:19) diria “trata-se de um conhecimento que eu mesmo construí seguindo os mesmos caminhos dos meus predecessores e orientado por eles”. Se Romancil Kretã tinha

o pai como modelo de cacique, Marcio tem o avô Francisco Luís dos Santos como modelo de liderança, como vimos Francisco Luís dos Santos é Kairu e um conhecedor das rezas e também das ervas medicinais, uma forte liderança no movimento indígena no anos 1980, são esses caminhos que o assessor do cacique percorre.

Ao fazer as “pessoas chaves” entenderem, Marcio Kokoj está expondo algo não dito, o conflito interno entre os “índios ambientalistas” e os “índios agricultores”, buscar esse entendimento entre os grupos causando o menor impacto impossível, é o desafio que o assessor do cacique tem que cumprir. Para conseguir vencer esse desafio ele precisa convencer os “índios agricultores”, como sabemos, é a principal fonte de renda em Manguairinha que suas ações não lhe trarão prejuízos. Ir para o confronto direto, Marcio Kokoj, teve o exemplo do seu irmão que não funcionou. Do mesmo modo, precisa convencer os “índios ambientalistas” que é necessário ter paciência.

Os “índios ambientalistas” são um grupo indígena contemplados pela PNGATI (Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas)⁶⁵, a patrulha indígena é uma ação integrante do PNGATI. Ao constituir um grupo dentro de Manguairinha preocupados com a preservação da floresta, abre uma brecha, “uma linha” para que outras pautas do movimento indígena possam ser dialogadas no interior da Terra Indígena. Desse modo não é objetivo discutir a PNGATI em si, mas os seus possíveis efeitos. Este grupo da patrulha indígena é formado por 4 Kaingang e 4 Guarani, um de seus objetivos é fiscalizar a floresta inibindo a presença principalmente de madeireiros e caçadores. Essas patrulhas são realizadas três dias por semana: sexta, sábado e domingo. Cada indígena recebe uma bolsa de R\$ 200,00 por mês. O supervisor é Osmindo Capanema, um dos articuladores para a eleição de Milton Katahn.

O principal conflito entre os índios agricultores e ambientalista, reside no uso do recurso do ICMS ecológico, os agricultores querem manter o domínio sobre esses recursos. Ou seja, querem que o tratorista e óleo diesel, sejam pagos integralmente pelo ICMS Ecológico. Os ambientalistas também querem que o óleo diesel e o carro sejam disponibilizados por esses mesmos recursos. Essa disputa no fundo era uma apreensão em relação a soja transgênica, que segundo os ambientalistas, é proibido em terras

⁶⁵ Segundo o decreto nº 7747/2012 o objetivo da PNGATI é de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural.

indígenas. Marcio Kokoj conversou com “as pessoas chave” e acertou o uso do veículo para a patrulha indígena.

O agenciamento da liderança de Marcio Kokoj enquanto liderança na Terra Indígena de Mangueirinha, é evidente, entre os dias 06 e 12 de janeiro, esteve em Curitiba para cumprir uma série de agendas, dentre elas destaca-se a conversa no Departamento da Diversidade na SEED-Pr, na FioCruz, com o advogado representante das ações na Terra Indígena. Sua mãe Elvira Luís dos Santos ao ser questionada se o Marcio Kokoj está indo bem na aldeia, responde:

Patrick - E o pessoal está gostando do Marcio?

Elvira Luís dos Santos – Está, mas está cheio, cheio lá em casa de homarada ficam atrás dele. Marcio daqui, Marcio dali. Eu disse Marcio parece que você é cacique. (rs)

Patrick – O Milton (cacique) não fica com ciúmes?

Elvira – Não, o Milton está bem contente, porque nós ajudamos, porque tem coisa que o Milton não sabe fazer e nós ajudamos. (Entrevista dia 24-10-2015)

Após a detenção do seu irmão, Marcio Kokoj assumiu para si a responsabilidade de implementar o projeto de uma T.I. modelo para o movimento indígena, o objetivo é ousado, ou em suas palavras “porque a ideia do movimento é um pouquinho grande”. E saber lidar com “os de fora” (tanto os não mangueiriano quanto os não índio) não é um problemas simples de ser equacionado. Marcio Kokoj encontrou algumas estratégias que o retiram dos conflitos diretos internos, atuando numa esfera acima das próprias lideranças (escolhidas pelo cacique).

Marcio Kokoj foi construindo legitimidade na pacificação dos conflitos, mas também no encaminhamento das pautas (terra, indenizações, ambientais). Outra forma de legitimar a sua liderança é mostrar que tem bons relacionamentos em Curitiba, por exemplo, com o advogado, o pesquisador que conhece a Dr^a Cecília Helm⁶⁶. Esta rede “bons” relacionamentos imprimem legitimam o seu espaço de atuação.

Os seus projetos pessoais são outro fator que corroboram para que ele construa um espaço singular de atuação na política Kaingang, ser estudante do curso de Licenciatura Indígena na Universidade Fronteira Sul, a presidência da ONG ambiental indígena de Mangueirinha, e a presidência do Partido Comunista do Brasil (PC do B) do Município. O curso de Licenciatura Indígena é por módulos e em cooperação com turmas dos MST (Movimento Sem Terra), a

⁶⁶ A antropóloga Dr^a Cecília Helm foi a perita responsável pelo laudo antropológico que garantiu a Terra Indígena em sua totalidade aos indígenas de Mangueirinha. Ver Helm(2011)

presidência da ONG ambiental é algo ainda em construção, e a presidência do PC do B é algo que o coloca em negociação direta com os presidentes de partidos locais dos diversos grupos sociais em relação na cidade de Mangueirinha e região.

De fato ele encontrou um meio termo, é uma liderança liminar como aprendeu a ser no movimento indígena, está entre as lideranças e o cacique: o assessor. Podemos chamar de articulador, “cacique” ou quem sabe estamos diante de um novo “Kretã”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Krim tã, o guardião da montanha, nome Kaingang repassado de geração à geração. Este nome agrega em si algumas prerrogativas consideradas pelos Kaingang como desejáveis para ser líder/chefia. Como vimos o líder, o cacique, é visto como alguém com bom manejo no mundo não índio. Portanto, saber negociar com os brancos é fundamental, e ainda, se for reconhecido por eles como uma ‘autoridade’ no mundo deles é atingir o ideal. Krim tã palavra aportuguesada passou a ser designada Kretã, para os Kaingang da T.I Mangueirinha um nome repleto de agência. É este o nome que na negociação, durante o século XIX, com o colonizador garantiu o território, na região do covó, nos primeiros anos do século XX, pelo Decreto Estadual nº 64 de 02 de março de 1903. O acordo foi quebrado em 1949 no governo Lupion. Os Kaingang de Mangueirinha voltaram a ter o seu território ameaçado, dentro desse contexto emerge num novo Kretã (Ângelo) para liderar o povo Kaingang para garantir o território ancestral. Contudo, segundo os Kaingang é assassinado pelo colonizador, quem assume o nome e a tarefa de defesa da “montanha” é Francisco Luís dos Santos que pela via judicial (por dentro do Estado) da continuidade à defesa do território. Francisco Luís dos Santos repassa a herança do nome à Romancil Gentil Kretã que segue atualizando a prerrogativa do nome Kretã.

A noção de representação política sofre, assim, uma inflexão ao olhar Kaingang, pois ao conferir “poderes” de representação, o faz segundo os seus critérios. O nome Kretã possui prerrogativas de representação política. Contudo, o seu recrutamento segue orientação na cosmologia Kaingang, a conclusão é de que Kretã é um líder, entretanto não um líder nato, antes um líder que nunca morreu. Para os Kaingang a reciprocidade e dependência entre vivos e mortos desempenha um papel de suma importância. Para Veiga (2004:281) “a vida na terra é dependente do destino dos mortos porque a sociedade dos vivos é eternamente recriada pelos ancestrais mortos; nossos troncos, nossos antigos”. A relação do nome dado a uma criança é que ela herdará todas as prerrogativas daquele nome, “recuperando para a comunidade o papel social desempenhado por aquele ancestral”. O nome Kretã está aliado a função de defesa do território, portanto, o modo de ser liderança é vinculado as relações sociais estabelecidas na terra indígena. O próprio simbolismo do nome está vinculado ao ambiente: “guardião (dono) da montanha”. Romancil Gentil Kretã ao ser agenciado pelo nome Kretã, e o

simbolismo que ele representa, atualiza o seu significado de acordo com os desafios do ambiente em que ele está inserido: a cidade.

É nesse ambiente que Romancil estabelece as relações sociais para se tornar uma liderança indígena, sem território é certo, mas a luta pelo território é incluso no modo de ser liderança e todas as outras reivindicações são partes operantes do modo de ser líder Kaingang e Kretã. Organizar os índios na cidade passa ser a sua tarefa e a organização indígena a sua ferramenta que é reconhecida, como tal, pela sociedade envolvente, a partir dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988.

É este o processo de constituição de liderança que Romancil Kretã está inserido. As lutas da entidade do qual ajudou a construir, a ARPINSUL. A missão dessa organização indígena é articular e representar os indígenas do sul do Brasil politicamente. Esta missão é influenciada pelo movimento indígena nacional que segue preceitos formulados durante os anos 1970 em que a influência do pan indigenismo se consolidou, ou seja, durante esse período as várias etnias perceberam que possuíam problemas em comuns na sua relação com o Estado e que enquanto índios, mais se aproximavam do que se afastavam enquanto etnias culturalmente diferenciadas. É esta a representação/articulação que a ARPINSUL busca em sua missão, desse modo construir uma unidade positiva em meio a diversidade étnica.

A ARPINSUL consegue, com limites, promover uma série de atividades indígenas, através de projetos como o Prêmio de Culturas e Ponto de Cultura Indígena. A participação no Acampamento Terra Livre, Fóruns Ambientalistas, Conferências e conselhos de direitos agregam prestígio aos militantes da ARPINSUL. Todavia os limites de representação/articulação da organização indígena são percebidos por seus próprios integrantes, que buscando ampliar a capilaridade da entidade nas diversas comunidades indígenas do sul do Brasil, promove o que designei de “guaranização” da ARPINSUL. Os Guarani do litoral são visto como a principal fronteira ainda a ser ultrapassada, problemas como a distância geográfica e cultural são apontados pelos dirigentes da ARPINSUL como o principal empecilho. Ao analisarmos a ocupação do território pelas etnias, segundo o mapa de Nimuendajú, e o mapa das atuais terras indígenas Kaingang, percebemos que essa distância geográfica é histórica, outras iniciativas de construção de organizações indígenas (ONI-Sul e APOIS) estiveram majoritariamente ligadas as T.I's do interior. A própria atuação da ARPINSUL na faixa litorânea é escassa, basicamente vinculada aos grandes centros metropolitanos da Grande Porto Alegre e Florianópolis,

isto é, está ligada a institucionalidade estatal, onde se encontram os serviços estatais mais procurados pelos indígenas e Universidades – grandes pontos de apoio à questão indígena. Ademais, a noção de territorialidade é diferente para essas duas etnias, enquanto os Kaingang possuem uma noção de território fixo para o Guarani essa noção é fluida, o que imprime uma grande diferença em sua relação com o Estado, ou seja, para os Kaingang o diálogo com o Estado é mais próximo de sua cosmologia do que para o Guarani que incluem em sua noção a questão da mobilidade.

Outro elemento importante e que impõe limite a operacionalidade política da ARPINSUL é o Conselho de Caciques. Por um lado a organização indígena busca aproximação e diálogo com os caciques das T.I's e inclusive a sua incorporação a própria estrutura da entidade, por outro os caciques entendem a ARPINSUL como algo que venha deslegitimar a sua atuação. Contudo, de modo geral, enquanto a organização indígena estiver alimentando as T.I's com benefícios via programas e projetos a relação será sempre positiva, apenas invertendo o sinal, caso esse fluxo diminua ou interesses locais tenham maior pressão, um exemplo é arrendamento de terras.

É possível perceber que a atuação Kaingang nos espaços de decisão produzem dois tipos de lideranças, essas ligadas a sócio cosmologia Kaingang, Kamé e Kairu. Os Kamé ligado ao confronto e os Kairu a diplomacia, mesmo nos espaços onde haja dois Kamé's, nota-se que um assumirá estrategicamente traços Kairu, desse modo reproduzindo a cosmologia Kaingang com vistas ao sucesso da reivindicação/objetivo. Essas estratégias são incorporadas pelos Kaingang, principalmente narradas, por Romancil Kretã como fundamentais para o êxito das ações da ARPINSUL. As políticas implementadas via Ministério da Cultura são um exemplo do êxito dessas estratégias.

Essas lideranças em contato com o movimento indígena brasileiro e internacional, produzem, certamente, o que Manuela Carneiro da Cunha chama de “cultura”. Uma “cultura” portadora de reflexividade e portanto de agência, os líderes indígenas que não possuem contato com o movimento indígena, do mesmo modo podem refletir sobre sua cultura, contudo o movimento indígena ao proporcionar a troca de experiências e de dificuldades entre si, historicamente, potencializa esse processo. E revela que líderes que transitam pelo movimento indígena apreendem uma politização “cultura”, o seu uso pragmático e ampliam a capacidade de etnicidade de suas relações políticas na terra indígena.

Sem dúvida, é possível apontar que existe uma grande diferença em ser uma liderança de uma organização indígena fora das terras indígenas e uma liderança indígena dentro das terras indígenas. Mesmo que a liderança possua forte acúmulo em atividades reivindicatórias (trancamento de estradas, ocupação de prédios, praças, e instituições públicas, marchas nas capitais dos Estados ou em Brasília), ou em atividades formativas (fóruns de debates, cursos de formação, palestras, conferências, eventos, seminários, congressos) este acúmulo de “experiências” ocorrem seguindo determinadas relações sociais próprias daquele ambiente, ou seja, os atores políticos em negociação não têm interesse direto naquela terra indígena específica, dessa forma a contrapressão é menor porque é difusa. Ao compararmos com líderes indígenas que engendraram processos de mudanças, no sentido da questão indígena, é notório que ao lidar com atores políticos (dentro e fora das aldeias) com interesses, a serem resguardados, ligados de forma direta às terras indígenas a contrapressão é maior e concentrada, pois está vinculada numa mesma direção: a não mudança.

Dois líderes agenciados pelo movimento indígena brasileiro: Romancil Gentil Kretã e Marcio Kokoj dos Santos, ambos netos de Francisco Luís dos Santos, apenas Romancil filho de Ângelo. Duas formas de lidar com a questão indígena dentro da T.I Manguairinha, poderíamos afirmar uma Kamé (coragem) e outra Kairu (sabedoria). O Kamé vem na frente abrindo caminho, o Kairu observa e preserva o objetivo. Romancil e Marcio estão a seu modo introduzindo questões do movimento indígena na terra indígena, um como cacique e outro como assessor. Para usar as palavras de Romancil “apenas o tempo dirá se realmente irá dar certo”, o que de fato podemos afirmar é que ainda, na Terra Indígena Manguairinha, muitos Kretã’s ainda virão.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

ALBERT, Bruce. 2000. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. In: RICARDO, Carlos Alberto (editor) Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000, São Paulo: Instituto Socioambiental, p.197-207.

ALMEIDA, Carina Santos. *Tempo, Memória e Narrativa Kaingang no Oeste Catarinense: A Tradição Kaingang e a Proteção Tutelar no Contexto da Transformação da Paisagem na Terra Indígena Xaçupé*. 438f. Tese de Doutorado. UFSC. Florianópolis Mar, 2015

ALMEIDA, Antônio Cavalcante de. *Da aldeia para o Estado: os caminhos do empoderamento e o papel das lideranças Kaingang na conjuntura do movimento indígena*. 243f. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 2013

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)*. 2010. 464f. Tese de Doutorado. UnB. Brasília. Ago 2010.

BONFIL BATALLA, Guiçhermo. “Los Pueblos Indios, Sus Culturas y las Políticas Culturales”, in *Anuário Indigenista* vol. XLV, ano XLV, dec. 1985. Instituto Indigenista Interamericano, México, .F. 1985:129-158.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *A crise do Indigenismo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do Antropólogo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. “*Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais*. São Paulo. Ed. Cosac & Naify. 2009

CASTRO, Paulo Afonso. *Ângelo Cretãn e a Retomada de Terras Indígenas no Sul do Brasil*. Curitiba, 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná

CHAGAS LIMA, Francisco. *Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol.4 1842

DURHAM, Eunice Ribeiro. *Movimento Sociais: a construção da cidadania*. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo.

FERNANDES, Ricardo Cid. *Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica*. 2003. 288f. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. Fev 2003.

FERNANDES, Ricardo Cid. O “23” e o “15”: políticos e políticas Kaingang. *Revista Campos*. Curitiba. Campos 7(2):27-47, 2006

HELM, Cecília Maria Vieira. A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: O caso Kaingang. Curitiba: Tese de livre docência, UFPR, 1974.

HELM, Cecília M. Vieira. Disputa na justiça pelas terras de ocupação Kaingang, a decisão judicial. pg.2, trabalho apresentado na VII RAN, em Porto Alegre, 2007.

HELM, Cecília M. Vieira. A construção do laudo antropológico sobre a questão da Terra Indígena de Mangueirinha: os depoimentos dos Kaingang e Guarani. Curitiba: DEAN/UFPR, 2005

HELM, Cecília M. Vieira. Kaingang e Guarani da Terra Indígena de Mangueirinha e a Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, no Rio Iguaçu (PR), (In: Hidrelétricas e populações locais), Florianópolis, 2002.

HELM, Cecília M. Vieira. A justiça é lenta, a FUNAI devagar e a paciência dos índios está se esgotando: perícia antropológica na Terra Indígena de Mangueirinha. Textos e Debates, Florianópolis: NUER/UFSC ano 2, nº 4, 1996.

HELM, Cecília M. Vieira. A perícia antropológica em processos judiciais, Florianópolis: UFSC, 1994. HEMMING, John. Os índios do Brasil em 1500. in: Bettel, Leslie (org.): América Latina Colonial. vol. I, capítulo 3. SP: EDUSP, 2004

HOFFMANN, Maria Barroso. *Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas*. 2008. 345f. Tese de Doutorado. Museu Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro. Jun 2008

INGOLD, Timothy. Da transmissão de Representações a Educação da Atenção. *Educação*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010

LIMA, Antonio Carlos Souza. *Um Grande Cerco de Paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1995

LUCIANO BANIWA, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*. Brasília: Ministérios da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006

MATOS, Maria Helena Ortolan. *O processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil (1970-1980)*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

MARCON, Telmo (ORG). *História e Cultura Kaingang: no sul do Brasil*. Passo Fundo. Ed. Universidade de Passo Fundo. 1994

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. *Diga ao Povo que Avance! Movimento indígena no Nordeste*. Recife. Editora Massangana, 2013

PINHEIRO, Maria Helena Amorim. *Estudo Antropológico sobre os Kaingang Romancil Kretã e João Carlos Mader*. Referência: Ação Penal nº 50000362-87.2014.404.7012/PR

PIRES, Maria Lígia. *Guarani e Kaingang no Paraná: um estudo das relações intertribais*. Brasília, 1975. Dissertação (Mestrado) Unb.

RAMOS, Alcida Rita (ORG). *Constituições Nacionais e Povos Indígenas*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2012.

SMILJANIC, Maria Inês; PIMENTA, José; BAINES, Stephen Grant. *Faces da Indianidade*. Curitiba: Ed Nexo Desing, 2009.

TOMMASINO, Kimiye. *A História dos Kaingang da bacia do Tibagi: Uma sociedade Jê meridional em movimento*. 1995. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

TOMMASINO, Kimiye. *Uri e Wãxi: Estudos Interdisciplinares Kaingang*. pg. 203. Londrina: UEL, 2000.

TOMMASINO, Kimiye. Território e territorialidade Kaingang: resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: *Uri e Wãxi: estudos interdisciplinares Kaingang*. Londrina: EDUEL, 2000.

TOMMASINO, Kimiye.. Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da bacia do Tibagi. In: *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: EDUEL, 2004.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. São Paulo: ed. Paz e Terra, 1982.

TUNNER, Vitor. *Dramas, Campos e Metaforas*. Niteroi: EdUFF, 2008

TUNNER, Vitor. *O processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis. Ed. Vozes. 2013

VEIGA, Juracilda. *Organização Social e Cosmovisão Kaingang*. Campinas, 1994.
Dissertação (Mestrado) Universidade de Campinas.

VEIGA, Juracilda. *Cosmologia e práticas rituais Kaingang*. Campinas, Tese de
Doutorado, UNICAMP, 2.000. 159 159

VEIGA, Juracilda. *Aspectos fundamentais da cultura Kaingang*, Campinas, editora Curt
Nimuendajú, 2006.

VEIGA, Juracilda. *Os Kaingang e Xokleng no Panorama dos Povos Jê*. **Liames**.
Primavera 2004

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A autodeterminação indígena como valor*.
Anuário Antropológico, 1981. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Nativo Relativo. *Mana*. Rio de Janeiro. Vol-
8(1):113-148, 2002